

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

MARILDA ALVES ADÃO CARVALHO

**PADRÕES MORFOSSINTÁTICOS VARIÁVEIS NA FALA DE QUIRINÓPOLIS-GO:
A CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL – P6**

UBERLÂNDIA

2018

MARILDA ALVES ADÃO CARVALHO

**PADRÕES MORFOSSINTÁTICOS VARIÁVEIS NA FALA DE QUIRINÓPOLIS-GO:
A CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL – P6**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Teoria, descrição e análise linguística.

Orientador: Prof. Dr. José Sueli de Magalhães.

Coorientador: Prof. Dr. Marco Antônio Martins.

UBERLÂNDIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C331p
2018 Carvalho, Marilda Alves Adão, 1960-
Padrões morfossintáticos variáveis na fala de Quirinópolis-GO [recurso eletrônico] : a concordância verbal de terceira pessoa do plural – p6 / Marilda Alves Adão Carvalho. - 2018.

Orientador: José Sueli de Magalhães.

Coorientador: Marco Antônio Martins.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.619>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Linguística. 2. Língua portuguesa - Estudo e ensino. 3. Língua portuguesa - Concordância verbal. 4. Sociolinguística. I. Magalhães, José Sueli de, 1967- (Orient.). II. Martins, Marco Antônio, 1965- (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. IV. Título.

CDU: 801

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

MARILDA ALVES ADÃO CARVALHO

**PADRÕES MORFOSSINTÁTICOS VARIÁVEIS NA FALA DE QUIRINÓPOLIS-GO:
A CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL – P6**

Tese aprovada para a obtenção do título de Doutora
em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-
Graduação em Estudos Linguísticos, da
Universidade Federal de Uberlândia, pela banca
examinadora constituída por:

Uberlândia, ____ de _____ de 2018.

Prof. Dr. José Sueli de Magalhães (UFU)
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Marco Antônio Martins (UFSC)
Coorientador

Profa. Dra. Sílvia Rodrigues Vieira (UFRJ)

Profa. Dra. Camila Tavares Leite (UFU)

Profa. Dr. Talita de Cássia Marine (UFU)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, o Mestre dos mestres, o Doutor dos doutores, sem o qual nenhum título acadêmico faria/faz sentido.

Agradeço a meu esposo, Nilton, grande incentivador para a realização de todos meus objetivos nos planos pessoal e profissional.

Aos meus filhos, Fabrício Luiz, Lara Betânia e Pedro Henrique, grandes amores da minha vida e para quem desejo deixar toda uma história de bravura, de perseverança, de luta diária e de amor pela família.

À minha mãe, sempre, sempre minha referência de vida, meu sustentáculo em todos os momentos.

À minha irmã, Terezinha, meu maior exemplo de fé, de humildade, de caridade. Esteve/está sempre ao meu lado, encorajando-me e mostrando-me que é preciso acreditar, que tudo dá/dará certo.

Ao meu querido orientador, José Sueli Magalhães, o M como muitos o chamam. M de maravilhoso, de magnífico, de melhor. Admiro-o pela inteligência, pela competência e profissionalismo. Foi orientador e amigo, principalmente, num dos momentos mais críticos da minha vida. A ele minha admiração sempre.

Ao professor Dr. Marco Antonio Martins, pela coorientação, a qual me possibilitou realizar este trabalho.

À banca examinadora da defesa da tese composta pelos professores: Dr. José Magalhães (UFU), Dra. Sílvia Vieira (UFRJ), Dr. Marco Antonio Martins (UFSC), Dra. Camila Tavares Leite (UFU) e Dra. Talita Marine (UFU), pelo aceite em participarem desse momento, pela leitura de meu trabalho em um curto espaço de tempo e pelas contribuições.

Ao Prof. Dr. Sinval Martins, da UFG, pela orientação no Trabalho de Área Complementar. Meu carinho sempre.

Às colegas, Fernanda Alvarenga e Priscila, pela força e incentivo sempre.

Ao acadêmico do curso de Letras da UEG/*Campus* de Quirinópolis, Vanderlei Roberto, que, com muita presteza e disposição, ajudou-me nas entrevistas.

À colega, Marília Ramalho, que, de repente, transformou-se numa grande amiga e pode então conhecer minhas alegrias, assim como minhas angústias e tristezas.

À CAPES, pelo apoio financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho de tese, que tem por objeto de estudo a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural – CV de P6, à luz da Teoria da variação e mudança linguística, traz como objetivo geral contribuir com a descrição/explicação da formação social do Português Brasileiro, tendo em vista focalizar a comunidade de Quirinópolis, no interior de Goiás, que, embora uma comunidade ‘urbana’, apresenta traços característicos de ruralidade. Para esta pesquisa, os dados de fala foram coletados por meio de entrevistas sociolinguísticas, realizadas com 36 informantes nascidos e residentes nessa cidade, não ausentes dela por mais de cinco anos (5) e estratificados segundo o sexo - masculino e feminino -, quatro faixas etárias - 14 a 30 anos; 31 a 45; 46 a 60 e acima de 60 anos e três níveis de escolaridade - de 0 a 6 anos, de 7 a 11 anos; e acima de 11 anos. Dos dados de fala desses informantes retiramos 1.112 ocorrências com a CV de P6, nas quais foram analisadas as variáveis linguísticas saliência fônica, realização e posição do sujeito (variáveis selecionadas pelo Programa), traço semântico do sujeito, material interveniente entre sujeito e verbo e tipo de verbo (variáveis não selecionadas). Para a análise quantitativa dos dados, utilizamos o Programa GoldvarbX (2001), e essa análise resultou no predomínio da marcação não canônica da CV de P6 com uma frequência de 66.3%, contrariamente a 33.7% de sua marcação, favorecida por informantes com maior nível de escolaridade, do sexo feminino e mais velhos, por formas verbais mais salientes e pela anteposição do sujeito ao verbo e pelo sujeito nulo. As variáveis sociais escolaridade e faixa etária foram imprescindíveis para definir que em Quirinópolis, referente ao uso da CV de P6 há uma mudança em direção à perda da marca de plural nos verbos, visto que a maior tendência de marcação não canônica de plural nos verbos se deu pelos informantes menos escolarizados e mais novos. Com o resultado geral de nosso estudo, verificamos um quadro de polarização linguística em nossa comunidade de fala, tendo em vista o distanciamento entre a variedade popular e a variedade culta, estando essas variedades em polos extremos, mas num *continuum*, do qual, de acordo com Bortoni – Ricardo (2005), ao considerar a variedade rural, de que a variedade popular é produto, e a variedade culta urbana, emerge a variedade rurbarana, que caracteriza a fala de Quirinópolis, quanto ao uso da CV de P6.

Palavras-chaves: Concordância verbal. Variáveis linguísticas e extralinguísticas. Marcação não canônica da CV de P6. Variedade rurbarana.

ABSTRACT

This thesis, whose study object focuses on variation of verbal concordance of third person plural forms – CV of P6, under the perspective of the Theory of variation and linguistic change, aims at contributing to describing/explaining social formation of Brazilian Portuguese, taking into account the community of Quirinópolis, in the countryside of Goiás, that, despite being an ‘urban’ community, shows some typical rural features. For this research, speech data were collected through sociolinguistic interviews, performed with 36 informants who were born and raised in this town, did not leave town for more than five (5) years and were sorted according to gender – male and female -, four age groups - 14 to 30 years old; 31 to 45 years old; 46 to 60 years old and over 60 years old and three levels of schooling - 0 to 6 years, 7 to 11 years; and over 11. Of the speech data, we retrieved 1.112 occurrences with VC of P6, in which we analyzed the following linguistic variables phonetic salience, subject production and position (variables selected by the Program), subject semantic trait, intervenient material between subject and verb and verb type (variables not selected). For the quantitative data analysis, we used GoldvarbX (2001) software, and the findings indicate a predominance of non-canonical identification of CV of P6 with a frequency of 66.3%, whereas it was 33.7%, favored by informants with older and higher schooling, female and older, by more salient forms, subject before verb and null subject. The social variables, namely schooling and age group, were fundamental to define that in Quirinópolis, regarding the use of CV of P6 there is a change in direction of the plural marker loss in verbs, and there is an increased trend in non-canonical identification of plural in the verbs were seen among younger and less schooled informants. Based on the general result of our study, we verify a linguistic polarization picture in our speech community, due to the distance between the popular variety and the standard one, these varieties being at extreme poles, but on a continuum, from which, according to Bortoni - Ricardo (2005), when considering the rural variety, from which the popular one is product, and the cultured urban variety, the rural-urban variety emerges, and it characterizes Quirinópolis speech, regarding the use of CV of P6.

Keywords: Verbal Concordance. Linguistic and extralinguistic variables. Non-canonical identification of VC of P6. Rurbana variety.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	O <i>continuum</i> de urbanização, conforme proposto por Bortoni-Ricardo (2005).....	46
MAPA 1	Região Sudeste do Brasil	56
MAPA 2	Região Sul.....	61
MAPA 3	Região Nordeste.....	66
MAPA 4	Região Centro-Oeste.....	67
QUADRO 1	Valores percentuais de contextos com marcação de plural nos trabalhos.....	68
QUADRO 2	População de Quirinópolis – década de 1940 a 2010.....	87
QUADRO 3	Distribuição dos informantes (Total = 36 informantes).....	89
QUADRO 4	Perfil sociolinguístico dos informantes.....	97
GRÁFICO 1	Apagamento e marcação de plural.....	105
QUADRO 5	Sistematização dos resultados de marcação não canônica da CV de P6, de acordo com nossa investigação e estudos revisitados.....	107

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição do uso da CV de P6 em Quirinópolis.....	105
TABELA 2	Frequência e probabilidade de marcação não canônica da CV de P6 com a variável informante.....	100
TABELA 3	Frequência e probabilidade de marcação não canônica da CV de P6, de acordo com a variável escolaridade.....	114
TABELA 4	Frequência de uso da marcação não canônica da CV de P6 com a variável sexo.....	116
TABELA 5	Cruzamento das variáveis escolaridade e sexo quanto à marcação não canônica da CV de P6.....	117
TABELA 6	Frequência de uso da marcação não canônica da CV de P6 com a variável faixa etária.....	118
TABELA 7	Frequência da marcação não canônica da CV de P6 do cruzamento das variáveis escolaridade e faixa etária.....	118
TABELA 8	Frequência e probabilidade de marcação não canônica da CV de P6 com a variável Saliência Fônica.....	120
TABELA 9	Frequência e probabilidade da marcação não canônica da CV de P6 com a variável posição do sujeito.....	125
TABELA 10	Frequência da marcação não canônica da CV de P6 com a variável posição do sujeito em nosso estudo e outros.....	126
TABELA 11	Frequência de marcação não canônica da CV de P6 com a variável material interveniente.....	127
TABELA 12	Frequência de marcação não canônica da CV de P6 com a variável Tipo de verbo.....	128
TABELA 13	Frequência de marcação não canônica da CV de P6 com a variável Traço semântico do sujeito.....	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CV DE P6	CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL
PB	PORTUGUÊS BRASILEIRO
PE	PORTUGUÊS EUROPEU
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA.....	15
1.1 Breve histórico da Teoria da Variação e Mudança linguística ou Sociolinguística Laboviana.....	15
1.2 Implicações sociais de uso da língua: a língua no contexto social.....	27
1.3 A influência do processo migratório nos usos da língua.....	31
1.3.1 A transmissão linguística irregular.....	36
1.3.2 Ruralidade e Urbanidade: convergências/ divergências (ou desafios na delimitação)	39
1.4 Polarização sociolinguística.....	43
1.5 A noção de <i>continuum</i> : da variedade rural para a variedade urbana.....	46
2 REVISITANDO ALGUNS ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS NO BRASIL SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL – CV DE P6.....	48
2.1 Região Sudeste.....	49
2.2 Região Sul.....	56
2.3 Região Nordeste.....	61
2.4 Região Centro-Oeste.....	66
2.5 Sistematização dos resultados dos estudos revisitados: a marcação canônica da CV de P6.....	68
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	82
3.1 O método laboviano e o programa GoldvarbX.....	82
3.2 Uma incursão na geografia e na história de Quirinópolis.....	84
3.3 Constituição da amostra de fala.....	89
3.4 Envelope de variação para a realização da pesquisa.....	92
3.4.1 Variável dependente.....	93
3.4.2 Variáveis independentes.....	93
3.4.2 Fatores sociais.....	93
3.4.3 Fatores linguísticos.....	98

4 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	104
4.1 Descrição dos resultados gerais da pesquisa.....	104
4.2 Variáveis selecionadas e não selecionadas pelo Programa Goldvarb X.....	109
4.2.1 Variáveis sociais.....	110
4.2.1.1 Informante.....	110
4.2.1.2 Escolaridade.....	113
4.2.1.3 Sexo.....	116
4.2.1.3.1 Escolaridade x sexo.....	117
4.2.1.4 Faixa etária.....	117
4.2.1.4.1 Escolaridade x faixa etária.....	118
4.3.1 Variáveis linguísticas selecionadas pelo Programa Golvarb.....	120
4.3.1.1 Saliência fônica.....	120
4.3.1.2 Realização e posição do sujeito.....	124
4.3.2 Variáveis linguísticas não selecionadas pelo Programa GoldvarbX.....	126
4.3.2.1 Material interveniente entre o sujeito e o verbo.....	126
4.3.2.2 Tipo de verbo.....	127
4.3.2.3 Traço semântico do sujeito.....	128
4.4 Síntese dos resultados.....	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE A – Questionário.....	146
ANEXO A – Critérios de Transição.....	147

INTRODUÇÃO

A concordância verbal de terceira pessoa do plural em variedades do Português, doravante CV de P6, objeto de investigação neste trabalho, há muito tem chamado a atenção de estudiosos de tendências teóricas distintas, em especial de variacionistas, por se configurar como um fenômeno variável que possibilita ao pesquisador o conhecimento e/ou reconhecimento da variação e mutabilidade da língua no plano morfossintático da gramática da fala do Português Brasileiro (doravante PB).

Ante o exposto, temos que as investigações feitas sobre o comportamento da CV de P6 em muitas regiões brasileiras vêm demonstrando que mesmo falantes mais escolarizados não usam a variante considerada culta da língua de forma categórica, apresentando, portanto, alternância entre essa variante e a variante popular (Ex: os brinquedinhos passavam de irmão para irmão /us brinquedinho passava di irmão pra irmão) as quais coexistem conjuntamente nas suas práticas linguísticas. No Brasil, a coexistência dessas variantes advém, segundo Lucchesi (2001, 2002), do cenário de uma realidade linguística polarizada em que se deu a formação do PB e, desta feita, o uso da CV de P6, para o qual, ao lado da marcação canônica do plural do verbo na fala de indivíduos ocorre também a sua não marcação, ambas condicionadas pela correlação de fatores linguísticos e extralinguísticos, que bem evidenciam a indissociabilidade entre língua e sociedade.

Quanto à não marcação canônica de plural nos verbos muitos estudos têm apontado que o processo de redução na morfologia flexional é característico do vernáculo e/ou do português popular brasileiro, quase sempre de uso atribuído a indivíduos com menor nível de escolaridade, da zona rural e de baixo nível sociocultural, o que esclarece e enfatiza o postulado de Lucchesi (2009, p.31) de que o uso da CV na polarização sociolinguística no Brasil se refere a “uma das grandes fronteiras sociolinguísticas da sociedade brasileira”. Denota-se, por meio dessa afirmação, que o emprego da CV, tal como outros fenômenos linguísticos, apresenta-se, em muitas investigações, como um problema marcadamente social e, daí, na sua análise serem considerados aspectos externos conjuntamente à estrutura linguística.

Voltados, desse modo, a essas realidades de uso da CV e norteados por uma revisão bibliográfica na área de Sociolinguística Variacionista, obviamente, sobre a variação desse fenômeno, neste trabalho de tese, de natureza sincrônica e quantitativa, objetivamos estudar a concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de Quirinópolis-Goiás, por considerarmos, inicialmente, tratar-se de uma comunidade marcada por fluxos migratórios da

zona rural para a urbana e, assim, em função de suas raízes eminentemente rurais, os quirinopolinos fazem uso de uma gramática - aqui tomada como sistematização indutiva dos padrões coletivos de comportamento linguístico de uma dada coletividade (LABOV, 1982) - com traços de ruralidade

Desta feita, a relevância de nosso estudo incide justamente no fato de podermos assumir como hipótese que a variação de uso da CV de P6 é bastante expressiva na comunidade de Quirinópolis, independente dos anos de escolaridade dos falantes dessa comunidade, os quais mantêm nos seus falares características não só da variedade rural do português brasileiro quando do uso deste fenômeno linguístico, mas também da própria história da cidade de Quirinópolis. Essa realidade nos possibilita hipotetizar, de modo mais geral, que a não marcação de plural em P6 nos verbos nessa comunidade de fala se configura como marcadamente delineada pela confluência entre o contínuo que marca a fala rural e a fala urbana, da qual emerge um contínuo representativo da linguagem que entremeia as variedades culta e popular, o rurbano, termo que, muito estudado por Bortoni-Ricardo (2005), trata-se de um neologismo criado por Gilberto Freyre no início da década de 50 e que, segundo esse autor, seria um “conceito sociológico ou socioantropológico, que o torna também sociopolítico” (Freyre, 1982, p. 35).

A justificativa desta pesquisa reside, ainda, na possibilidade de fornecermos contribuições aos estudos desenvolvidos na área de Sociolinguística Variacionista e, em específico, para o mapeamento sociolinguístico do Português Brasileiro, visto que investigamos a variação da CV de P6 na cidade de Quirinópolis, a qual se configura como uma interessante comunidade de fala para a pesquisa do comportamento linguístico desse fenômeno particular que é a CV, pois a fala na referida comunidade apresenta a integração de traços do *continuum* Urbano – Rural, presente na formação sociolinguística do PB.

Assim, neste trabalho, o qual se sustenta nos pressupostos teóricos da Teoria da Variação e Mudança linguística (LABOV, 2001; 2006 [1966]; 2008 [1972]); da língua no plano social (LABOV, 1982; 2001; PAGOTTO, 2006), do processo migratório zona rural-zona urbana, na polarização sociolinguística (LUCCHESI, 2003; 2004; 2006; 2015) e na proposta de caracterização do Português em *continuum* (BORTONI-RICARDO, 2005), colocamos as seguintes questões e hipóteses que se desdobram nos objetivos, que mais abaixo apresentaremos:

i- **Questões de pesquisa**

- No uso da CV de P6 em Quirinópolis é aplicada a variante prototípica da variedade rural do PB, com a ausência de marca explícita de plural nos verbos, mesmo por informantes mais jovens e com maior nível de escolaridade?;
- A presença e ausência da pluralização verbal pelos quirinopolinos é condicionada mais por fatores sociais do que linguísticos, em função de sua origem sócio-histórica?
- A variação da CV de P6 na comunidade de fala em estudo se tipifica como uma mudança em direção à perda da marca canônica de plural?

ii- **Hipóteses gerais de pesquisa**

- A CV de P6 em Quirinópolis é determinada pelo uso da variante prototípica da variedade rural do PB, com a ausência de marca explícita de plural nos verbos, mesmo por informantes mais jovens e com maior nível de escolaridade;
- A CV de P6 na fala dos quirinopolinos assume padrões relacionados à origem sócio-histórica da cidade, de modo que, na sincronia atual, a marcação canônica ou não de plural nos verbos se mostra motivada por fatores sociais.
- A variação da CV de P6 em uso em Quirinópolis se caracteriza como uma mudança em direção à perda da marca canônica de plural.

iii- **Hipóteses específicas**

- A CV canônica de P6, em Quirinópolis, é favorecida pelas formas verbais mais salientes;
- Sujeitos antepostos ao verbo e sujeitos nulos favorecem a marca canônica de plural nos verbos;
- O traço [+humano] do sujeito favorece a marcação canônica da CV de P6
- A CV canônica de P6 é favorecida pela menor distância entre sujeito e verbo;
- Verbos transitivos favorecem a marcação canônica de plural nos verbos;
- A marcação canônica de plural nos verbos se dá mais por informantes mais velhos, de faixa etária de 46 anos acima;
- O nível de escolaridade exerce influência no uso da CV P6, havendo maior probabilidade da sua marcação canônica por informantes mais escolarizados,

- A marcação canônica de plural nos verbos ocorre mais pelos informantes do sexo feminino;
- Em Quirinópolis, dado a sua sócio-história e/ou ao seu perfil rural, encontramos maior uso da não marcação canônica da CV de P6 pelos informantes.

iv- Objetivo geral

- contribuir com a descrição/explicação da formação social do PB, tendo em vista focalizar uma comunidade URBANA, que, ao mesmo tempo, apresenta traços RURAIS.

v- Objetivos específicos:

- averiguar se a variação da CV de P6 é influenciada pela ruralidade e/ou pela sócio-história do PB e mesmo da cidade de Quirinópolis;
- identificar e analisar as variáveis sociais que, possivelmente, condicionam a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural em Quirinópolis-GO;
- averiguar se a concordância verbal de 3ª pessoa do plural em uso na cidade de Quirinópolis se configura como uma variação estável ou uma mudança em progresso em direção à perda da marca canônica.

Nessa perspectiva, esta tese está organizada da seguinte maneira: no Capítulo 1, tratamos do mapeamento teórico em que se embasa nossa investigação; no Capítulo 2, apresentamos uma revisão bibliográfica pertinente ao estudo da CV na perspectiva variacionista no PB; no Capítulo 3, configuramos os pressupostos metodológicos que guiam a pesquisa e, no Capítulo 4, expomos a análise – descritiva e interpretativa dos dados, a qual se segue da conclusão e das referências utilizadas no trabalho.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Neste primeiro capítulo, conforme já sinalizado na introdução, trataremos dos pressupostos teóricos que embasam nossa pesquisa, quais sejam aqueles pertinentes à Teoria da Variação e Mudança Linguística. Logo, além de um breve histórico da área, serão abordados os seguintes tópicos: a língua no contexto social; a influência dos processos migratórios nos usos da língua, que abarca a transmissão linguística irregular e a convergência/divergência entre ruralidade – urbanidade; a polarização sociolinguística e a noção de *continuum* de urbanização, tendo em vista dar conta de responder aos objetivos gerais e específicos por nós elencados.

3.1 Breve histórico da Teoria da Variação e Mudança linguística ou Sociolinguística Laboviana

Remontando-se às origens da Sociolinguística, Koerner (2014), por meio de um estudo historiográfico, advoga contrariamente à ideia de ela ter se dado nos anos sessenta do século XX, visto que não há consenso entre os estudiosos da linguagem sobre uma data precisa de seu surgimento. Para esse historiógrafo, os estudiosos tão só deixam claro que, na década de 1960, a Sociolinguística surgiu como uma área específica da linguagem, o que imputa maior peso e/ou representatividade ao caráter exemplar atribuído ao trabalho de Labov (1966), um dos fundadores e expoentes dessa disciplina.

A par desse fato, a Sociolinguística de origem laboviana se caracteriza como uma vasta linha de pesquisa, que, na visão de Koerner (2014), abre possibilidades de ela ser entendida como intersecção ou síntese de linhas de investigação relacionadas a distintas gerações de linguistas. Assim sendo, ao tomar a ideia de síntese como núcleo de sua investigação, koerner apresenta uma breve revisão histórica dos trabalhos de uma série de linguistas que defenderam concepções de língua numa interrelação com aspectos socioculturais.

Koerner (2014) toma o século XIX como um período bastante promissor à Ciência da Linguagem, assim como um período relevante para o despontamento de linhas de investigação de caráter sociolinguístico, referindo-se, então, ao embate posto entre duas frentes, podemos dizer, rivais: a Linguística como uma ciência natural, portanto que defendia a língua como organismo vivo, e a Linguística como uma ciência humana, para a qual havia distinção entre as Ciências Naturais das Ciências Humanas, campo no qual estaria situada a Linguística. Para Koerner, “Esta referência sobre a mudança no clima intelectual é importante, já que oferece o

fundo para uma melhor compreensão do estabelecimento de uma linha específica de investigação” (KOERNER, 2014: 124).

Ao considerar o perpasso desse clima intelectual na obra de Ferdinand Saussure, Koerner (2014) se remete a outra ideia muito difundida na literatura linguística, que incide justamente na definição de língua feita por esse linguista ‘fait social’, em razão da influência recebida da obra de Émile Durkheim (1858-1917). Koerner defende a não necessidade de Saussure buscar um estudioso de outra área do conhecimento, a fim de que pudesse definir língua como fato social, mesmo porque, anos antes, estudiosos ligados à ciência da linguagem, como Whitney, já haviam colocado essa reflexão, conforme lemos,

A fala não é propriedade pessoal, mas social; ela pertence não ao indivíduo, mas ao membro da sociedade. Nenhum elemento de uma língua existente resulta do indivíduo; por tal motivo, podemos enfaticamente asseverar que tal elemento não pertence à língua enquanto não for aceito e utilizado pelos demais membros da sociedade. O desenvolvimento total da fala, embora deflagrado por atos individuais, é operado pela comunidade (WHITNEY, 1867, p.404).

Ainda sobre os estudos de caráter sociolinguístico, Koerner (2014) implica haver uma linha genealógica que vincula a Geografia Linguística a esses estudos, os quais receberam influências e motivação daquela, mesmo porque, segundo esse historiógrafo, já havia se estabelecido uma relação entre as duas áreas por Malkiel (1976), para o qual o trabalho dialetológico realizado com as línguas românicas, no final do século XIX, conectava-se com aquilo que ele chamou de esforços sociolinguísticos. Nesse período, o componente sociológico foi, conforme afirma Koerner (2014), inserindo-se aos poucos aos trabalhos fundamentados nos pressupostos da Geografia Linguística, sendo um dos marcos dessa tradição de pesquisa reconhecido nos atlas linguísticos, os quais contaram com o trabalho de muitos linguistas importantes, como Jules Gilliéron (1854-1926), na França, e Jacob Jud (1882-1952), na Suíça.

Em busca de uma melhor compreensão das origens das pesquisas de caráter sociolinguístico, Koerner (2014) acaba por estabelecer vínculos acadêmicos entre linguistas que tinham em comum o interesse pela dialetologia e pela mudança linguística. Assim sendo, a fim de corroborar a influência de Whitney na obra saussureana, sobretudo no que diz respeito a uma concepção de língua como um fato social, Koerner (2014: 127) se refere a Meillet (1866-1936), que recebeu influências das ideias de Saussure, que foi seu professor. Por sua vez, Meillet foi professor de Martinet (1908-1999), cujo interesse pelos aspectos sociológicos da linguagem se tornou evidente na monografia que fez em 1946 sobre o seu próprio dialeto nativo.

Dando sequência à linha genealógica traçada, Koerner (2014) faz referência ao fato de Martinet ter orientado na Columbia University, onde era professor, as pesquisas de Weinreich (1926-1967), do qual os trabalhos mais relevantes se encontram no livro *Languages in Contact* (1953), um estudo sociogeográfico sobre o bilinguismo, no qual os agradecimentos a Martinet demonstram a influência das conferências por ele proferidas na obra weinreichiana (KOERNER 2014: 127). Finalmente, de acordo com Koerner (2014: 128), Weinreich orientou os trabalhos de Mestrado e Doutorado de Labov, principal fundador da Sociolinguística contemporânea.

O autor coloca outro aspecto relevante para se refletir sobre as origens da Sociolinguística, qual seja, a íntima relação que ela sempre estabeleceu com os estudos na área da Linguística Histórica, dado o interesse sempre demonstrado por Labov pelos estudos de mudança linguística e, ainda mais, por ele apresentar aquilo que Koerner (2014: 130) considerou a primeira crítica minuciosa da linguística histórica tradicional. Labov havia adquirido, segundo Koerner (2014, p. 130) conhecimento suficiente para produzir esse trabalho na estreita contribuição que ele deu a Uriel Weinreich no ensaio *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, mais conhecido na literatura como WLH (1968).

Labov procura em seus trabalhos destacar e elogiar os estudiosos que levaram em consideração os aspectos sociais em suas reflexões sobre a mudança linguística, mas aproveita para também lastimar e criticar o fato de os estudos da área de Linguística Histórica não terem seguido com fidelidade as propostas lançadas por Meillet (1905) no texto em que ele apela por uma espécie de “Linguística Sociológica”, no qual os porquês da mudança linguística seriam considerados no interior da matriz social na qual a língua em questão estaria inserida.

A base para a proposição de uma Linguística Sociológica por parte de Meillet, Vendryes (1875-1960) e outros estudiosos, conforme advoga Koerner (2014), motivava-se pela busca das causas da mudança linguística, pois, na visão desses autores, os estudos mais tradicionais no âmbito da Linguística Histórica se ocupavam meramente da descrição dos mecanismos de mudança. Assim, para que fosse possível outra direção ao estudo das causas da mudança, muitos estudiosos defendiam outra concepção do objeto de estudo, entendendo a língua como um objeto de natureza social. Assim sendo, Meillet, para atingir tal intento, dedicou-se ao estudo da mudança lexical, observando à luz da Linguística Sociológica a mudança semântica, a perda de palavras, a gramaticalização e outros. Já Vendryes definiu a evolução linguística como um reflexo da evolução social.

A ideia de uma Linguística Sociológica, que havia começado na obra de Meillet, consoante pensamento de Koerner (2014: 132), foi se fazendo presente na reflexão de vários estudiosos, sendo que o próprio Meillet influenciou seu aluno Martinet, o qual, após, foi

professor de Uriel Weinreich e esse, por sua vez, orientador das pesquisas de Mestrado e Doutorado de William Labov. Nessa perspectiva, para Koerner

Pode-se afirmar, assim, que a obra de Labov constitui uma síntese de tentativas anteriores de uma aproximação sociológica a questões de mudança linguística, a começar com o artigo de Meillet de 1905 (se não muito mais cedo) e com a investigação dialetológica realizada nos Estados Unidos desde os anos trinta, que [...] tem a sua origem nas tradições europeias estabelecidas durante o último quartel do século XIX (KOERNER, 2014: 132)

Koerner se refere ainda à influência exercida por uma tradição de estudos de bilinguismo sobre a Sociolinguística, de tal modo a afirmar que o fato de os Weinreich terem convivido com situações de multilinguismo nos Estados Unidos contribuiu para lhes despertar o interesse por essa área da linguística.

Nesse sentido, não podemos olvidar o entrecruzamento de diversas áreas no surgimento da Sociolinguística, assim como de reconhecer que, antes do século XX, muitos estudiosos já concebiam a língua no plano social, embora os anos sessenta desse século se configurem como marco inicial dos estudos sistemáticos da área Sociolinguística, que, dentre outras correntes linguísticas voltadas à implicação da realidade social na língua, surgiu como uma resposta a estudos anteriores, propriamente de cunho imanentistas.

A formalização da Sociolinguística como disciplina interdisciplinar se deu por meio de um congresso realizado na Universidade da Califórnia e organizado pelo norte-americano William Bright (1966 [1974]), que se aproveitando dos trabalhos apresentados nesse congresso, elaborou o texto “As dimensões da sociolinguística”, em que traça como função da Sociolinguística “demonstrar a covariação sistemática das variáveis linguística e social” (WILLIAM BRIGHT (1966 [1974], p. 34), ficando posto a comunidade de fala como *locus* do estudo das línguas naturais e a heterogeneidade como constitutiva dessas línguas.

Bortoni-Ricardo (2014), ao considerar essa constituição heterogênea das línguas, faz referência ao relativismo cultural, herança da antropologia cultural de Franz Boas (1858; 1945), para o qual o julgamento de valor (inferioridade) de padrões de cultura e de língua não deveria ser levado em conta. Para tanto, ela afirma que “Inicialmente, essa premissa relativista aplicou-se a comparação entre línguas, mas, com o advento da crença na heterogeneidade ordenada e do reconhecimento da existência de muitas variedades no âmbito de qualquer língua natural, linguistas nos Estados Unidos e na Europa ampliaram o escopo da premissa relativista para a comparação entre variedades de uma língua, ou, até mesmo, entre os estilos no repertório de

um falante (BORTONI-RICARO, 2014, p. 12). Claro está, pois, que a heterogeneidade se faz presente mesmo nos usos individuais da língua.

Desse modo, como podemos observar com a explanação das ideias de Koerner acima colocadas, ainda na década de 1960, uma nova teoria da mudança linguística - capaz de superar os paradoxos que as teorias estruturais, fundadas no axioma da homogeneidade, haviam trazido para a linguística histórica - foi desenvolvida e formalizada por Weinreich, Labov e Herzog (1968 [2006], para os quais há duas teorias da mudança linguística, uma forte e outra fraca, esta sustentada pela ideia da existência de alterações constantes na língua, em decorrência de fatores que condicionam a passagem de um estado de língua a outro, de forma sucessiva; aquela, por sua vez, sustenta-se na ideia de descrição de uma dada língua num recorte de tempo, ou mesmo, do curso de desenvolvimento da língua num intervalo específico. Assim, para os autores, a teoria fraca lida com várias sincronias, enquanto a teoria da mudança forte, com apenas uma.

Frente a essas teorias de mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (1968 [2006]) optam pela teoria fraca, a qual prevê que a língua, por ser de natureza heterogênea, de algum modo, sofrerá transformações. No texto programático da sociolinguística “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística”, esses autores demonstram e postulam, por conseguinte, a existência de um falante-ouvinte real, a heterogeneidade sistemática e multiforme da língua nos planos sincrônico e diacrônico, bem como lançam propostas capazes de direcionar o estudo da variação linguística, referindo-se a critérios postos para se estudar a mudança linguística numa dada comunidade de fala. Abre-se, então, o leque para um estudo ou estudos de cunho social - dentre os quais se enquadra o nosso -, o que leva Tarallo (2008) a asseverar que a Teoria da Variação apresenta um quadro teórico-metodológico que insurge às limitações estruturalistas e gerativistas.

As limitações estruturalistas frente à Sociolinguística decorrem do fato de o estruturalismo conceber a língua como um fato social, produto da coletividade, a qual estabelece valores desse sistema (a língua) por meio da convenção social, sobre a qual o indivíduo não teria nenhuma interferência e/ou poder. A análise linguística pelo estruturalismo se dá como um sistema idealizado, imanente e homogêneo, pois, a língua está para Saussure (2006) em suas relações, na sua organização; o ponto essencial é sua estrutura e a forma como ela se articula e se sustenta. Nessa análise, segundo Moreira (2015, p. 183) “os elementos linguísticos se combinam e se organizam regidos por regras de dependência e/ou oposição e estabelecem premissas para fundamentar esse modelo teórico”. No estruturalismo, a língua é tomada como um sistema de regras independentes, sem, portanto, quaisquer interferências de

fatores extralinguísticos, além de que, nele, há a exclusão da mudança linguística, haja vista a prioridade ser atribuída por Saussure à sincronia, na qual se situa a língua, seu objeto de estudo.

A teoria gerativa chomskyana, por sua vez, segue a mesma direção do estruturalismo no que se refere à concepção de homogeneidade da língua e à sua dissociação da exterioridade, o que a diverge também da Sociolinguística. Em relação à mudança, para o gerativismo, ela é regulada pelo modo como se estrutura o conhecimento linguístico na mente dos falantes e ocorre no processo de aquisição de linguagem (LIGHTFOOT, 1999b), o que possibilita a defesa de Chomsky (1981) de que a mudança é regulada também por estruturas inatas, comuns a todos os indivíduos e formalizadas por meio da ideia de uma Gramática Universal. Para Lucchesi e Ribeiro (2009, p.131) esses pressupostos assim se traduzem: “a criança constrói sua gramática a partir do que ouve (os dados linguísticos primários - PLDs) e do que possui de inato (os princípios da gramática universal - UG)”, afirmação que desconstrói a ideia, não raro difundida, de que o gerativismo não trabalha com dados reais da língua, o que é corroborado por Duarte (2016, p. 29), ao advogar que “qualquer modelo de estudo da mudança terá de lançar mão de dados reais, da língua em uso, venham esses dados da fala ou da escrita de outras sincronias”. Assim sendo, como argumento de que o estudo da língua no gerativismo também impescinde de dados reais, fundamentamo-nos ainda em Duarte (2016), para a qual é impossível estudar a aquisição da linguagem, bem com a mudança linguística sem dados reais e, conseqüentemente, sem generalizações empíricas.

Nessa perspectiva, voltando à concepção de homogeneidade da língua, posta pelos estruturalistas e gerativistas, a fim de se considerar a sua heterogeneidade, foi preciso a assunção de um modelo teórico-metodológico com capacidade de apresentar explicações de como as línguas variam e mudam, nascendo, portando, a Teoria da Variação, cujos objetivos mais relevantes foram/são os de analisar e legitimar variantes usadas numa comunidade de fala, as quais não ocorrem no vácuo, mas como um elemento estrutural, correlacionado a algum fator de ordem linguística ou não-linguística (LABOV, [1972] 2008).

Temos que a Teoria da Variação se fortaleceu, alcançou maior êxito e relevância, em virtude da investigação realizada na época por Labov – um dos participantes do congresso realizado por Bright (1974 [1966] – sobre um fenômeno do inglês (o ditongo) falado na ilha de Martha Vineyard, Estado de Massachusset (1963), em que analisou a importância de fatores sociais na mudança linguística dos habitantes da ilha. Para tal, Labov utilizou uma amostra composta por 69 (sessenta e nove) informantes de diferentes camadas sociais: de estudantes a operários da construção civil, sendo 42 (quarenta e dois) descendentes de ingleses; 16

(dezesseis), de portugueses e 09 (nove) descendentes de índios. Com essa investigação, o linguista reconheceu uma correlação entre a identidade dos falantes com a comunidade de fala e o uso variável dos ditongos, assim como conseguiu demonstrar o predomínio da variante não padrão na fala da comunidade estudada, bem distintamente do falar nativo dos turistas, e o papel da interação social na mudança da língua (LABOV, [1972] 2008).

Em seguida, Labov estudou a estratificação social do inglês (/r/ final e pré-consonantal) falado na cidade de Nova York (1966), especificamente em três grandes lojas de departamento, nas quais tomou como informantes pessoas pertencentes a três níveis sociais: alto, médio e baixo. Para a sistematização desse estudo, ele considerou investigações preliminares, as quais o direcionaram às variáveis fonológicas que deveriam ser estudadas, dentre elas a presença ou ausência da consoante “r” em posição pós-vocálica, variável que se configurou como relevante para a medida de estratificação social, tanto que, com esse estudo, o autor demonstrou a presença do /r/ como marca de variante de prestígio social, contrariamente à sua ausência, que era estigmatizada (LABOV, [1972] 2008).

Compreendemos, assim, que essas pesquisas é que facultaram a Labov a comprovação da “heterogeneidade sistemática da língua” e a forte influência de fatores extralinguísticos na variação e mudança linguísticas.

Nessa linha de pensamento, claro está que a Sociolinguística se ocupa não só do estudo da variabilidade da língua, como também da sua mutabilidade, o que a leva à ruptura com a oposição antes existente entre sincronia e diacronia, visto aproximá-las às noções de estrutura e funcionamento da língua no contexto social da comunidade de fala que, para Labov ([1972] 2008)) se refere a grupo de usuários da língua que apresenta domínio de formas e/ou estruturas heterogêneas no nível do idioleto, ou seja, segue as mesmas normas relativas ao uso linguístico. Desse modo, não há como pensarmos na possibilidade de a variação linguística ocorrer, no primeiro momento, a não ser em nível individual.

Para Figueroa (1994), a base estabelecida por Labov para a Sociolinguística reflete um ponto de vista (objeto de análise) e um método. O que ele almeja, ao insistir na indissociabilidade entre língua e sociedade, são soluções definitivas que resultem de dados das comunidades de falantes, haja vista o conhecimento e a sistematização de usos serem possibilitados pelos estudos empíricos.

Nesse sentido, com uma revisita aos estudos linguísticos, vemos que a Sociolinguística apresenta posições teórico-metodológicas que não só se opõem às posições estruturalistas e gerativas, como também delas se distanciam, visto que o quadro teórico e metodológico da Teoria da Variação nos possibilita o reconhecimento da língua como uma

realidade concreta, altamente variável e, nesse caso, o reconhecimento da variação linguística como objeto de sistematização e análise, conforme é demonstrado pelos estudos labovianos.

Para a Sociolinguística, a heterogeneidade linguística é natural na fala de qualquer usuário da língua, assim como em toda e qualquer comunidade de fala. Logo, o método sociolinguístico laboviano objetiva examinar os fatores linguísticos e extralinguísticos condicionadores das variantes que, por sua vez, constituem-se em duas ou mais formas alternativas da língua à disposição do falante para uso em suas práticas comunicativas e/ou linguísticas, o que chamamos de variantes linguísticas (LABOV, [1972] 2008).

Essas variantes, na visão de Labov ([1972] 2008), referem-se a cada uma das formas de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade, formas essas que Tarallo (2008) trata de equivalentes. Todavia, essas formas alternativas não pressupõem mudança, haja vista que toda mudança é decorrente de uma variação, mas o contrário nem sempre é verdadeiro. Então, as diferentes representações linguísticas para uma mesma referência nem sempre são indicativas de que uma das formas se sobreporá à outra, de modo a termos o que se conhece como variação estável (LABOV, [1972] 2008; WEINREICH, HERZOG E LABOV [1968] 2006).

Para esses autores, a coexistência de variantes linguísticas, no plano sincrônico, além de uma variação estável, pode sinalizar também uma mudança de longa duração ou uma mudança em progresso, sendo essa observada no curso de uma ou duas gerações, bem como examinada pelo fator faixa etária. De acordo com Tarallo (2008), as variantes em uso numa comunidade de fala estão sempre em relação de concorrência, pois pode haver uma variante padrão e, pelo menos, uma ou mais não-padrão; uma variante de prestígio e, pelo menos, outra estigmatizada, uma variante conservadora e, pelo menos, outra inovadora, bem como duas formas mais ou menos neutras em determinados estágios de mudança.

Labov ([1972] 2008) considera como elementos basilares da análise sociolinguística as variantes e as variáveis linguísticas, conforme exemplificamos com nosso trabalho: analisamos na fala de Quirinópolis a CV de P6, em que a variável linguística é justamente o fenômeno a ser investigado, caracterizado, portanto, como variável dependente. Já as variantes a serem consideradas para essa variável de nosso estudo são a marcação e a não marcação de plural nos verbos, que estão condicionadas às variáveis independentes.

O termo “dependente”, para Labov ([1972] 2008), advindo da área de Estatística, é atribuído em razão de o emprego das variantes não ser aleatório, mas motivado por um conjunto de fatores variáveis (ou variáveis independentes, que podem ser de natureza interna - fatores linguísticos - ou externa à língua - fatores extralinguísticos). Já as variáveis independentes

demonstram as variantes que exercem influência no comportamento das variantes da variável dependente.. Nesse sentido, quando da análise de aplicação de determinada regra, faz-se necessária a seleção de prováveis fatores condicionadores, que formarão o conjunto das variáveis independentes, de ordem linguística ou não, que se encontram sob investigação.

Os estudos sociolinguísticos propõem que as variáveis linguísticas e extralinguísticas precisam passar por um processamento estatístico, pois esse é que possibilitará ao pesquisador o conhecimento da frequência das ocorrências linguísticas em estudo, assim como o estabelecimento de um peso relativo independente para cada fator, de modo a facultar-lhe a formulação de regras de uso linguístico. Há, desse modo, um suporte quantitativo que nos permite não só analisar os dados obtidos de uma coleta, como também interpretá-los qualitativamente. O que conhecemos, pois, por sociolinguística laboviana também se conhece como sociolinguística quantitativa, em razão de ela se configurar como uma teoria que possui um método, o quantitativo, o qual possibilita a identificação dos fatores que estão direcionando a variação linguística, bem como estabelecer a correlação entre comportamento linguístico e estrutura social (GUY; ZILLES, 2007; GAMEIRO, 2009).

Esse modo de perspectivização da Sociolinguística laboviana acaba por estabelecer como seu campo de estudo fundamental os dados de fala espontânea de indivíduos de um grupo e/ou de uma comunidade específica, quando, então, podemos constatar que há, segundo Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006 p. 99), “um sistema ordenadamente heterogêneo em que a escolha entre alternativas linguísticas acarreta funções sociais e estilísticas, um sistema que muda acompanhando as mudanças da estrutura social”.

Os dados de fala são, portanto, comprobatórios da estreita relação entre língua e conteúdos sociais – razão de nos atentarmos aos aspectos socioculturais que pesam na variação da CV de P6 em Quirinópolis - e da possibilidade de sistematização da diversidade linguística, assim como nos permite advogar favoravelmente à ideia de que a heterogeneidade da língua não é caótica, desordenada, como há muito se acreditou, mas ordenada, sendo sua ordenação um fator constitutivo de um sistema linguístico, o que descarta, portanto, a ideia de uniformidade como característica única do jogo comunicativo na linguagem falada (LABOV, [1972] 2008, p. 203).

Frente à ordenação do sistema da língua mediante a sua variação, Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006), com o objetivo de estabelecerem a ordem nessa aparente desordem, apresentam cinco pontos norteadores do estudo da variação e da mudança linguísticas. Esses pontos, conforme descreve Lucchesi (2004), são princípios que facultam a resolver a contradição paradoxal entre estrutura e mudança, tendo em vista que esta integra o caráter

heterogêneo da língua, de modo a impossibilitar concebê-la como interna ao sistema linguístico. Esses problemas assim se identificam: problema dos fatores condicionantes; problema da transição; problema do encaixamento; problema da avaliação e o problema da implementação.

Sobre os fatores condicionantes ou princípio da restrição, Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006) toma-os como fatores que limitam o conjunto de possíveis mudanças e possíveis condições para mudança permitidas em uma estrutura de dado tipo. Desse modo, na pesquisa sociolinguística, voltando-se a esse problema, cabe ao pesquisador nortear-se pelas perguntas: 1) que fatores determinam as mudanças possíveis na língua? e 2) em que direção essas mudanças acontecem?

Para Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006), é relevante levantar as possíveis condições para essas mudanças, como também as restrições a elas. Logo, esse problema se relaciona à nossa pesquisa, visto que depreendemos de nosso *corpus* os fatores linguísticos e não-linguísticos condicionantes da aplicação da regra variável, de forma a analisar até que ponto os fatores por nós elencados influenciam no uso da CV de P6 pelos informantes de nossa pesquisa, bem como se eles apontam para uma possível mudança ou mesmo manutenção de uma de suas variantes.

No que concerne ao problema de transição, Weinreich, Labov e Herzog ([1969] 2006) afirma:

A mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta. A transformação parece ocorrer entre grupos de pares de faixas etárias levemente diferentes; todas as evidências empíricas reunidas até agora indicam que as crianças não preservam as características dialetais de seus pais, mas sim as do grupo de pares que domina seus anos pré-adolescentes (p.122).

O problema e/ou princípio da transição se relaciona, por conseguinte, ao desenvolvimento de uma mudança no decorrer de uma geração à outra, o que, nas palavras de Coelho et al (2015, p. 84), assim se materializa: “A transição diz respeito à maneira como uma mudança progride ao longo de sucessivas gerações [...]” e, se bem analisarmos a afirmação acima de Weinreich, Labov e Herzog, percebermos que, contrariamente aos estudos imanentistas, em que a mudança é intrassistêmica e individual, bem como ocorre abruptamente e em estágios discretos, não apresentando o modo como ela afeta a comunidade, eles acabam por configurar uma interrelação entre variação e mudança, uma vez que a alternância entre formas linguísticas inovadoras e antigas pode representar uma transição para um outro estado

de língua. Desta feita, a pergunta norteadora do pesquisador é a seguinte: como as mudanças passam de um estágio a outro?

Labov ([1972] 2008) considera a análise das variáveis sociais como de suma importância para a indicação de generalizações sobre o processo de variação e de mudança, ressaltando, para tanto, a significância da faixa etária, visto que a idade do falante pode favorecer o conhecimento da direção tomada pela mudança. Ao compreendermos, pois, que a fala de indivíduos de distintas faixas etárias faculta o exame e a observação da mudança linguística, passamos a afirmar que há correlação do princípio e/ou problema da transição em nosso trabalho, haja vista nos valermos da estratificação dos informantes segundo faixa etária e escolaridade (fatores externos à língua) por entendermos que esses fatores nos facultam averiguar os tipos de perfis que podem desencadear mudanças na língua, bem como apenas uma variação estável.

No problema do encaixamento, a pergunta que norteia o pesquisador é: como as mudanças estão encaixadas na estrutura sociolinguística? A ideia de encaixamento para Coelho et al (2015, p. 79) associa-se a “como um fenômeno linguístico variável se relaciona com outro(s) fenômeno(s), que fatores linguísticos, estilísticos e sociais condicionam [...] determinadas variantes [...]”. Advoga Tarallo (1994) que o encaixamento compreende como, de maneira não acidental, uma mudança em determinado terreno da gramática pode desencadear outra(s) mudança(s) em partes da mesma gramática.

Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006) consideram duas naturezas de extensão desse problema:

- a) Encaixamento na estrutura linguística – tomando a variável como elemento estrutural subjugado pela competência linguística dos membros de uma comunidade de fala, as variantes ou variáveis podem ser contínuas ou discretas, alterando gradativamente os valores modais do sistema de um polo para outro.
- b) Encaixamento na estrutura social - Os fatores sociais pesam na estrutura como um todo, contudo a significação social não é equitativamente distribuída por todos os elementos do sistema. É o caso da variação regional que, por apresentar estruturas linguísticas encaixadas desigualmente, pode afetar apenas parte do sistema mas não um todo sendo que nos estágios inicial e final de uma mudança pode haver muito pouca correlação com fatores sociais (p.123).

No fenômeno em estudo, os resultados alcançados nos permitem determinar se a CV de P6 em Quirinópolis está passando por uma variação (variantes lutando por sua subsistência ou coexistência) ou se há uma situação de mudança em progresso.

O problema da avaliação, que não se aplica diretamente à nossa investigação, refere-se à subjetividade e à consciência empírica dos usuários da língua, as quais se relacionam às variáveis linguísticas em variação/mudança, ou seja, que avaliação os integrantes de uma comunidade de fala fazem de uma variante uma variável linguística. Segundo Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006, p. 125), ‘o avanço da mudança linguística rumo à conclusão pode ser acompanhado de uma elevação no nível de consciência social da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social. Isso posto, entendemos que as pessoas podem reagir diferentemente uma das outras frente às mudanças, tendo em conta as alterações na estrutura da língua e, conseqüentemente, em seu uso.

Segundo Coelho et al (2015, p. 76), a pergunta orientadora quanto a esse problema é “Como as mudanças podem ser avaliadas em termos de seus efeitos sobre a estrutura linguística, sobre a eficiência comunicativa e sobre o amplo espectro de fatores não representacionais envolvidos na fala?”.

Para Tarallo (2008), por meio da ‘consciência social’ acerca da avaliação social das variantes, pode ocorrer a hierarquização das condições prós e contra a implementação da mudança linguística, visto que as mudanças observadas podem ser avaliadas pelos efeitos na estrutura linguística, na eficácia comunicativa.

O problema da implementação, por sua vez, busca evidenciar a razão de a mudança linguística ocorrer em tempo e espaço determinados, o que conduz Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006, p. 37) a destacarem e lançarem os questionamentos: “A que fatores se pode atribuir a implementação das mudanças? Por que as mudanças num aspecto estrutural ocorrem numa língua particular numa dada época, mas não em outras línguas com o mesmo aspecto, ou na mesma língua em outras épocas?”.

Para esses sociolinguistas, a partir do estudo de casos particulares de mudança, a implementação dessa pode ocorrer das seguintes fases:

1º) Origem: uma forma alternativa é aprendida e passa a ser empregada por um grupo restrito de pessoas; 2º) Propagação: duas formas, a antiga e a inovadora, passam a contrastar durante o processo de interação social; 3º) Término: por motivações de natureza estrutural e social, uma das formas é suplantada pela outra. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968] p. 124; LABOV, 2008 [1972] p. 152).

De conformidade com Weinreich, Labov e Herzog, cumpre à Sociolinguística, em síntese, verificar por meio da análise estatística das ocorrências quais variantes atuam efetivamente na formação de variáveis (como a ausência ou presença de marcas de

concordância verbal na terceira pessoa) e identificar se o fenômeno que envolve as variantes e variáveis corresponderiam a uma mudança em curso ou estável.

Assim sendo, uma vez que descrevemos e analisamos a variação da CV de P6 na fala de Quirinópolis, a investigação nos faculto o exame do que impossibilita ou não a implementação de uma ou outra variante: a marcação canônica ou a não marcação canônica de plural nos verbos.

A partir da consideração desses problemas, a teoria da mudança linguística proposta por WHL procura analisar como a língua de uma comunidade complexa se transforma no curso do tempo. E, como mudança pressupõe variação, um método sociolinguístico para analisar as relações entre o componente social e a variação linguística tornou-se fundamental.

1.2 Implicações sociais de uso da língua: a língua no contexto social

O estudo da língua como fato social, conforme vimos, foi de interesse e alvo de vários estudiosos, os quais, mesmo apresentando concepções e/ou visões distintas de língua, buscaram de um modo ou de outro demonstrar as influências do meio externo no seu uso. Todavia, de forma sistemática, a incorporação de aspectos sociais a estudos da língua só se efetivaram por meio das investigações de Labov, nas quais, para a análise da fala de comunidades urbanas, ele considerou um conjunto desses fatores para explicar a variação linguística em uso nessas comunidades, nascendo assim a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação e Mudança Linguísticas.

Para Labov, *a priori*, não há como estabelecermos uma concepção de língua, sem que se leve em conta o contexto social de atividade linguística, de modo que falar em língua como fato social implica concebermos a comunidade de fala como seu *locus*, pois para o autor, o vernáculo não é de pertencimento de um indivíduo, em particular, mas de um grupo, o qual, em sendo *locus* da língua, caracteriza-se como homogêneo, e a língua, por sua vez, como heterogênea (LABOV, (2008 [1972]). Para esse autor (2006 [1966]), é na comunidade de fala que encontramos a explicação para um dado fenômeno linguístico e não no falante, do qual apenas colhemos os dados que almejamos descrever. Labov advoga ainda que,

A análise linguística não pode reconhecer gramáticas ou fonologias individuais. Regras ou restrições individuais não têm interpretação e não contribuem em nada para atos de comunicação. Nesse sentido, o indivíduo não existe como um objeto linguístico (2001, p. 34).

Diante dessas considerações, claro está que somente no contexto social de uma comunidade de fala específica e não numa fala individual encontramos, analisamos, bem como compreendemos a variação e a mudança linguísticas, sendo que, para Labov (2001), o sujeito falante é uma espécie de coadjuvante, “este objeto singular, o falante individual, pode apenas ser entendido como produto de uma história social singular e como a interseção dos padrões linguísticos de todos os grupos sociais e categorias que definem aquele indivíduo” (LABOV, 2001, p.34).

Nessa linha de pensamento em que correlacionamos língua e contexto social, recorremos a Pagotto (2006), o qual elucida que um dos traços da abordagem sociolinguística é o fato de ela pressupor a autonomia do sistema linguístico para depois propor interação com a exterioridade e/ou mundo social. Essa autonomia, nas abordagens sociolinguísticas, segundo o autor, se dá em razão de a língua, enquanto sistema, prescindir do mundo social, mas não deixando de a ele estar dependente para o seu funcionamento, que ocorre pela relação entre os fenômenos variáveis e as restrições internas.

Essa aparente contradição parece se desfazer com as palavras de Meillet (apud WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968] p.114),

[...] A língua é uma instituição com autonomia própria; deve-se determinar portanto as condições gerais de desenvolvimento a partir de um ponto de vista puramente lingüístico; [...] mas como a língua é [também] uma instituição social, disso decorre que a lingüística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode apelar a fim de explicar a mudança lingüística é a mudança social, da qual as variações lingüísticas são somente as conseqüências – às vezes imediatas e diretas e, no mais das vezes, mediatas e indiretas [...].

Remetendo-nos à variação e mudança linguísticas, compreendemos que o estudo dessas é definido pelo caráter social da língua, visto que os padrões de comportamento variantes em função do tempo e do espaço passam a ser entendidos como parte da evolução da sociedade e da linguagem. Para Labov,

Uma abordagem que considera apenas as pressões estruturais dificilmente pode contar a história toda. Nem todas as mudanças são altamente estruturadas, e nenhuma mudança ocorre num vácuo social. Até mesmo a mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos, o que exige uma explicação. [...] as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo. (2008 [1972], p. 20-21).

Essa afirmação de Labov nos possibilita entender a correlação necessária entre fatores internos e externos no estudo sociolinguístico, bem como inferir que esse estudo se insere, determinantemente, na realidade social, haja vista que, para conhecermos os processos que influenciam tanto a variação como a mudança da língua, não há como abdicarmos da análise de fatores sócio-históricos, culturais e contextuais. Portanto, para a teoria laboviana, a heterogeneidade da língua não ocorre senão definida por leis e regras variáveis, fundamentais para a compreensão da mudança linguística (2008 [1972]; 2001). O que o pesquisador variacionista almeja é verificar quais fatores externos exercem influência na variação e na mudança da língua, e, ainda, como se efetua essa influência, pois, conforme se dá neste nosso trabalho, a investigação ocorre por meio de dados que, advindos da fala de uma dada comunidade no seu contexto real de uso da língua, após receberem tratamento estatístico, facultarão ao pesquisador conhecer os fatores interferentes nos processos de variação e mudança.

Segundo Lucchesi (2004, p. 55),

Um modelo teórico que desprezava a variação e a heterogeneidade e considerava seu único objeto de estudo a língua, vista como sistema homogêneo e unitário, seria incapaz de dar conta da questão da mudança. Dessa forma, a concepção saussuriana de língua tornou-se excludente em relação à mudança linguística; enquanto aquela se fundamentava na ideia de uma funcionalidade intra-estrutural do sistema homogêneo e unitário, esta implica necessariamente variação e mudança.

Entendemos, portanto, que, diferentemente do que ocorre no estruturalismo linguístico, o fenômeno da mudança no escopo da sociolinguística parte das estruturas internas às estruturas sociais do contexto de uso da língua, fatores sociais esses que, segundo Pagotto (2006), englobam três planos de correlação para o funcionamento linguístico: o plano espacial, o plano social e o plano contextual. O plano espacial diz respeito à correlação entre formas linguísticas e espaço geográfico (dialetos). O plano social se relaciona à investigação dos reflexos do funcionamento e interferências da estrutura social na estrutura linguística, incluindo-se, pois, a faixa etária, a classe social, o sexo, o grau de escolaridade do indivíduo-falante. Já o plano contextual se refere à correlação do funcionamento linguístico ao funcionamento do processo de comunicação, incluindo, desse modo, o grau de atenção dispensado à forma, que é, de certa forma, determinado pelo grau de (in)formalidade da situação de interação (PAGOTTO, 2006).

Desse modo, é inquestionável e irrefutável a ideia de que a variação e a mudança linguísticas são decorrentes dos processos de interação social dos falantes, os quais, inconscientemente, ao alterarem os fatores estruturais da língua, alteram também “as suas regras

de funcionamento da língua”, de tal modo a adequá-la a suas necessidades de processamento mental, de comunicação e de interação. Desta feita, para Labov (2008 [1972]), na teoria sociovariacionista, as estruturas linguísticas não são autônomas, mas estão correlacionadas aos usos que dela fazem os indivíduos. Nessa perspectiva, segundo Castilho (2010), as estruturas linguísticas são flexíveis e dinâmicas porque os falantes agem e interagem em espaços/contextos, que têm reflexos em sua produção. Todavia, havemos de compreender que esses reflexos nos usos linguísticos nem sempre incidirão em uma mudança, pois, “nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança linguística, no entanto, pressupõe variação. Variação, portanto, não implica mudança; mudança, sim, implica variação. Mudança é variação!” (TARALLO, 2008, p. 63).

Nessa perspectiva, na análise sociolinguística de um dado fenômeno em uso numa comunidade de fala, como é o caso da variação da CV de P6 na fala de Quirinópolis, é importante definirmos se as variantes sinalizam uma variação linguística estável ou uma mudança em progresso. Nesta, há indicativo de o processo de variação caminhar para a sistematização de uma das variantes na língua, tendendo a se tornarem obsoletas. Para Labov (2008 [1972]), raramente, uma mudança linguística em progresso revela substituição categórica de uma forma pela outra, o que ocorre é restrição de uso de uma das variantes, de forma a iniciar-se a mudança em contextos mais favoráveis a ela, até que haja a sua difusão lenta e gradual para, então, atingir alguma estabilidade. Na variação estável, por sua vez, há tendência de manutenção do quadro de variação por um longo período, visto que não se nota tendência de predominância de uma das variantes linguísticas em relação às demais (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]).

Frente à dificuldade de o pesquisador definir se um fenômeno linguístico investigado se constitui uma variação estável ou mudança em progresso, os estudos sociovariacionistas propõem a análise do tempo real e do tempo aparente, a qual foi usada como meios e técnicas em muitos estudos de Labov, com o objetivo de conhecer e demonstrar se uma forma linguística se encontrava ou não em processo de substituição de outra. Para tanto, esse autor “reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente 15 anos de idade” (NARO, 2008, p.44).

O estudo da mudança em tempo real, de curta ou longa duração, parte do princípio de que as diferenças linguísticas existentes entre gerações são indicativas de dois estágios distintos e/ou de desenvolvimentos diacrônicos, sendo as práticas linguísticas dos falantes reflexos desses estágios da língua, na qual os mais jovens podem introduzir, paulatinamente, novas formas, que acabarão por substituir formas usadas pelos mais velhos. A análise em tempo

aparente se realiza por meio de um único recorte sincrônico, destacando a existência de uma determinada mudança na perspectiva da variável social faixa etária.

Labov (1982)

salienta que estudos no tempo aparente não são suficientes por si só para estabelecer a existência de mudança em progresso. Alguma informação sobre o tempo real, independente de quão limitada, é necessária para eliminar decisivamente a possibilidade de que a graduação por idade observada é estável ao longo do tempo (p. 31).

Outras variáveis sociais, como sexo, nível socioeconômico, nível de escolaridade e outros, têm se configurado, também, como de grande relevância na formulação de princípios gerais de variação, assim como, não raro, possibilitam a análise previsiva do caminho da mudança linguística.

Assim sendo, diante das considerações apresentadas nessa seção, acreditamos ter ficado clara a estreita relação da variação e da mudança linguísticas com o plano social, o que significa que elas não são autônomas e, portanto, não engendram a si mesmas, mas partem de um processo de interação social. Logo, pensar esse processo de interação como impulsionador da variabilidade e mutabilidade da língua implica pensar também na imprescindibilidade de uma discussão sobre o peso do processo migratório nos usos linguísticos, o que faremos, pois, na seção abaixo..

1.3 A influência do processo migratório nos usos da língua

O homem, ao longo da sua história, sempre se movimentou de um lugar ao outro, em busca de novas formas de vida, seja no plano econômico ou no sociopolítico, mas, em se referindo ao processo de migração da zona rural para a urbana, Lucchesi (2009) afirma ter sido reduzida a alteração na realidade socioeconômica do Brasil, de meados do século XVI até o final do século XIX, haja vista a predominância da sociedade rural e, conseqüentemente, de pequenos núcleos urbanos.

Para Antongiovanni (2004), há dois acontecimentos históricos que marcaram o início do processo migratório no Brasil, no século XVI, quais sejam: a colonização no país e a modernização territorial. No período da colonização, como vimos, chegaram ao Brasil brancos europeus, para serem colonos; e negros africanos que, como escravos, trabalhariam, no primeiro momento, na cultura de cana de açúcar. Assim, a sócio-história do PB nos mostra que nesse século XVI, posterior à instalação europeia no Brasil, a sociedade colonial brasileira se bipartiu, tendo-se, de um lado o nativo (índio) e o negro africano – não raro para o trabalho escravo – e,

do outro lado, a sociedade formada pelo branco europeizado. Sobre essa bipartição social, Ribeiro (2010 [1995]) assevera que,

Era já uma sociedade bipartida em uma condição rural e a outra urbana, estratificada em classes, servida por uma cultura erudita e letrada, e integrada na economia de âmbito internacional que a navegação possibilitara. Essa posição evolutiva mais alta não representava, obviamente, uma ascensão das sociedades indígenas originais da sua condição tribal à de uma civilização urbana e estratificada. Era uma simples projeção dos avanços civilizatórios alcançados pelos europeus, ao saírem da Idade Média, sobre os remanescentes da formação aborígine procedente e dos negros aliciados na África como força de trabalho escravo. (p. 66).

Essa afirmação do autor coloca em evidência que a estratificação da sociedade colonial em urbana e rural implicou também outra bipartição: de superioridade e de inferioridade, haja vista de um lado estar aqueles com direito à ascensão social; do outro lado aqueles aos quais era negado esse direito, denotando, pois, exclusão social do povo nativo e do negro africano.

Sobre a cultura dessa nova sociedade formada por índios, negros e brancos, Souza (2015) aponta que

as formas de comunicação estavam pautadas, entre diversos elementos, à lenta difusão da língua portuguesa, que, com o passar dos tempos, se tornou o único veículo de comunicação entre as comunidades brasileiras e a pequena parcela letrada que ensinava as tarefas mais complexas e difundia as crenças e os valores morais. Essas características fizeram com que a sociedade e a cultura brasileiras apresentassem mais traços europeus, embora se percebesse a incorporação de poucos aspectos culturais de origem indígena e africana, explicando, assim, a não existência de uma classe dominante nativa (p.65).

Assim, a exclusão atinge em outro parâmetro os índios e os negros africanos, uma vez que os aspectos culturais pertencentes ao universo de vida deles são colocados em segundo plano em relação aos aspectos culturais europeus, quando da inserção na sociedade e cultura brasileira.

Nessa perspectiva, para Souza (2015), pensar nos espaços urbanos e rurais do período da colonização é também deduzir as formas de uso da língua nesses diferentes contextos. No urbano, havia a probabilidade de apreender e aprender uma variedade linguística de prestígio, uma vez que uma camada considerável de falantes era letrada. Já no rural, pelo fato de ser um espaço anacrônico, a possibilidade de aquisição de uma linguagem mais formal se limitava àqueles que podiam pagar por ela, neste caso, os filhos dos senhores de terra. Sobre isso, Callou et alii afirmam

É de se supor que, pelo menos nos contextos das cidades e vilas, por menores que fossem os sítios urbanos, o processo de aculturação tenha favorecido, pouco a pouco, de uma geração a outra, a opção pela língua portuguesa, em detrimento da identidade linguística original. Nesse sentido, diante do quadro quantitativo de aloglotas, impossível não deduzir que quão maior a interação

com a parcela branca, maior o incremento desse processo. Nesse quadro histórico-social, situam-se inúmeras discussões sobre as origens do português brasileiro (2006, p. 263).

Reputando, assim, que o primeiro contato dos portugueses ao chegarem ao Brasil foi com os povos indígenas, duas etnias altamente diferentes em todos os aspectos, Fabová (2013) afirma que, do ponto de vista linguístico, em função da presença de línguas distintas num mesmo espaço, isso por considerarmos o Português Europeu e a acentuada multiplicidade linguística dos povos nativos, pertencentes a variadas tribos, houve necessidade de que, inicialmente, a comunicação entre esses povos se efetivasse por meio da linguagem gestual. Todavia, dado o contato dessas etnias e, conseqüentemente, do contato entre línguas, aos poucos, o homem branco europeu começou a aprender rudimentarmente as línguas dos nativos, abandonando a linguagem gestual para ceder espaço ao uso de variantes diferentes das línguas ali usadas, o que conduz Mattos e Silva (2004) a dizer que foi difundida por várias regiões brasileiras uma variedade linguística originária desse contato entre línguas, ou seja, do português que essa população aprendia, e por ela denominado de “português geral brasileiro”, cuja aquisição se efetuou pela língua(gem) oral, tomada como antecedente do que hoje temos como Português Popular Brasileiro.

Em se referindo se referindo às línguas indígenas (língua geral), aos poucos elas foram se enfraquecendo ou se extingindo, em decorrência do não assujeitamento dos índios ao trabalho escravo imposto pelos colonos, contra os quais se rebelaram, sendo, portanto, muitos deles (índios) dizimados, sem contar os que foram vencidos por guerras ou doenças. Já o visível enfraquecimento dessas línguas foi motivado pelas medidas coercitivas tomadas por Marquês de Pombal, em 1757, no Diretório dos Índios, medidas dentre as quais destacamos a obrigatoriedade de se utilizar a língua portuguesa para o ensino das crianças e não mais a língua geral. Todavia, de acordo com Noll (2010), o desuso da língua geral não se deu em decorrência da medida pombalina, mas em função das atividades missionárias dos jesuítas e do crescente aumento de uso do português nos estados em que se centralizavam as atividades econômicas – administrativas: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A dizimação dos povos indígenas acabou por desencadear aos colonizadores o problema da falta de recursos humanos para a sustentação e manutenção da economia do Brasil Colônia, de modo que se viram obrigados a apelaram pelos negros africanos, os quais vieram de vários lugares da África, não por vontade própria, mas forçadamente, tanto que eram traficados.

Os negros trouxeram ao Brasil uma multiplicidade de línguas, todavia, foram submetidos, também forçadamente e por necessidade extrema de comunicação, à aprendizagem

da língua do colonizador com o senhor do engenho e, mais precisamente com o feitor, bem como foram impedidos, segundo Lucchesi (2012), de manterem contato com aqueles que tinham em comum a língua, objetivando, desse modo, suprimir-lhes a identidade linguística e reprimir ou deter qualquer tipo de resistência deles e/ou entre eles. A aprendizagem do português pelos negros africanos se deu, portanto, de oitiva e sem quaisquer normatizações.

Lobo (1996) considera de grande relevância o contributo dado pelos negros africanos à formação da “língua geral” – denominação de Mattos e Silva (2004) do que hoje conhecemos, segundo já citado, como português popular. Do mesmo modo, para Lucchesi (2009), os estudiosos da história da língua portuguesa no Brasil são unânimes quanto ao reconhecimento de que “o elemento africano desempenhou um papel bem mais relevante no processo de constituição da nossa realidade linguística atual do que o elemento indígena” (LUCCHESI, 2009, p. 57), afirmação para qual se apresenta o argumento do acréscimo consubstancial da população negra trazida pelos colonizadores para o desempenho de atividades distintas tanto no meio rural, como no meio urbano, enquanto em relação aos indígenas acontecia o inverso, a diminuição, em virtude de motivos já expostos. Nesse sentido, é que se tem os africanos e seus descendentes como os maiores propagadores do Português Popular Brasileiro.

Lucchesi (2012, p. 47) assevera

que não se pode pensar a formação histórica do português brasileiro, particularmente de suas variedades populares, sem ter em conta centralmente a aquisição imperfeita da língua portuguesa por parte de milhões de indígenas brasileiros e africanos escravizados e a nativização dessa variedade defectiva de segunda língua entre os descendentes desses segmentos, que vão constituir praticamente dois terços da população do Brasil (p. 47).

Compreendemos com as palavras desse autor que a variedade popular da língua é marcadamente definida por diferenças advindas do contato linguístico do português com outras línguas – interação de povos distintos -, de modo que, a fim de melhor explicitar e explicar a realidade linguística brasileira, mais adiante, discutiremos sobre o conceito de transmissão linguística irregular, em busca de uma maior compreensão do processo de contato massivo e abrupto entre línguas (Lucchesi, 2000; 2003; 2009).

Retomando a periodização do processo migratório, recorremos a Antongiovanni (2004), para o qual, no século XIX, a migração se volta ao processo de expansão da fronteira econômica e ao processo de abolição da escravatura, com os quais os colonizadores objetivavam maior participação de brancos europeus na formação da população brasileira.

Assim sendo, chegaram ao Brasil, italianos, alemães, húngaros e outros, cujas presenças foram fundamentais para dinamizar a população brasileira com a abolição da escravatura.

Já no tocante ao processo de migração zona rural – zona urbana, essa teve seu ápice no século XX, propriamente na década de 1980, em consequência da mecanização do/no campo e do processo de urbanização crescente que, segundo Hartwig (2007, p. 1), “entre 1981 e 1992 a população brasileira crescia a taxas de 1,8% ao ano, a população do meio rural regredia a 0,7% ao ano”

Logo, ao migrarem para a cidade, é certo que os migrantes da zona rural se depararam com novas formas de uso da língua, passando a incorporar às suas práticas linguísticas alguns traços característicos da variedade culta da língua, embora de forma bem reduzida. Do mesmo modo, não se pode deixar de levar em conta a influência que a variedade rural exerceu sobre a variedade urbana, pois, para Souza (2015, p. 66), “o processo migratório de pessoas rurais para os centros urbanos, no período da industrialização (meados do século XX), foi muito grande, sobrepondo-se em muitos contextos, à densidade demográfica das cidades hospedeiras”. Lucchesi (2004) afirma:

Portanto, no decorrer do século XX, enquanto no português popular se verifica uma tendência de mudança “para cima”, não em direção aos padrões normativos, mas em direção ao padrão urbano culto (ou semiculto), no português culto, assiste-se a uma tendência de mudança de afastamento do padrão normativo de matiz europeu, uma mudança que se pode definir como “para baixo”. Se é clara a influência “de cima para baixo” sobre as camadas populares, pode-se postular também uma influência “de baixo para cima” sobre as camadas médias e altas. Para além da intensificação do contato dessas camadas com dialetos populares rurais em função do êxodo do campo para a cidade, que se intensifica sobremaneira a partir da década de 1940, há um fato da história socioeconômica e demográfica do país que parece ser, nesse aspecto, decisivo (p. 80).

Nessa linha de pensamento, vemos que o processo de migração e, obviamente, de urbanização, acabou por colocar não só o indivíduo migrante frente a uma realidade linguística distinta da sua, como também a comunidade que o recebeu, implicando, pois, um contato de variedades nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico da língua.

Assim sendo, ficamos aqui com as palavras de Santos (2016), para a qual,

tratar do fenômeno das migrações brasileiras a partir de uma perspectiva que assume a sua relação com a língua, abre a possibilidade de reconhecer o uso linguístico a partir de uma pluralidade de enunciados estruturais que operam simultaneamente, influenciando assim, os processos de mudança linguística (p.45).

Com base nas palavras dessa autora, bem como em todas as ponderações apresentadas nessa seção, assumimos que o estudo dos processos migratórios, um fenômeno de ordem social, é/tem sido imprescindível para o estudo da variação da concordância verbal de P6 de uma comunidade de fala, estando claro que a língua não é/está isenta dos contatos linguísticos, os quais implicam alterações em sua estrutura, especialmente na sintaxe da concordância. Nesse contexto, inserimos aqui a comunidade de Quirinópolis, a qual foi afetada linguisticamente pelas migrações da zona rural para a zona urbana, que acreditamos ter sofrido influências linguísticas daquela, dentre as quais a não marcação explícita do plural nos verbos.

1.3.1 A transmissão linguística irregular

Conforme vimos na seção anterior, no período do Brasil colonial, o contato entre a língua do homem colonizador e, mais especificamente, a língua do negro africano, que aqui chegou como escravo, exerceu influência significativa e marcante no Português Brasileiro, de tal modo a instigar estudiosos da área linguística a analisarem as origens desse português, respaldando-se em três hipóteses, dentre elas a da transmissão linguística irregular, doravante TLI, conceito que, segundo Lucchesi (2015), consiste no surgimento de uma nova variedade de língua, advinda do contato entre a língua do colonizador e a língua do grupo dominado, sendo a aquisição da língua-alvo - tomada como segunda língua -, defectiva, pois nesse contato, os povos dominados aprendem coercitivamente e de modo irregular a língua do colonizador, a fim somente de manterem as relações sociais, comerciais e a comunicação básica. Além do mais, a irregularidade decorre da dificuldade de aprendizagem de uma segunda língua pelo grupo dominado, mesmo porque a maior parte de seus membros já são adultos.

De acordo com Lucchesi (2000), em sendo maior a situação do contato linguístico, é comum a segunda língua, variedade da língua-alvo, adquirir espaço e, desse modo, tornar-se modelo para a aquisição da língua materna dos descendentes dos falantes das outras línguas, o que se dá em virtude da relação que a segunda língua (a variedade) cria com os detentores do poder político e econômico.

Pontuamos que a língua advinda do contato pode se aproximar como se distanciar caracteristicamente da língua alvo, dependendo, pois, de fatores sociais, como o número de falantes da língua ou o grau de coesão dos grupos de falantes quando em dominação. Do mesmo modo, a maior ou menor aproximação da língua que emerge do processo de TLI à língua alvo, bem como as mudanças sofridas pelas línguas originárias também são explicadas pelas situações socioculturais e históricas.

Mattos e Silva (2004) advoga que

A língua portuguesa, na sua variante brasileira, predominantemente nas variantes populares e vernáculas, mas não apenas nelas, deve as suas características inovadoras, em geral simplificadoras, em relação ao português europeu, tanto no plano sintático como fônico, à forma como foi aprendida pela massa populacional predominante ao longo do período colonial: como segunda língua; com modelos defectivos da língua-alvo, a do colonizador, mas não tão defectivos que propiciassem a formação de um crioulo estável e generalizado; na oralidade; sem o controle normativo da escolarização (MATTOS; SILVA, 2004, p. 107).

As palavras da autora, que parecem corroboradas pelas de Lucchesi (2015), remetem-nos à formação do PB, caracterizado como uma segunda língua, produto de um contexto linguístico com um quantitativo significativo de falantes, os quais adquiriram essa língua de modo imperfeito. Assim, ela acaba nos remetendo também ao conceito de “transmissão linguística irregular leve”, que se refere ao contato maciço entre línguas que desencadearam/desencadeiam mudanças na língua materna, contudo, as mudanças ocorridas não configuraram/configuram uma nova gramática qualitativamente diferente da gramática da língua-alvo (LUCCHESI, 2012). Para Lucchesi (2008), se a ampliação

do acesso à língua-alvo ocorre antes que os processos de gramaticalização e de transferência do substrato se consolidem na variedade linguística que se forma na situação de contato, o processo de criouliização é sustado e, ao invés de uma língua crioula, forma-se uma variedade popular da língua dominante, o que nós temos chamado de processo de transmissão linguística irregular de tipo leve. Essa variedade mantém basicamente todo o arcabouço estrutural da língua dominante. Os processos de gramaticalização são muito raros, quando não ausentes, e a característica mais proeminente dessas variedades é um quadro de ampla e profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial, como as regras de concordância verbal e a flexão de caso dos pronomes pessoais (LUCCHESI, 2008, p. 164).

Constatamos, por meio das afirmações dos autores citados, que do conceito de TLI podem emergir os conceitos de pidginização e de criouliização, muito embora, a formulação do conceito de TLI objetiva, segundo Lucchesi (2015, p. 95), “estender o escopo das mudanças que afetam a estrutura gramatical da língua em situação de contato massivo, para além da pidginização e da criouliização típicas”. Esclarecendo, temos que a TLI se dá numa situação de contacto massivo entre línguas, contato esse de que não surge uma outra língua (um pidgin ou um crioulo), mas uma variedade, que na situação de contato, modifica-se estruturalmente. Lucchesi (2015) assevera que

as situações mais radicais de contato linguístico maciço e abrupto dão ensejo à formação, em curto período de tempo, de uma língua nova, distinta em sua

estrutura gramatical de todas as outras que concorreram para sua formação (língua pidgin ou língua crioula), não obstante seu léxico seja majoritariamente proveniente de apenas uma das línguas em contato e alguns mecanismos de sua gramática possam ter sido transferidos da gramática das outras línguas [...] Nesta perspectiva, o processo de formação de uma variedade linguística em situação de contato é concebido como variável em seus resultados, em função da gradação nos valores de certas variáveis sociais que o estruturam, de modo que seu resultado não pode ser um pidgin ou um crioulo, mas apenas uma variedade da língua que prevalece na situação de contato (LUCCHESI, 2015, p. 95).

Considerando que Lucchesi (2015) faz referência às línguas pidgin e crioula, as quais são resultantes da intensidade da TLI, fundamentamo-nos aqui em Baxter (1996), que conceitua pidgin como uma língua falada por grupos distintos de pessoas, as quais estabelecem contato, embora sem uma língua comum e, justamente por isso, ela se caracteriza como uma língua reduzida, pois minimizada sua gramática, variações fonológicas e mistura do vocabulário. A formação de um pidgin, segundo esse autor, está relacionada a uma realidade econômica ou de escravidão, realidade essa que, ao impossibilitar a aprendizagem de uma segunda língua, dá surgimento a uma “língua emergencial”.

A partir do momento que se considera um pidgin como língua materna de uma comunidade de fala, ele deixa de ser e pidgin torna-se um crioulo. Isso significa que houve expansão da situação de contato, havendo, pois, ampliação das funções do pidgin. Para Baxter (1996, p.41), “Um crioulo é uma língua nativa que surge em circunstâncias especiais que conduzem à aquisição de uma primeira língua, com base num modelo de segunda língua defectivo, tipo pré-pidgin ou pidgin”.

No processo de aquisição de uma língua crioula, de nativização de um pidgin, surge a necessidade de preencher as lacunas surgidas da erosão ocorrida no processo de pidginização. Logo, o que ocorre, em muitas línguas crioulas, é a mescla do léxico da língua de superestrato com a estrutura gramatical da língua de substrato, ocorrendo, então, algumas vezes, a gramaticalização de elementos lexicais da língua alvo (MONTEIRO, 2010).

Diferentemente do que ocorre com o pidgin, o desenvolvimento do crioulo se dá, geralmente, numa situação em que um grupo de status social necessita estabelecer relações com um grupo que não detém esse status, o que ocorreu quando dos contatos entre as línguas africanas com os idiomas dos colonizadores europeus, no início da escravidão.

Lucchesi (2013), com a pretensão de traçar diferenças entre a formação de uma variedade popular de uma língua, utiliza-se do conceito de “transmissão linguística irregular”, destacando, assim, a relevância do que se entende por erosão gramatical, eliminação e variação.

A erosão gramatical, de acordo com esse autor, ocorre tanto na criouliização, quanto na situação de TLI do tipo leve, sendo que nesta varia somente o grau da erosão e naquela, a erosão é compreendida como uma situação de “transmissão linguística irregular do tipo radical”. Na formação de línguas crioulas há a eliminação de elementos gramaticais sem valor referencial ou sem saliência fonética e na “transmissão irregular do tipo leve” há uma grande variação no uso desses elementos gramaticais, sem ocorrer uma eliminação total.

Desse modo, Lucchesi (2008, 2012) defende que a origem do Português Popular do Brasil pode ser explicada num processo de TLI, do qual originou uma variedade diferenciada da língua portuguesa e não uma língua crioula. Para essa defesa, o autor utiliza dois argumentos: o grande quantitativo de falantes da língua alvo quando do Brasil Colonial, o que reforçou uma não situação de criouliização típica e a ininterrupta chegada ao Brasil de grupos imigrantes portugueses, enfatizando cada vez mais o uso e poderio da língua portuguesa e, consequentemente, o não radicalismo na erosão da gramática dessa língua.

A história linguística nos mostra que, durante um certo período, a variedade popular da língua era de pertencimento dos falantes da zona rural, os quais tinham pouco ou nenhum contato com falantes urbanos, bem como eram analfabetos ou com baixo nível de escolaridade. Todavia, com o crescente processo de urbanização, acrescido à mecanização nas lavouras e ao êxodo rural, que impulsionaram o contato da variedade rural com a variedade urbana, acreditamos num processo de TLI leve, razão de defendermos que o uso da CV de P6 em Quirinópolis carrega traços de ruralidade, mesmo porque a sócio-história dessa cidade é perpassada pela sócio-história do PB.

Nesse sentido, por tomarmos Quirinópolis como uma comunidade urbana, mas, que carrega traços do rural no uso da língua, é que na próxima seção discutiremos sobre ruralidade e urbanidade, a fim melhor entendermos os critérios definidores desses dois espaços.

1.3.2 Ruralidade e Urbanidade: convergências/ divergências (ou desafios na delimitação)

O debate acerca da relação urbano-rural não é recente, remonta ao início do século XIX, ganhando força com a Revolução Industrial, quando a urbanização, até então um processo lento, acelerou-se tornando necessária a formalização da distinção entre campo e cidade (DAVOUDI; STEAD, 2002). Tais discussões, baseadas em duas grandes linhas: a dicotomia e o *continuum*, englobam muitos elementos analíticos, compondo um vasto mosaico passível de diversas interpretações. A primeira linha se sustentou em duas correntes: a) uma anti-urbana, na qual a vida rural era idealizada e seu desaparecimento lamentado e b) outra, pró-urbana, em que a

urbanização era considerada o motor do progresso, inovação e modernização. Todavia, postularam-se críticas a essas correntes, considerando a possibilidade de encontrar áreas em uma cidade similares a áreas rurais e áreas na zona rural com características ditas urbanas. Além disso, também se aponta a existência de assentamentos humanos entre um polo e outro, surgindo daí o conceito de *continuum* rural-urbano, dando conta de que “não há uma divisão aguda entre a vida urbana e rural, mas que os assentamentos existem ao longo de um contínuo de muito rural para altamente urbano” (IBGE, 2017). Mais recentemente, em fins do século XX, o debate se renova e, com a virada do milênio, intensifica-se com as transformações ocorridas nos modos de produção e com as alterações nas relações econômicas e funcionais entre cidade e campo. Ao que nos parece, para as correntes teóricas que entram no debate sobre o rural e o urbano, o grande desafio está em como identificarem e classificarem o rural e o urbano.

Nesse sentido, é importante a compreensão do que distingue o rural do urbano, partindo do pressuposto de que são, antes de tudo, definições dos espaços onde têm lugar determinados processos sociais e econômicos. Todavia, os limites entre as duas situações não são claros, sendo definidos a partir de características que lhes atribuímos. Nas abordagens clássicas, distingue-se o rural como o espaço da agricultura, em oposição ao espaço da industrialização – o urbano, somando-se à primeira outras características como a relação direta dos seus habitantes com a natureza, a baixa densidade populacional e o interconhecimento entre os seus habitantes. As abordagens clássicas situam o rural relativamente ao urbano de duas maneiras: como oposição campo-cidade e como um *continuum* rural-urbano, esta última foi sistematizada por R. Redfield (1960 apud RODRIGUES, 2014).

Entre as décadas de 1980/1990, essa abordagem clássica passou a ser questionada em função dos processos de reestruturação econômico-social por que passavam as sociedades, quando, então, se verificou uma relativa perda da importância da agricultura e a emergência de novas atividades econômicas de caráter não agrícola nos espaços rurais, constatações apresentadas nos estudos dos franceses Marcel Jollivet (1997 apud RODRIGUES, 2014) e Bernard Kayser (1990). Tal questionamento dá mote para o surgimento da abordagem territorialista, não pelo fato de o rural deixar de ser espaço da agricultura, mas sim por ele se tornar multifuncional e marcado pela pluriatividade face à modernização da agricultura, que levou aos campos produtos tipicamente urbanos.

Nesse sentido, Bernard Kayser (1990, p. 13 apud RODRIGUES, 2014), no que tange às diferenças quanto ao urbano, sintetiza o rural a partir de quatro dimensões:

- a) uma baixa densidade de habitantes e de construções, com a cobertura vegetal como paisagem predominante; b) um uso económico do solo predominante por atividades agro-silvo-pastoril; c) um modo de vida dos seus habitantes caracterizado pela pertença a uma coletividade de tamanho limitado e por uma relação com a natureza. d) uma identidade e uma representação específicas fortemente marcadas pela cultura camponesa.

Já a definição mais elaborada do urbano é formulada por L. Wirth (1997 [1938]): “aquilo que na nossa civilização é distintivamente moderno é o crescimento das grandes cidades”. Assim, o autor, caracterizando o urbanismo como modo de vida, distingue três elementos diferenciadores para a cidade: o número de habitantes, a densidade populacional e a heterogeneidade. Para ele, as localidades menores estão sob influência da cidade grande. Nesse sentido, pode-se depreender que o urbano não pode ser visto como exclusivo das grandes cidades.

Nesse pequeno quadro de definições conceituais de rural, do ponto de vista de autores internacionais, têm-se duas abordagens paradigmáticas: uma tradicional, outra territorialista. Naquela, rural é visto como sinónimo de espaço agrícola e simétrico ao urbano; nesta, o rural adquire identidade própria, é economicamente multifuncional e com modalidades de articulação com os espaços urbanos que ditam a sua especificidade. Em ambas as abordagens, o rural é sempre definido tendo o urbano como referência.

Em termos nacionais, o debate sobre o rural está centrado em dois elementos: o tamanho e a natureza. O primeiro elemento se refere ao tamanho da população definida como rural ou urbana de acordo com a localização do seu domicílio. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000, v7), a área urbana, cujos perímetros são definidos por lei municipal, são as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas); são consideradas urbanas também as áreas urbanas isoladas, igualmente definidas por lei municipal, porém separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal. As áreas rurais são aquelas fora dos perímetros definidos como urbanos. Enquanto o segundo elemento corresponde, por sua vez, às características socioeconômicas e culturais dos espaços rurais e dos seus habitantes.

Do ponto de vista legal, tanto as sedes dos municípios (cidades) como as dos distritos (vilas) são consideradas urbanas, independentemente do tamanho ou de qualquer outra característica. Este critério tem sido alvo de constantes críticas por parte dos estudiosos do rural brasileiro. Citamos José Eli da Veiga (2002), autor que defende uma definição pelo critério demográfico, ou seja, somente deveria ser considerada urbana a população dos municípios que tivessem pelo menos 20 mil habitantes na sede. Todavia, novos/outros estudos mostraram que o aspecto tamanho e o critério demográfico, ainda que muito significativo, não são suficientes,

conforme postula a socióloga Maria de Nazareth Wanderley (2000), para quem a sede municipal (a cidade), diferencia-se do seu entorno rural apenas como um centro administrativo e local onde o poder é exercido, na maioria dos pequenos municípios brasileiros. A autora faz a distinção rural, no Brasil, em dois aspectos: 1) é um espaço fortemente marcado pela agricultura, sobretudo pela agricultura familiar; 2) é também um espaço marcado pela precariedade no acesso aos serviços e bens de consumo coletivo.

Autores como Maria José Carneiro (1999) e Ricardo Abramovay (2003) também buscam compreender a natureza do rural nacional. Carneiro afirma que para entender o rural há necessidade de tomar como ponto de partida um conjunto de representações sociais, que vão além da demarcação de áreas como rurais ou urbanas, pensando-o como um espaço multifuncional e pluriativo. Já Abramovay, associa rural à ideia de território cujo desenvolvimento depende do capital social dos seus moradores e da ação de políticas públicas, desvinculando-o da ideia de ser uma etapa do desenvolvimento a ser superada pelo progresso.

É consenso a velocidade dos processos de urbanização ocorridos no Brasil durante o século passado, principalmente nas cidades do interior; assim, debruçar sobre definições e/ou conceitos de urbanidade-ruralidade no Brasil tornou-se fundamental para compreender e/ou propor/fomentar políticas uma vez que áreas rurais não são consideradas nos planos de gestão, sendo vistas em geral como zonas mortas ou decadentes. (ABRAMOVAY; SACHS, 1995)

Em que pese a importância do debate nacional sobre ruralidade-urbanidade, em 2015, o Brasil ainda não possuía nenhum critério legal unificado para definir rural e urbano, como já enunciado, ficava a cargo das prefeituras de cada município definir, dentro de sua área, quais são urbanas e rurais (BRAGA; REMOALDO; FIÚZA, 2015a). Desde 1938, ano do Decreto-lei 311 – quando sedes dos municípios passam a ser consideradas aglomerações urbanas, poucas intervenções jurídicas alteraram o conceito de área urbana e rural. Na década de 1960, publicam-se o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) e o Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966) que procurou estabelecer critérios para a incidência do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e para o Imposto Territorial Rural (ITR).

A visão tradicional que ligava o rural a atividades agrícolas pode ser observada em outras leis vigentes, como na lei 8.629/93, que dispõe sobre a reforma agrária, definindo o imóvel rural como “o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial” (BRASIL, 1993). Observamos que os critérios utilizados pelo código tributário se fundamentam, portanto, no acesso a serviços públicos e infraestrutura. Essa visão é compartilhada pelos autores que compreendem o rural como um modo de vida (WIRTH, 2005).

No entanto, apesar da existência desses critérios, é ainda o governo municipal o responsável por estabelecer quais áreas podem ser consideradas como urbanas ou rurais.

Finalmente, devemos considerar com Veiga (2003) a importância da diferenciação dos tipos de municípios no Brasil, ao invés de chamar tudo de cidade, assim como é importante a percepção da dinâmica dos modos de vida rural e urbano existente dentro destes diferentes tipos de municípios. Quando classificamos o “espaço” em rural ou urbano, incorremos no risco de não considerarmos que localidades com baixa densidade demográfica podem apresentar assentamentos humanos urbanizados e que localidades mais densamente povoadas podem apresentar assentamentos humanos com modos de vida rurais. Classificarmos não o espaço em si mesmo, mas os modos de vida nele presentes, poderia se constituir em um avanço em termos do direcionamento de políticas públicas.

Diante, portanto, das ponderações apresentadas nessa seção e voltados ao objetivo do tema dessa, somos levados a pensar na polarização do falar característico dos espaços geográfico-sociais rurais e urbanos, razão de, na seção seguinte, discutirmos a polarização sociolinguística, conforme pressupostos de Lucchesi (2003; 2004; 2006; 2015).

1.4 Polarização sociolinguística

As questões discutidas anteriormente nos facultam assumir que o contato entre as línguas dos colonizadores, dos nativos, dos negros africanos e dos mestiços foi determinante para o enriquecimento da língua portuguesa no que se trata da diversidade linguística nela existente. A explicação se encontra no fato de o “português geral”, variedade do português surgida da mistura das línguas usadas no Brasil colonial, ter sido disseminado pelo país, visto que havia uma intensa movimentação dos índios, dos escravos e dos mestiços de um lugar ao outro para o trabalho braçal nas lavouras de café, de cana-de-açúcar e outros. Sobre essa movimentação, Lucchesi (2001, p. 105) afirma que “o massivo deslocamento de populações pode explicar em boa medida a homogeneidade diatópica das variedades populares do português do Brasil”.

Nessa perspectiva, segundo Lucchesi (2003; 2004; 2006; 2015), a realidade linguística brasileira se constitui um todo plural e polarizado, afirmação que se sustenta na identificação de dois polos (subsistemas) que separam a variedade popular da variedade culta da língua no país com sistemas de avaliação e processos de mudança distintos, pois a variedade culta, desde o século XVI, é característica dos segmentos letrados e favorecidos economicamente, enquanto a variedade popular é característica da maioria da população, desprovida de poder econômico

e de escolarização. De conformidade com Lucchesi e Baxter (2006, p.189), “[...] o que ocorreu, e ainda ocorre no Brasil, é um violento processo de segregação social, com evidentes reflexos linguísticos”, o que pode ser notado na estigmatização que sofrem os indivíduos da zona rural e pobres, usuários da variedade popular da língua, muito embora os estigmas tenham sido minimizados com o quadro de polarização da língua.

A proposta de Lucchesi (2006) de polarização sociolinguística incide na configuração do PB como um diassistema ou subsistemas, cujas distinções estão nos seus usos e na avaliação subjetiva das variantes, bem como nas tendências de mudança. A identificação desses subsistemas distintos, concebidos como unidades autônomas de análise, parte da observação e análise das evidências empíricas, bem como de eventos e desdobramentos da sócio-história do Brasil.

Voltados, pois, à sócio-história da polarização da língua, temos que a formação sociocultural, política e linguística brasileira se fez distante dos centros urbanos e sem influência desses, de modo a se caracterizar como de base rural, mesmo porque a maioria da população no período colonial esteve centrada, até o início do século XIX, no espaço rural, onde se concentravam as atividades econômicas da época. Assim sendo, Lucchesi (2001, 2002), ao se voltar à polarização linguística, fundamentado no contexto sócio-histórico do Brasil colônia, leva em conta a oposição entre zonas rural e urbana, às quais estão relacionadas as variedades popular e culta da língua, produtos da distinção étnica, demográfica, sociocultural e econômica daqueles espaços. Para corroborar essa ideia de Lucchesi, recorremos aqui a Faraco (2008, p. 43), com a seguinte afirmação “a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas, ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas”.

Com essa afirmação do autor, melhor compreendemos o processo de formação linguística do Brasil, que ocorreu marcado pela fuga dos padrões gramaticais por aqueles que não só viviam no espaço rural, mas que também não tinham acesso à escolaridade. Surge, pois, de um processo irregular de transmissão linguística, a variedade popular da língua, variedade não falada e não aceita por uma pequena parcela de homens letrados da época, que viviam no espaço urbano e espelhavam seus usos linguísticos no modelo lusitano, o que é bem retratado na seguinte afirmação de Lucchesi “[...] a gente boa da colônia cultivava a língua e as maneiras importadas da Metrópole”.

Temos que, com o crescente processo de urbanização e, conseqüentemente, o processo migratório da zona rural para a urbana, que teve seu ápice no século XX, propriamente em 1980, assim também com a democratização do ensino, encurtou-se a distância entre os dois

pólos, ou seja, entre os usos da variedade popular e da variedade culta da língua, esta representada pela variedade urbana, aquela, pela variedade rural. Na verdade, o processo migratório e a difusão dos meios de comunicação em massa acabaram por desencadear de vez a aproximação dessas variedades, de forma a impulsionar o enfraquecimento da variedade rural, e o contato dessa com a variedade urbana implicou o surgimento de um dialeto urbano das classes menos favorecidas, tendo em vista que o indivíduo falante originário da zona rural, ao se sentir um cidadão urbano, “percebe mais facilmente a estigmatização que recebem os itens lexicais e expressões mais salientes de sua fala regional” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 33),

Ribeiro (2017), com o argumento de que as barreiras sócio-geográficas entre as variedades rural e urbana foram reduzidas, afirma que as distinções entre essas variedades devem ser relativizadas, haja vista que a literatura brasileira já apresenta novos critérios de divisão para elas. Frente a esses novos critérios, postos na seção anterior, compreendemos haver influências das variedades rural e urbana uma sobre a outra, de forma que Lucchesi (2015) acaba por propor um *continuum*, por meio do qual as relações entre elas são observadas. Nesse *continuum*, essas variedades são tomadas como polos balizadores de diversas realidades que, num dado momento se afastam e em outro momento se aproximam de um desses polos, sendo a realidade socioeconômica das comunidades analisadas e dos agregados formadores de tais comunidades acompanhados nesse processo (BORTONI-RICARDO, 1985).

Está claro, pois, que o estudo da polarização a partir de um *continuum*, contribui, sobremaneira, para melhor compreendê-la, tanto que Bortoni-Ricardo (1985), reputando a situação sociolinguística brasileira, afirma o quanto é interessante a ideia de exposição das variedades em um ‘espectro hipotético’, partindo do vernáculo rural para se chegar ao padrão urbano das classes superiores,

Embora não possa ser tratado como um cotinuum pós-crioulo [a situação sociolinguística no Brasil] somos atraídos pela ideia de mostrar as variedades em um espectro hipotético que vai do vernáculo rural isolado, em um extremo, ao padrão urbano das classes superiores em outro. A distinção crucial que deve ser feita, então, é entre as características que mostram uma estratificação gradativa ao longo do *continuum* e aquelas que indicam uma estratificação nítida entre o discurso rural e o urbano (1985, p. 246).

Desta feita, a heterogeneidade do PB nos propicia advogar que suas variedades não estão/são compartimentalizadas, mas, ao contrário, estão polarizadas, ou melhor, num *continuum* (BORTONI-RICARDO, 2004, 2005), marcadamente de ordem social, haja vista levar em conta a região geográfica e as relações sociais do falante, conforme veremos na próxima seção.

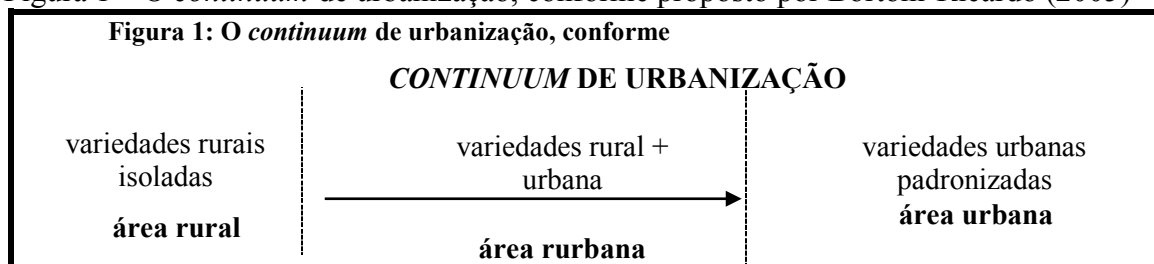
1.5 A noção de *continuum*: da variedade rural para a variedade urbana

Bortoni-Ricardo (2004, 2005), à procura de “apreender de forma mais precisa a complexa situação sociolinguística do português brasileiro” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 40), de tal modo a sistematizar a relação entre variedade rural e variedade urbana e situar cada falante num dado evento de fala, parte da noção de *continuum*, por nós entendido como uma linha de gradações, de conformidade com as características de cada uma das variedades citadas, levando em conta que, para Bortoni-Ricardo, essa noção se refere às origens socioculturais dos falantes. Os *continuums* estabelecidos pela autora são: de urbanização, de oralidade/letramento e o *continuum* de monitoração estilística.

Em razão de nosso estudo se aproximar mais do *continuum* de urbanização, tendo em vista acreditarmos que nossa comunidade se caracteriza como rurbaria, na figura abaixo ilustramos esse *continuum*, que, para Bortoni-Ricardo (2005), é resultante do contato do dialeto rural com a variante em uso na cidade e além do mais

[...] muito relevante porque as categorias rural e urbana são indispensáveis para se conhecer a realidade do Brasil, país que até meados do século XX tinha uma economia essencialmente rural. Nesse *continuum*, a propriedade mais funcional é o grau de isolamento da comunidade, que pode ser de natureza geográfica (física) ou social (BORTONI-RICARDO, 2005, p.51).

Figura 1 – O *continuum* de urbanização, conforme proposto por Bortoni-Ricardo (2005)



Fonte: Bortoni-Ricardo (2005)

Nessa figura, observamos que o *continuum* de urbanização, voltado à relação entre variedade rural e variedade urbana, as quais ficam em pólos opostos, refere-se às variedades linguísticas que vão do espaço rural para o espaço urbano, tendo em vista os antecedentes socioculturais dos falantes. Entremeio a esses espaços está o espaço rurbaria, em que as variedades linguísticas, denominadas “rurbanas”, são ocasionadas pela confluência entre os falares rural e urbano e nelas estão presentes as marcas dos dialetos rurais (BORTONI-

RICARDO, 2005), conforme acreditamos acontecer com o uso da CV de P6 na fala de Quirinópolis.

Desta feita, se da confluência das variedades rural e urbano eclode a variedade rurbana, é inegável a influência que essas duas primeiras variedades exercem uma sobre a outra no decurso do *continuum*, no qual as fronteiras são fluidas, de tal modo a ocorrer a sobreposição e/ou as intrincadas relações entre os falares dispostos nesse *continuum*. Diante dessa comprovação, para Bortoni-Ricardo (2005), há dois tipos de regras variáveis no *continuum* rural-urbano, que se referem, segundo ela, como

[...] regras que definem uma estratificação ‘descontínua’ e que caracterizam as variedades regionais e sociais mais isoladas, recebendo maior grau de estigmatização na sociedade urbana hegemônica; e regras graduais, que definem uma estratificação contínua e estão presentes no repertório de praticamente todos os brasileiros, dependendo apenas do grau de formalidade que eles conferem à própria fala (p.40).

As regras descontínuas são assim denominadas por possuírem uma distribuição descontínua ao longo do continuum de urbanização, ou melhor, seus usos são descontinuados nas áreas urbanas. Elas caracterizam as variedades rurais e as variedades sociais mais isoladas, definidas como mais estigmatizadas. Já as regras graduais possuem uma distribuição gradual ao longo do continuum, principalmente quando o indivíduo monitora menos sua fala nas ações interativas e comunicativas, sendo, portanto, características de falares tanto do polo rural quanto do polo urbano, seja do homem analfabeto seja do homem escolarizado, o que podemos exemplificar com a marcação não canônica da CV de P6 em Quirinópolis, a qual, podemos dizer, é usada por todos indistintivamente.

Desse modo, concluímos este capítulo de cunho teórico, em que voltados ao objetivo traçado em sua apresentação, partimos de pressupostos mais gerais para mais específicos, por acreditarmos que esses pressupostos, ao fornecerem questões concernentes à indissociabilidade língua e sociedade, são relevantes para fundamentarem um trabalho como este, no qual o objeto de estudo se configura como um fenômeno variável.

4 REVISITANDO ALGUNS ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS NO BRASIL SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL – CV DE P6

A concordância verbal de P6, nos últimos tempos, conforme posto na introdução deste trabalho, tem se apresentado no campo da Sociolinguística Variacionista como um fenômeno frutífero de investigações, principalmente dado o grau de interesse de pesquisadores em demonstrarem como se efetiva o uso desse fenômeno linguístico por indivíduos de distintas comunidades de fala.

Desta feita, neste capítulo, configuramos um quadro que nos faculta revelar o tratamento que alguns linguistas têm dispensado ao estudo da CV, tomando, portanto, a voz desses ou com eles entrando em interlocução, a fim de trazermos à luz resultados de suas pesquisas -- estudos que tomamos por referência em nosso trabalho. Esses estudos não só se prestarão como ponto de referência para o desenvolvimento do nosso, como também muito enriquecerão as discussões que levantaremos dos resultados a que chegarmos e que serão a eles comparados. Ressaltamos, ainda, que, buscamos apresentar trabalhos com amostras urbanas, bem como alguns que tratam da variedade rurana.

Nesse sentido, este capítulo se organiza partindo de quatro regiões brasileiras (representadas por alguns estados) em que se deram investigações sobre a CV de P6, intentando, assim, propiciarmos uma visão panorâmica/um mapeamento sobre o que se tem feito no Brasil em relação a esse tema, embora sem esgotá-lo, o que nos seria impossível, conforme já afirmamos, visto que muitos outros autores, além dos aqui mencionados, tomaram-na por objeto de investigação.

A opção por essas regiões e esses estudos se deu, no primeiro momento, em virtude de a maioria dos trabalhos sobre a CV se concentrarem nessas regiões e, assim sendo, as investigações serem contemplados em vários outros trabalhos nesse panorama do fenômeno. No segundo momento, nossa opção, a mais relevante, decorre do fato de em muitas delas ser apresentada a noção de “*continuum* linguístico” relacionado à realidade de uso do PB, tendo em vista acreditarmos num *continuum* rural-urbano no uso da CV de P6 em Quirinópolis.

4.1 Região Sudeste

Dessa região, destacamos os trabalhos de Lemle e Naro (1977), Naro (1991), Rodrigues (1987), Graciosa (1991), Vieira (1997), Scherre e Naro (1998), Pereira (2004), Gonçalves (2007), Vieira (2011) e Rubio (2008).

Assim sendo, trazemos Lemle e Naro (1977), que pesquisaram, no Rio de Janeiro, a fala de alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), utilizando-se de vinte (20) informantes com baixa escolaridade, de ambos os sexos e faixa etária de 17 a 50 anos, sendo 6 informantes com mais de 40 anos e 14 com menos de 30 anos, com o objetivo de investigarem pontos de discrepância ou de diferenciação entre a variedade de língua portuguesa em uso pelos alunos mobralenses, e a variedade de língua escrita de nível jornalístico e da literatura contemporânea de mais acesso, ou seja, observar a influência do grau de formalidade no uso da CV pelos informantes. Assim sendo, esses pesquisadores observaram que tanto na classe média quanto na classe alta, a regra de concordância verbal no PB se caracterizava como categórica; no entanto, nas classes de nível sócio-econômico mais baixo, a regra estava em processo de mudança.

Essa observação dos autores se deu frente aos resultados demonstrados pelas variáveis linguísticas e extralinguísticas controladas e que se manifestaram relevantes estatisticamente: as variáveis saliência fônica – (conceito originário dessa investigação de Lemle e Naro (1977), ao concluírem a necessidade de incluí-la no modelo de funcionamento sincrônico da gramática “uma regra gramatical será mais ou menos aplicada, dependendo da saliência dos efeitos provocados” (LEMLE; NARO, 1977, p. 47) –, posição do sujeito em relação ao verbo, determinação ou indeterminação do sujeito faixa etária e sexo.

Contrariando os resultados esperados pelos pesquisadores, a variável estilística não se demonstrou relevante, pois, os falantes, segundo os autores, não responderam aos graus de formalidade esperados, mas sim demonstraram reações diversas em situações semelhantes;

Em síntese, os resultados concernentes às variáveis linguísticas foram: a) quanto à variável estilística, os resultados, segundo os autores, não se configuraram significativos, visto que os falantes não responderam aos graus de formalidade esperados, mas sim demonstraram reações diversas em situações semelhantes; b) em relação à variável saliência fônica, ficou demonstrado que formas verbais favorecem a marcação canônica da CV de P6 e as menos salientes a desfavorecem; b) a marcação canônica da CV de P6 é favorecida pelo sujeito anteposto ao verbo e desfavorecida com o sujeito posposto e c) o sujeito indeterminado favoreceu a marcação canônica da CV de P6 e o sujeito determinado a desfavoreceu.

Para as variáveis sociais, os resultados obtidos foram de maior tendência de marcação canônica da CV pelos informantes mais velhos, assim como pelas mulheres.

Naro (1981), por meio do *corpus* utilizado em Lemle e Naro (1977), reanalisou a fala de dezessete (17) informantes, estudantes do Mobral, todos pertencentes à classe menos favorecida socialmente, na faixa etária entre 15 e 54 anos e, como no estudo precursor, as variáveis controladas e selecionadas estatisticamente como relevantes foram a saliência fônica, a posição do sujeito, a faixa etária e o sexo, para as quais as variantes favorecedoras da marcação de plural, assim se definiram: formas verbais mais salientes, sujeito anteposto e nulo 49% e 50%, informantes mais velhos e também do sexo feminino, 48% .

Com um total de 6.310 dados, sendo 3.298 (52%) correspondentes à marcação não canônica da CV de P6 e 3.012 (47%), de sua marcação, o pesquisador concluiu que esse fenômeno se encontrava em um processo lento de mudança linguística, caminhando em direção a um sistema sem marcas na fala da comunidade de fala investigada.

Rodrigues (1987), com objetivo de descrever a realização da regra de concordância verbal de primeira e de terceira pessoa do plural (sendo essa última de nosso interesse) na língua popular de São Paulo, analisou a fala de 40 favelados da periferia da cidade, sexo (masculino e feminino), faixa etária (20 a 35 anos; 36 a 50 e mais de 51 anos), nível de escolaridade (analfabeto e de baixa escolaridade – de 1ª a 4ª série) e procedência (São Paulo- capital, Noroeste do Estado de São Paulo, Norte do Paraná, Norte de Minas Gerais, Sul da Bahia, Região Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba. Desse modo, os informantes foram caracterizados como migrantes do interior e como falantes da norma popular urbana, tendo em vista a pesquisadora acreditar que havia na fala desses informantes traços de ruralidade.

Com a CV de P6, houve um quantitativo de 1.356 dados de fala, dos quais 71% corresponderam à sua marcação não canônica e 29% à sua marcação, resultado que foi possibilitado pelo controle de duas variáveis linguísticas e quatro variáveis sociais: a saliência fônica e a classe morfológica do sujeito, o sexo, a idade, a escolaridade e a procedência. Dessas variáveis sociais se demonstraram significativas estatisticamente a idade a procedência, e das variáveis linguísticas, ambas.

Em suma, para as variáveis linguísticas os resultados foram de favorecimento da marcação não canônica da CV pelas formas verbais menos salientes, pelo sujeito não pronominal e pelo sujeito explícito, enquanto o favorecimento da marcação canônica se deu pelas formas verbais mais salientes e pelo sujeito não explícito. Já para as variáveis sociais, a idade, a menor probabilidade de marcação não canônica da CV de P6 ocorreu pelos jovens entre 20 e 35 anos e, contrariamente, os que mais usaram a marcação canônica, de modo a

demonstrarem maior conservação da variedade culta, foram os falantes acima de 51 anos, enquanto os falantes de 36 a 50 anos ficaram em uma posição intermediária entre as faixas etárias.

No tocante à procedência, Rodrigues concluiu que os informantes do Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia foram os que menos usaram a pluralização dos verbos, seguidos dos informantes do Noroeste do Estado de São Paulo, Norte do Paraná e do Nordeste, respectivamente. Ao contrário, os informantes de São Paulo (capital) foram os que mais se aproximaram da variedade culta, apresentando maior uso da marcação canônica da CV de P6.

Graciosa (1991) pesquisou a fala urbana de 18 informantes universitários do Rio de Janeiro, por meio de dados do projeto Norma Oral Urbana Culta (NURC), com o objetivo de compreender o emprego da CV por falantes com nível superior, tomando por controle variáveis linguísticas e extralinguísticas. Com a análise, foi demonstrado um alto índice de marcação canônica da CV de P6 (94%), resultado que facultou à pesquisadora concluir que “na fala culta carioca, a concordância verbal é um fenômeno extremamente controlado, com aplicação quase categórica da regra” (GRACIOSA, 1991, p. 79).

Sintetizando, dentre as variáveis linguísticas, as que se demonstraram mais significativas estatisticamente ao condicionamento da CV foram a ordenação dos argumentos do verbo, distância entre o sujeito-verbo e o paralelismo formal, sendo que as variantes posposição do sujeito a um verbo transitivo ou a um intransitivo, o sujeito oculto, a maior distância entre sujeito-verbo e o sujeito com verbo isolado, que não se mantém na cadeia discursiva, mostraram-se com forte tendência ao desfavorecimento da marcação canônica da CV de P6.

As variáveis sociais controladas nessa pesquisa, escolaridade, faixa etária, zona geográfica de residência e sexo, nenhuma se mostrou significativa estatisticamente no estudo dessa linguista.

Vieira (1997), por meio de um *corpus* selecionado de 72 inquéritos do Arquivo Sonoro do Projeto APERJ – Atlas Etnolinguístico dos pescadores do Estado do Rio de Janeiro, estudou o emprego da CV de P6 na fala de informantes de 12 (doze) comunidades pesqueiras do Norte fluminense, dialetos não-urbanos, com a estratificação de 06 (seis) informantes de cada local, dois de cada uma das faixas de idade 18 a 35 anos; 36 a 55 e 56 a 70 anos, todos do sexo masculino, analfabetos ou com poucos anos de escolaridade (até a 4ª série), de forma a obter 2.252 ocorrências de concordância verbal, total esse do qual 62% corresponderam à marcas zero de CV.

Em resumo, as variáveis linguísticas e sociais tomadas por controle pela pesquisadora e que se demonstraram estatisticamente significantes foram, respectivamente, a saliência fônica, o paralelismo no nível clausal e nível discursivo, a posição do sujeito diante do verbo, a faixa etária e a localidade, cujos resultados de favorecimento da marcação canônica da CV de P6 foram: a) formas verbais mais salientes; b) sujeito anteposto ao verbo (exceto nas estruturas com sujeitos retomados pelo pronome relativo “que”) e c) princípio do paralelismo, tanto no nível clausal quanto no discursivo, marcas levam a marcas e zeros levam a zeros. Quanto às variáveis extralinguísticas, a autora chegou ao resultado de que em todas as faixas etárias, o índice de marcação não canônica da CV de P6 se demonstrou alto, muito embora ele tenha se apresentado maior na fala de pessoas mais idosas, independente do nível de escolaridade. Referente à localidade, a ausência de marcação canônica da CV de 3P obteve maior índice em certas comunidades investigadas (Atafona, Guaxindiba e Itaocara), por influências de natureza sócio-histórica e cultural

Scherre e Naro (1998), com a utilização do *Corpus Censo* do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) e com a pretensão de comprovarem “que os processos variáveis de concordância de número do português vernacular do Brasil evidenciam um sistema perfeito, correlacionado a variáveis linguísticas e sociais” (SCHERRE e NARO, 1998, p. 1 -2), investigaram a fala de 64 informantes de ambos os sexos, escolaridade de 1 a 4 anos; 5 a 8 e 9 a 11 anos, num *corpus* composto de 4.632 ocorrências de CV, total do qual em 3369 (73%) ocorreu a marcação canônica da CV de P6 e em 1.263 (27%), a sua marcação não canônica.

Em resumo, o condicionando da CV se deu pelas variáveis linguísticas saliência fônica e posição do sujeito em relação ao verbo, para as quais os resultados foram os mesmos das pesquisas já apresentadas, isso quanto às variantes que a favoreceram e a inibiram. Para as variáveis sociais, houve maior tendência de aplicação de plural nos verbos por falantes com maior nível de escolaridade. Desse modo, a marcação canônica da CV de P6 assim se configurou: a) 1125 (63%) de 1787 ocorrências pertinentes aos falantes com 1 a 4 anos de escolaridade, correspondentes à norma urbana média baixa; b) 1358 (78%) de 1752 ocorrências pertinentes a falantes com 5 a 8 anos de escolaridade, representativos da norma urbana média; c) 886 (81%) de 1093 ocorrências de informantes com 9 a 11 anos de escolaridade, representantes da norma urbana média.

Quanto a variável ‘sexo’, os informantes do sexo feminino se demonstraram mais propensos ao uso da variedade culta, já em relação à idade, houve “um padrão ligeiramente curvilíneo, indicando que as pessoas mais pressionadas pela idade profissionalmente produtiva usam também mais as formas de prestígio” (SCHERRE; NARO, 1998, p.11).

Pereira (2004) investigou a concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de pessoas idosas provenientes da zona rural de São Paulo e Minas Gerais na área relativa às trilhas das bandeiras, tendo sido os informantes estratificados segundo sexo (masculino e feminino), faixa etária (em média 78 anos) e escolaridade (analfabetos ou semi-escolarizados – até a 4ª série).

De 520 ocorrências da CV de P6 relativas a informantes da zona rural (*corpus* do Projeto Filologia Bandeirante) em 395 (76%) houve a marcação não canônica da CV de P6 e em 125 (24%) ocorrências, a marcação canônica. Concernente à zona urbana (*corpus* do português popular de São Paulo), de 519 ocorrências, a marcação canônica da VC se deu em 339 (65%), enquanto em 180, houve a marcação não canônica.

Os fatores linguísticos e sociais controlados para esse estudo e que demonstraram significância estatística foram, sucessivamente, a saliência fônica, a presença/ausência do sujeito pronominal, o paralelismo nível discursivo, o traço semântico do sujeito, o paralelismo oracional, o papel semântico do sujeito, o sexo, a procedência e a escolaridade.

Sintetizando, os resultados referentes às variáveis linguísticas para a marcação canônica da CV de P6 foram: formas verbais mais salientes, sujeito nulo, verbo precedido de verbo marcado pelo plural, sujeito [+humano], presença de marca formal de plural no último elemento do sujeito e sujeito agente. Para a marcação não canônica: formas verbais menos salientes, sujeito não – pronominal, verbo precedido de verbo sem marca formal de plural, sujeito [-humano], zero no último elemento do SN sujeito e sujeito paciente.

Para as variáveis sociais, temos: a) marcação canônica da CV de P6 por informantes escolarizados, com uma frequência de 30%, e marcação não canônica pelos informantes sem escolaridade, com 16% de frequência; b) maior favorecimento de pluralização verbal pelo sexo feminino, com uma frequência de 30% e c) maior favorecimento da marcação canônica de CV pelos informantes de São Paulo, com frequência de 29%.

Gonçalves (2007) analisou a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de Braúnas, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, utilizando-se de um *corpus* formado com 36 informantes, assim estratificados: 12 informantes jovens, 12 adultos e 12 idosos, sendo que cada um desses subgrupos compostos por 6 informantes do sexo masculino e 6 informantes do sexo feminino, 3 da área rural e 3 da área urbana. Quanto à variável escolaridade, foram considerados até 4 anos de escolarização (Ensino Primário), entre 8 e 11 anos (Ensino Médio incompleto), mais de 11 anos (Ensino Médio completo) e 15 anos (Ensino Superior completo).

Das 36 entrevistas, foram coletadas 3.542 ocorrências, das quais 2.326 (66%) corresponderam à marcação não canônica da CV de P6 e 1.216 (34%), à marcação canônica. Quanto à procedência, 1.871 ocorrências se referiram a informantes da zona urbana, que obteve 1.092 (58%) ocorrências de marcação não canônica da CV de P6, e 1.671, da zona rural, com 1.234 (74%) ocorrências também de marcação não canônica de plural nos verbos. Esse resultado é assim explicado pela autora:

[...] como grande parte da população que forma a comunidade braunense é originária da área rural (migrante para a área urbana), ou tem parentes que moram ou já moraram no campo, é forte o vínculo dos braunenses com a vida rural. (GONÇALVES, 2007, p. 66).

Em resumo, das variáveis linguísticas controladas no estudo e que se configuraram relevantes estatisticamente temos a constituição morfológica da forma verbal e posição do sujeito em relação ao verbo, das quais as variantes que favoreceram a marcação canônica da CV de P6 foram os verbos do pretérito perfeito (43%) e o sujeito anteposto ao verbo (60%). Já quanto às variáveis sociais, os resultados foram: maior frequência e probabilidade de marcação canônica da CV de P6 sexo feminino (30%, .57) e a não marcação pelos homens (18%, .42). Quanto à procedência, os maiores índices de marcação de plural nos verbos se deram pelos informantes de São Paulo (29%, .68) e quanto à escolaridade a frequência foi de 32% para os mais escolarizados (mulheres) e 23% (homens). Para os analfabetos a frequência foi de 16% (homens).

Vieira (2011) estudou a CV de P6 nas variedades brasileira (Rio de Janeiro), europeia e africanas (São Tomé e Príncipe) do Português, valendo-se de 53 entrevistas que compõe o *corpus* VARPOR, representativo do PB e do PE constituído, no período de 2008 a 2010, no âmbito do Projeto Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e européias, bem como a amostra referente ao Português de São Tomé - PST, organizada, em 2008.

Dos 53 informantes da pesquisa, todos de zonas urbanas, 18 eram brasileiros, tendo sido esses estratificados de acordo com a idade (18 a 35 anos; 36 a 55 e 56 a 75 anos), escolaridade (Fundamental - de 6 a 9 anos de escolaridade; Médio – de 10 a 12 anos e Superior – graduação), sexo (masculino e feminino).

Coletados 3.538 contextos com o emprego da CV, 1.374 foram correspondentes à variedade brasileira, total esse do qual em 294 (21%) houve a marcação não canônica da CV de P6, e em 1.080 (79%), a sua marcação canônica.

Das variáveis controladas, demonstraram-se favorecedoras do condicionamento da CV no PB as variáveis faixa etária, escolaridade, posição do sujeito (sujeito anteposto), paralelismo no nível clausal (sujeitos com núcleos plurais), animacidade do sujeito (sujeito animado), saliência fônica (formas verbais mais salientes).

Em relação à idade, os informantes da faixa de 36 a 55 anos se demonstraram mais sensíveis à marcação canônica de plural nos verbos, seguidos dos da faixa de 56 a 75 e esses, por sua vez, dos informantes de 18 a 35 anos. Quanto à escolaridade, a maior probabilidade de marcação canônica da CV de P6 se deu pelos informantes com curso superior,

Sintetizando, temos que com os resultados obtidos, Vieira (2011) chegou à conclusão da existência de uma regra variável da CV de P6 do Português Brasileiro, em razão do alto quantitativo de marcação canônica do fenômeno investigado. Esse quantitativo demonstra haver um continuum, conforme postulado por Lucchesi et al. (2009), em virtude da proximidade do estatuto da CV nas variedades do PB ao das variedades urbanas brasileiras com informantes (semi)-escolarizados.

Outro estudo variacionista é o de Rubio (2008), que investigou o emprego da CV de P3 na fala da Região Noroeste de São Paulo - São José do Rio Preto, partindo de um *corpus* do Banco de Dados Iboruna, composto de amostras de fala de 152 informantes da região, das quais ele constituiu uma subamostra composta de 76 entrevistas, em que os informantes foram estratificados por sexo (masculino e feminino), faixa etária (7 a 15 anos, 16 a 25, 26 a 35, 36 e acima de 55) e escolaridade (1º ciclo do Ensino Fundamental, 2º ciclo do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior).

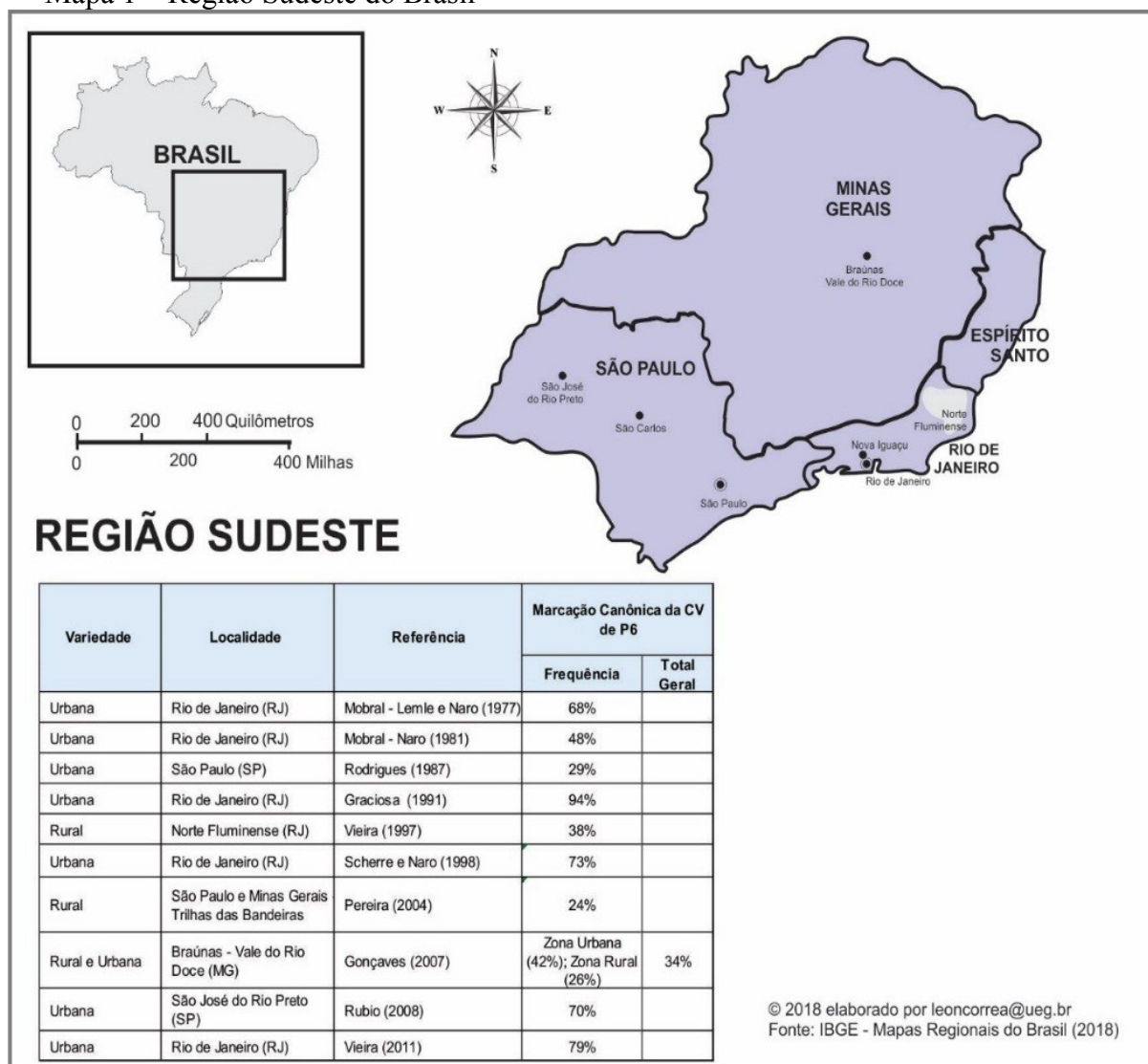
Com um total de 3.308 dados de fala, em 2.314 (70%) ocorreu a marcação canônica da CV de P6 e em 994 (30) houve a marcação não canônica, resultados demonstrados pelas variáveis linguísticas e sociais: paralelismo nível oracional, escolaridade, paralelismo nível discursivo, saliência fônica verbal, posição do sujeito em relação ao verbo, traço semântico do sujeito, faixa etária, sexo e tipo de sujeito (constituição morfossintática).

Em suma, os resultados relativos às variáveis sociais favoreceram a marcação canônica da CV de P6 pelos informantes: a) com maior nível de escolaridade (Ensino Superior), frequência de 87%, seguido daqueles com Ensino Médio, 74% de frequência; b) pelos informantes de 36 a 55 anos (75%), seguidos dos de 16 a 25 anos e c) pelos informantes do sexo feminino, com 72% de frequência.

Desta feita, frente aos resultados, Rubio (2008) chegou à conclusão da existência de uma variação estável na região pesquisada.

Nessa perspectiva, para melhor visualização dos resultados dos estudos da Região Sudeste, trazemos o mapa abaixo, no qual podemos observar diferenças quantitativas de marcação canônica da CV de P6, muito embora haja diferença de contextos linguísticos nos quais ocorrem as variações.

Mapa 1 – Região Sudeste do Brasil



Fonte: IBGE – Mapas Regionais do Brasil (2018)

2.2 Região Sul

Dessa região, referenciamos os trabalhos de Monguilhot (2001), Barden (2004), Almeida (2006), Monguilhott (2009), Welchen (2009).

Nesse sentido, remetemo-nos à pesquisa de Monguilhott (2001), na qual, por meio de uma amostra de vinte e quatro (24) entrevistas constituintes do Banco de Dados Variação Linguística Urbana no Sul do País - VARSUL, investigou a fala de informantes de Florianópolis, de origem açoriana, estratificados de acordo com idade (15 a 24 anos; 25 a 45 anos e 52 a 76 anos), sexo (masculino e feminino) e escolaridade (primário e colegial, correspondentes hoje à 1ª fase do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio).

No total geral, foram 1.583 ocorrências de uso da CV de P6, sendo que em 1.251 (79%) houve a aplicação de plural nos verbos e em 332 (21%) houve a aplicação zero, resultado que, para Monguilhott (2001, p.viii) aponta “para um quadro de variável estável, não havendo, portanto, indícios de mudança em tempo aparente”.

Em resumo, as variáveis linguísticas controladas e que se configuraram relevantes estatisticamente foram a saliência fônica, a posição do sujeito, o paralelismo formal, o traço humano do sujeito, o tipo de verbo, o tipo do sujeito e o material interveniente, para as quais a maior tendência de marcação de plural nos verbos foi com: formas verbais mais salientes; sujeito anteposto ao verbo; marca explícita de plural no último elemento do SN; sujeito com traço [+humano]; verbos transitivos; sujeito formado por pronome pessoal + pronome demonstrativo; material interveniente entre sujeito e verbo (sem influência na pluralização dos verbos).

Quanto às variáveis sociais, foram selecionadas estatisticamente relevantes, a escolaridade e a idade, respectivamente. A escolaridade se configurou de sua importância no uso da CV, visto que o resultado foi de que quanto maior o nível de escolaridade do falante, maior foi também a probabilidade de pluralização verbal. Assim sendo, de 733 dados pertencentes à norma urbana média, 591 (81%) apresentaram marcação canônica da CV de P6. Quanto à idade, ficou demonstrada maior probabilidade de marcação canônica da CV pelos mais velhos e mais jovens, enquanto a tendência de marcação não canônica foi demonstrada pelos informantes de meia-idade. Já de 850 dados relativos à norma urbana média baixa, o total de 660 (78%) se demonstrou favorável à marcação canônica da CV, quantitativo esse que indica o *continuum* de que tratamos neste estudo.

Barden (2004), numa amostra extraída do projeto Variação Linguística na Região Sul do País – VARSUL, investigou a CV de P6 de 24 falantes monolíngues de Porto Alegre, estratificados segundo as características sociais: nível de instrução (primeiro grau ou Fundamental até o Ensino Médio); gênero (feminino e masculino); idade (maiores de 50 anos e menores dessa mesma idade).

Do total de 1.321 ocorrências de concordância verbal, em 752 (57%) apresentaram a marcação canônica da CV de P6 e a marcação não canônica se configurou em 569 (43%) ocorrências.

Foram tomadas por controle as variáveis linguísticas saliência fônica; paralelismo formal; tipo de sujeito explícito, com oposição de pronomes a nomes quantificados; posição do sujeito ao verbo, considerando-se o sujeito a ele imediatamente anteposto, bem como anteposto com material interveniente de 1 a 3 sílabas e com mais de 3 sílabas, e sujeito posposto ao verbo.

Dessas variáveis, demonstraram-se mais significativas estatisticamente a saliência fônica, o paralelismo formal e a posição do sujeito, para as quais a marcação canônica da CV de P6 ocorreu com verbos mais salientes; anteposição do sujeito ao verbo; último elemento do SN marcado. Para a variável social, houve maior marcação de plural dos verbos por informantes com maior nível de escolaridade.

Almeida (2006) estudou a concordância verbal de terceira pessoa do plural da comunidade de remanescentes de escravos São Miguel dos Pretos, em Restinga Seca – RS, objetivando comparar o percentual de marcação canônica do fenômeno analisado em Helvécia Rio de Contas e Cinzento. Os informantes foram estratificados segundo o sexo (masculino e feminino), a faixa etária (15 a 24 anos, 40 a 64 e 65 a 90 anos) e o informante.

Do total de 1.044 ocorrências, 847 (81%) correspondem à marcação canônica da CV de P6 e 197 (19%), à marcação não canônica. O alto índice de marcação canônica não era o esperado pela autora, visto que há contrariedade entre e os índices encontrados nas comunidades baianas afro-brasileiras: Rio de Contas (24%), Helvécia (16%) e Cinzento (13%).

Para a autora

Apesar das quatro comunidades compartilharem o fato de terem sido redutos de ex-escravos no passado e de manterem a contínua luta para sobreviverem ao legado do estigma social, existem diferenças na constituição da realidade de cada lugar, o que provavelmente explica o contraste de percentual de São Miguel e os percentuais das demais comunidades com relação à concordância verbal de 3ª pessoa do plural.

Em síntese, dentre as variáveis linguísticas controladas, como também definidas como estatisticamente relevantes, a posição do sujeito, o tipo do sujeito, a saliência fônica, a conjugação verbal e o tempo verbal, as variantes que favoreceram a marcação canônica da CV de P6 foram: a) o sujeito anteposto ao verbo; b) as formas verbais mais salientes; c) as formas verbais de primeira conjugação (ar) e d) o sujeito nulo.

Já as variáveis sociais configuradas como relevantes foram a faixa etária e o gênero. Em relação à faixa etária, a CV de P6 foi mais marcada canonicamente pelos jovens (83%), seguidos dos adultos com 82% de frequência. A não marcação canônica ocorreu pelos velhos (79%). Esse resultado permitiu à autora concluir que a comunidade negra está em processo de aquisição da marca canônica da concordância verbal de terceira pessoa do plural

Em relação ao sexo, houve uma ligeira diferença entre o masculino e feminino, para este o índice foi 82% e para aquele, 81%.

Monguilhott (2009) estudou sincrônica e diacronicamente a variação da CV de P6 no Português Brasileiro e no Português Europeu, por meio de uma amostra constituída de 32 entrevistas para a análise sincrônica de localidades urbanas e não urbanas de Florianópolis-Santa Catarina (loais: Ribeirão da Ilha e Costa da Lagoa, na zona não urbana, Ingleses e Centro, na zona urbana) e de Lisboa- Portugal (Cascais e Sintra, na zona não urbana, Belém e Centro, na zona urbana).

A amostra do PB, a qual nos interessa neste trabalho, foi composta por 16 entrevistas, tendo sido os informantes estratificados quanto ao sexo (masculino e feminino), idade (15 a 36 anos; 22 a 33 anos; 48 a 74 e 45 a 76 anos) e escolaridade (Ensino Fundamenta e Ensino Superior). Com o quantitativo de 794 ocorrências do fenômeno em estudo, em 640 (80.6%) ocorreu a marcação canônica da CV de P6 e, em 154 (19.4%), a marcação não canônica.

Em suma, as variáveis linguísticas controladas e configuradas estatisticamente significativas foram, respectivamente, saliência fônica, paralelismo formal, posição do sujeito em relação ao verbo e traço humano do sujeito. Dessas variáveis estruturais selecionadas favoreceram a marcação canônica da CV de P6, a presença de: a) acento na desinência, quando o antecedente do sujeito preenchido ou nulo possui marcação explícita de plural; b) sujeito anteposto verbo; c) sujeito com traço [+humano] e d) verbos intransitivos não prototípicos. Já as variáveis que desfavoreceram a marcação canônica de plural nos verbos foram: a) a ausência de acento na desinência, quando o último elemento antecedente ao verbo com a marca zero de plural; b) sujeito posposto ao verbo e c) sujeito com traço [- humano], principalmente em contexto com verbos inacusativos.

Quanto às variáveis sociais, foram selecionados como significativas estatisticamente a idade, a escolaridade e a diatopia (geográfica). Considerando que as variáveis idade e escolaridade foram computadas conjuntamente, os resultados foram os seguintes: 89% de frequência de uso da marcação não canônica da CV de P6 pelos mais jovens e 89% e, 88%, pelos mais velhos. Em relação aos informantes com Ensino Fundamental, representantes da

norma urbana média e norma urbana média baixa, os resultados foram: 72% de frequência de marcação canônica da CV pelos mais jovens e 67% para os mais velhos.

Assim sendo, fica evidenciando maior marcação canônica da CV de P6 pelos os jovens com maior nível de escolaridade (Ensino Superior da Região Central) e, contrariamente, maior marcação não canônica pelos informantes mais velhos da Costa da Lagoa e com apenas o Ensino Fundamental.

Welchen (2009), em busca de contribuir com a descrição do PB, por meio de um *corpus* contendo registros de noventa (90) informantes do Banco de Dados Sociolinguísticos Variáveis por Classe Social de Pelotas- RS (VarX), investigou a fala dos Pelotenses, com a seguinte estratificação dos informantes: sexo (masculino e feminino), faixa etária (16 a 20 anos, 21 a 25, 26 a 37, 38 a 49, 50 a 64 e acima de 65 anos), classe social (baixa, média baixa e média alta).

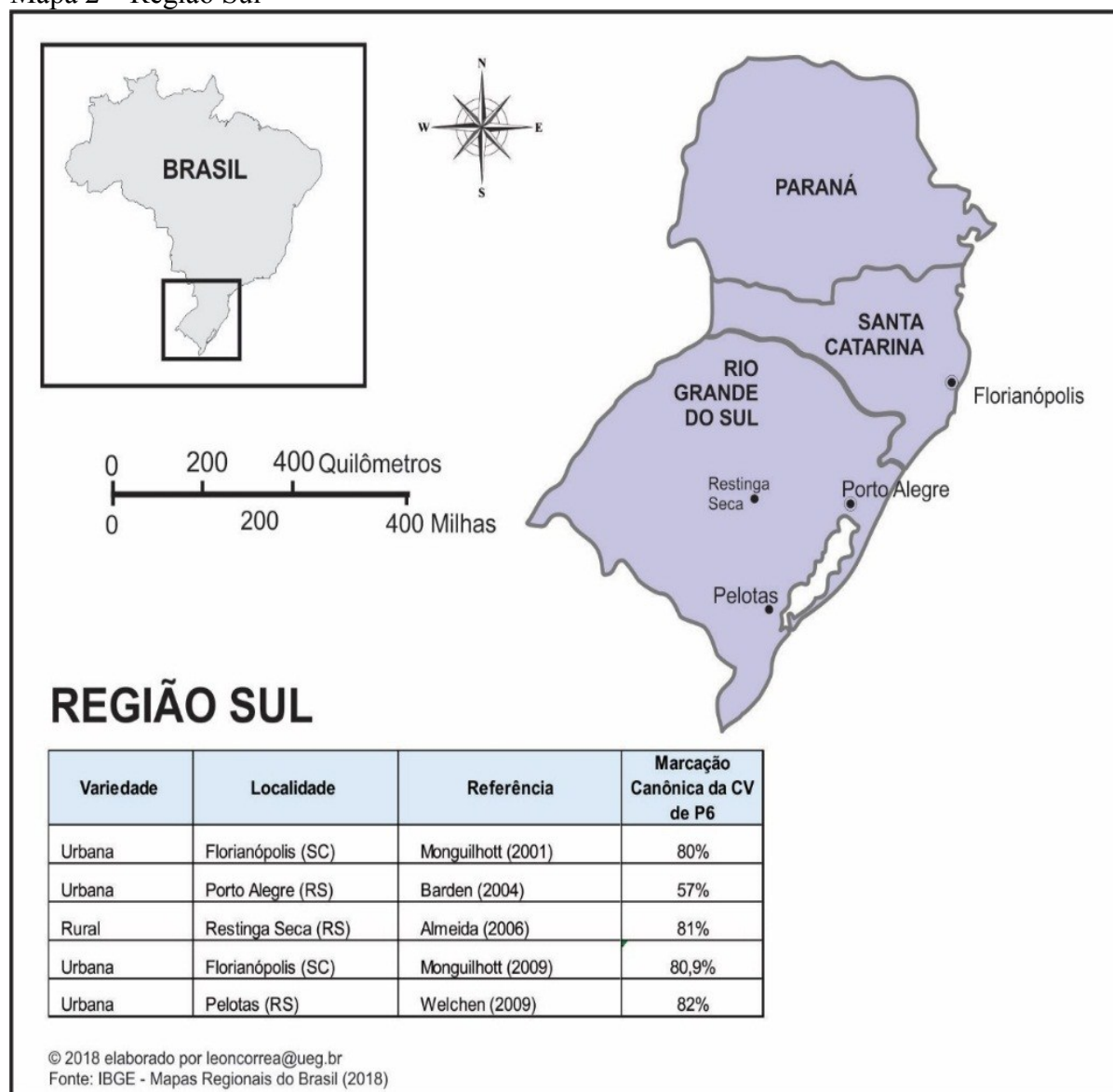
Com um total de 5.263 contextos, em 4.317 (82%) ocorreu a marcação canônica da CV e, contrariamente, não houve pluralização verbal em 945 (18%) contextos. Diante desses resultados, a autora concluiu que o português falado em Pelotas/RS sofre variações, todavia com a predominância do emprego da regra de CV. Os dados demonstraram, ainda, que a CV na fala dos pelotenses, muito embora apresente sinais de aquisição de marca de 3ª pessoa do plural – em função do aumento gradual de emprego de marcas de concordância, cuja direção é dos informantes mais velhos para os mais novos – a variação tipifica-se como categórica.

As variáveis linguísticas com significância estatística foram os tempos verbais, o traço humano do sujeito, a saliência fônica, a posição do sujeito frente ao verbo, o tipo de sujeito, o discurso reportado e o assunto. Os resultados demonstraram que a variação da CV de P6 em Pelotas é condicionada pelas variáveis saliência fônica, posição do sujeito, traço humano do sujeito.

A pesquisadora obteve o seguinte resultado para a variável classe social, única com significância estatística, dentre as variáveis sociais: maior favorecimento da marcação canônica da CV de P6 pelos informantes da classe média alta (89%), seguidos daqueles da classe média baixa (81%).

Segue o mapa da Região Sul, no qual configuramos os resultados gerais dos estudos que acima elencamos.

Mapa 2 – Região Sul



Fonte: IBGE – Mapas Regionais do Brasil (2018)

2.3 Região Nordeste

Destacamos dessa região, as investigações de Oliveira (2005), Silva (2005), Lucchesi, Baxter e Silva (2009), Lucchesi (2015), e Pereira (2016), em Fortaleza.

Assim sendo, Oliveira (2005), por meio de uma amostra formada por 48 entrevistas e pertencente a pesquisas sociolinguísticas desenvolvidas pela Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), pesquisou o uso da CV de P6 de 32 informantes de Vitória da Conquista, estratificados de conformidade com o sexo (16 homens e 16 mulheres); faixa etária (15 a 25

anos / 08 informantes; 26 a 49 / 12 informantes e, acima de 50 anos, 12 informantes) e nível de escolaridade (Fundamental / 12 informantes, Médio / 12 informantes e Superior / 8 informantes).

De um quantitativo de 3.200 contextos com ocorrências do fenômeno em estudo, houve 1.639 (51%) correspondentes à marcação canônica da CV de P6 e 1.561 (49%), à marcação não canônica, possibilitando ao autor confirmar a hipótese da existência de variação estável em Vitória da Conquista, quanto ao uso do fenômeno em estudo.

Em suma, as variáveis linguísticas que se demonstraram significativas estatisticamente ao condicionamento da variação da CV de P6 na comunidade investigada foram, respectivamente por ordem de importância, a saliência fônica, a realização, posição e distância do sujeito, constituição do sujeito, traço semântico do sujeito, o tempo verbal, o tipo de verbo e a conjugação verbal, que obtiveram os seguintes resultados: a) marcação não canônica da CV de P6 com formas verbais menos salientes e marcação canônica com formas verbais mais salientes; b) favorecimento da marcação canônica com sujeito anteposto, imediatamente próximo ao verbo e seu desfavorecimento com sujeito posposto, bem com o anteposto separado do verbo; c) sujeito simples formado por pronome pessoal reto favoreceu a marcação canônica da CV de P6, enquanto o seu desfavorecimento se deu pelo sujeito simples ou composto formado por substantivo, acompanhado ou não de determinante; d) maior probabilidade de marcação canônica da CV com [+humano] do que com sujeitos com traços [-humano]; e) maior probabilidade do favorecimento da marcação canônica da CV com pretérito perfeito do indicativo e seu desfavorecimento com pretérito imperfeito do subjuntivo; f) favorecimento da marcação canônica da CV com verbos de ligação, seguido dos verbos auxiliares e desfavorecimento dessa concordância com verbos transitivos e g) favorecimento da marcação canônica de plural nos verbos com formas verbais da segunda conjugação (er) e seu desfavorecimento com formas verbais da terceira conjugação.

No que tange às variáveis sociais, consideradas relevantes pelo Programa, temos, respectivamente, a escolaridade, a faixa etária e o sexo. Para a variável escolaridade, os resultados obtidos foram de maior probabilidade de marcação canônica da CV de P6 por informantes universitários (34%) e menor probabilidade de sua marcação por informantes apenas com o Ensino Fundamental (61%). Numa posição intermediária, aparecem os informantes com Ensino Médio com 46%. Para a variável faixa etária, resultou-se em maior probabilidade de marcação canônica da CV de P6 por informantes de 26 a 49 anos e menor probabilidade dessa marcação por informantes acima de 50 anos. Quanto ao sexo, o maior favorecimento da marcação canônica da CV de P6 ocorre por informantes do sexo feminino.

Silva (2005), objetivando desvelar o Português Popular Brasileiro, estudou a CV de P6 em uso nas comunidades rurais de Cinzento, Morrinhos e na comunidade urbana de Poções, todas do interior da Bahia e com níveis distintos de urbanização, servindo-se de um corpus composto de 36 entrevistas, sendo 12 de falantes do português popular urbano e 24 de falantes rurais, com nível precário ou nenhum nível de letramento.

Dessas 36 entrevistas, o pesquisador coletou 2.100 contextos de fala com a concordância verbal de terceira pessoa do plural, sendo 367 (17%) com marcação canônica desse fenômeno e 1.733 (83%) com marcação não canônica. Esses totais ficaram assim distribuídos entre as comunidades investigadas: Cinzento (927 ocorrências, sendo 117 (13%) com concordância e 810 (87%) com marca zero); Morrinhos (de 602 ocorrências, houve 103 (17%) com plural nos verbos e 499 (83%) com marca zero de plural); Poções (571 ocorrências, sendo 147 (26%) com aplicação da CV e 424 (74%) com marca zero).

As variáveis linguísticas e sociais que demonstraram tendência ao condicionamento da CV de P6 foram, respectivamente, a saliência fônica (formas verbais mais salientes), a posição do sujeito em relação ao verbo (anteposição do sujeito), concordância nominal no sujeito, fala do documentador, meios de comunicação (rádio e televisão), escolarização (mesmo precária) e estágio de urbanização das comunidades.

Assim sendo, os resultados deste trabalho permitiram a Silva (2005) concluir a importância da urbanização no processo de aquisição da CV de P6, assim como a situação de continuum norma-culta e norma popular.

Lucchesi, Baxter e Silva (2009), considerando a centralidade dos debates acerca da relevância do contato entre línguas na formação da realidade linguística, numa outra vertente dos estudos sobre a formação e caracterização dessa realidade, utilizaram-se de 12 entrevistas com informantes de pouca ou nenhuma escolaridade, estratificados segundo o sexo (masculino e feminino), faixa etária (20 a 40 anos; 40 a 60 e acima de 60), com 2 informantes em cada uma dessas 6 células, de forma a totalizar 48 entrevistas, a fim de investigarem a aplicação da CV de P6 nas comunidades rurais baianas de Cinzento, Helvécia e Barra e Bananal.

Da amostra, os pesquisadores coletaram 1.706 contextos com o emprego da CV de P6, das quais houve a marcação canônica desse fenômeno em somente 273 ocorrências (16%) e a marcação não canônica em 1.433, com frequência de 84%. O menor percentual dessa aplicação ficou para a comunidade de Cinzento, seguida da comunidade de Helvécia, resultado que contrariou as expectativas, haja vista se esperar um percentual menor da aplicação da CV nessa comunidade, em função do seu passado crioulezante.

As variáveis que condicionaram a marcação de plural nos verbos das comunidades em estudo foram a saliência fônica, a forma de indicação do plural no sujeito, a concordância nominal no sujeito, a realização e posição do sujeito, a caracterização semântica do sujeito, o tipo de verbo.

No que se refere às variáveis sociais, para a faixa etária, os autores puderam concluir que a CV de P6 foi mais favorecida pelos informantes mais jovens do que pelos idosos, o que apontou, portanto, para um processo de mudança em curso. Para a variável comunidade, em razão de a comunidade de Rio das Contas pertencer a um município com maior progresso socioeconômico e mais urbanizado, a CV de P6 se apresentou em processo de aquisição, bem contrária à comunidade de Cinzento, que obteve um índice menor de aplicação de pluralização verbal, pelo baixo processo de urbanização de seu município. Já Helvécia, motivada pelo fluxo de pessoas que saem do povoado e retornam e pela ação do plantio de eucalipto, fica num nível intermediário quanto à aplicação da regra de concordância verbal.

Lucchesi (2015), por meio de uma amostra composta de 48 entrevistas do Acervo de Fala Vernácula do Popular da Cidade de Salvador, Projeto Vertentes, de pertencimento do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), investigou o uso da concordância verbal de terceira pessoa do plural dos bairros Itapoã, Liberdade, Plataforma e Cajazeiras, da cidade de Salvador- Bahia, considerando a escolaridade (de 0 a 4 anos), o sexo (masculino e feminino) e a faixa etária dos informantes (25 a 35 anos; 45 a 55 e mais de 65 anos).

O uso da CV de P6 foi encontrada em 2.300 contextos de fala, quantitativo esse do qual a marcação canônica do fenômeno se deu em 623 (27.1%) contextos, e a marcação não canônica em 1.677 (72.9%). O quantitativo de ocorrências referente à marcação canônica da CV ficou distribuído do seguinte modo: 145 referentes à comunidade de Cajazeiras; 165 à Plataforma, 126 à Liberdade e 187 relativos à comunidade de Itapoã.

Os resultados, de acordo com o autor, configuraram um processo de mudança em curso, com a implementação da regra de concordância nas comunidades pesquisadas, assim como enfatizaram as predições da polarização sociolinguística do Brasil para a norma popular.

Dentre as variáveis linguísticas, demonstraram-se estatisticamente favorecedoras do condicionamento da CV, por ordem de relevância: a saliência fônica, a marca de plural no último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo, o efeito gatilho, a caracterização semântica do sujeito, a realização e posição do sujeito, o tipo de verbo e a coesão estrutural, a faixa etária e o sexo.

Pereira (2016) analisou a variação da CV de P6 na fala popular de Fortaleza- Ceará, por meio de uma amostra composta de 72 informantes, estratificados segundo sexo (masculino e feminino), três faixas etárias (15 a 25 anos; 26 a 49 e mais de 50 anos) e três níveis de escolaridade (0 a 4 anos; 5 a 8 e 9 a 11 anos).

A autora coletou 3.489 ocorrências do fenômeno em estudo, total desse do qual 2.283 (65.4%) corresponderam à marcação canônica da CV de P6 e 1.206 (34.6%), à marcação não canônica.

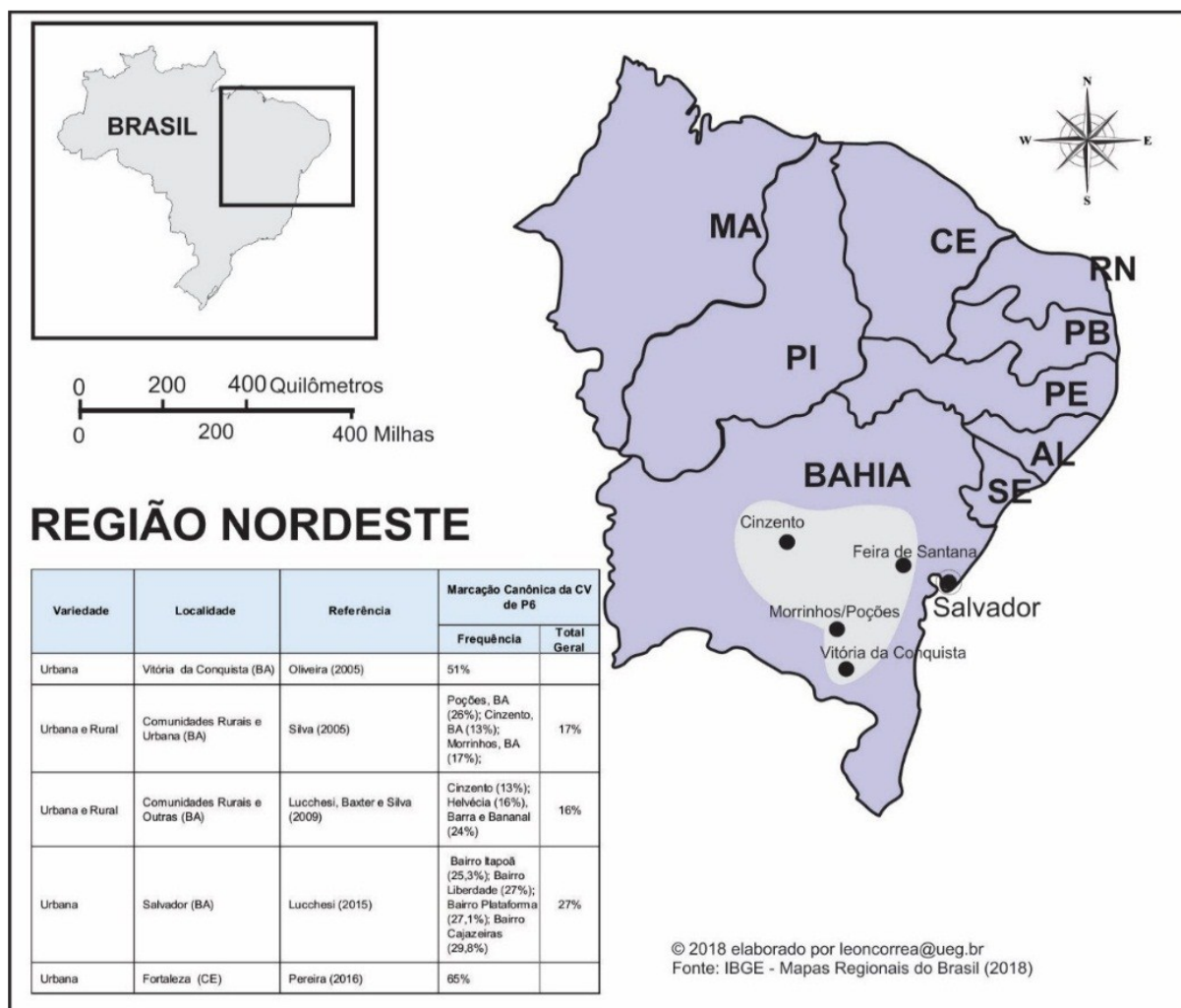
Em síntese, as variáveis linguísticas controladas e que demonstraram significância estatística foram, sucessivamente, a saliência fônica, o traço humano do sujeito, o paralelismo formal no nível discursivo, a posição e distância entre sujeito e verbo e o tipo estrutural do sujeito. Para essas variáveis, a autora obteve os seguintes resultados quanto à marcação não canônica da CV de P6: formas verbais menos salientes (45,1%, 50% e 66,8%); traço não humano do sujeito (44,3%); verbo isolado ou primeiro de uma série (38,6%); sujeito posposto longe (com 1 ou mais sílabas entre eles) e sujeito pleno composto (58,4%).

Já para as variáveis sociais, os resultados obtidos assim se definiram: maior probabilidade de marcação não canônica da CV de P6 pelos informantes com menor nível de escolaridade, de 0 a 4 anos (47,7%), seguidos dos de 5 a 8 anos, com 37,4%. Em relação à faixa etária, a marcação não canônica da CV de P6 foi favorecida pelos informantes com mais de 50 anos, seguidos dos de 15 a 25 anos. Já quanto ao sexo/gênero, de modo discreto, as mulheres favoreceram a marcação não canônica de plural nos verbos.

Esses resultados permitiram à autora concluir que no falar popular de Fortaleza, a variação da CV de P6 não apresenta indícios de um fenômeno de mudança em curso, mas sim de variação estável, pois o uso da variante sem marcas de CV foi favorecido por informantes mais velhos e com pouco ou nenhuma escolaridade.

Trazemos abaixo o mapa dessa região com os resultados gerais das investigações por nós referenciadas:

Mapa 3 – Região Nordeste



Fonte: IBGE – Mapas Regionais do Brasil (2018)

2.4 Região Centro-Oeste

Sgarbi (2006), a fim de descrever e analisar a CV de P6 na fala de informantes de 30 dos 77 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, levou em conta 144 informantes, assim estratificados: sexo (82 do sexo masculino e 62, do feminino), faixa etária (12 a 20 anos; 21 a 30; 31 a 49 e acima de 50 anos), a escolaridade (nula; Ensino Fundamental e Ensino Fundamental completo) e a procedência (rural e urbana) dos informantes.

Do quantitativo de 832 ocorrências com o fenômeno investigado, em 439 (53%) houve a marcação não canônica da CV e em 393 (47%), a marcação canônica.

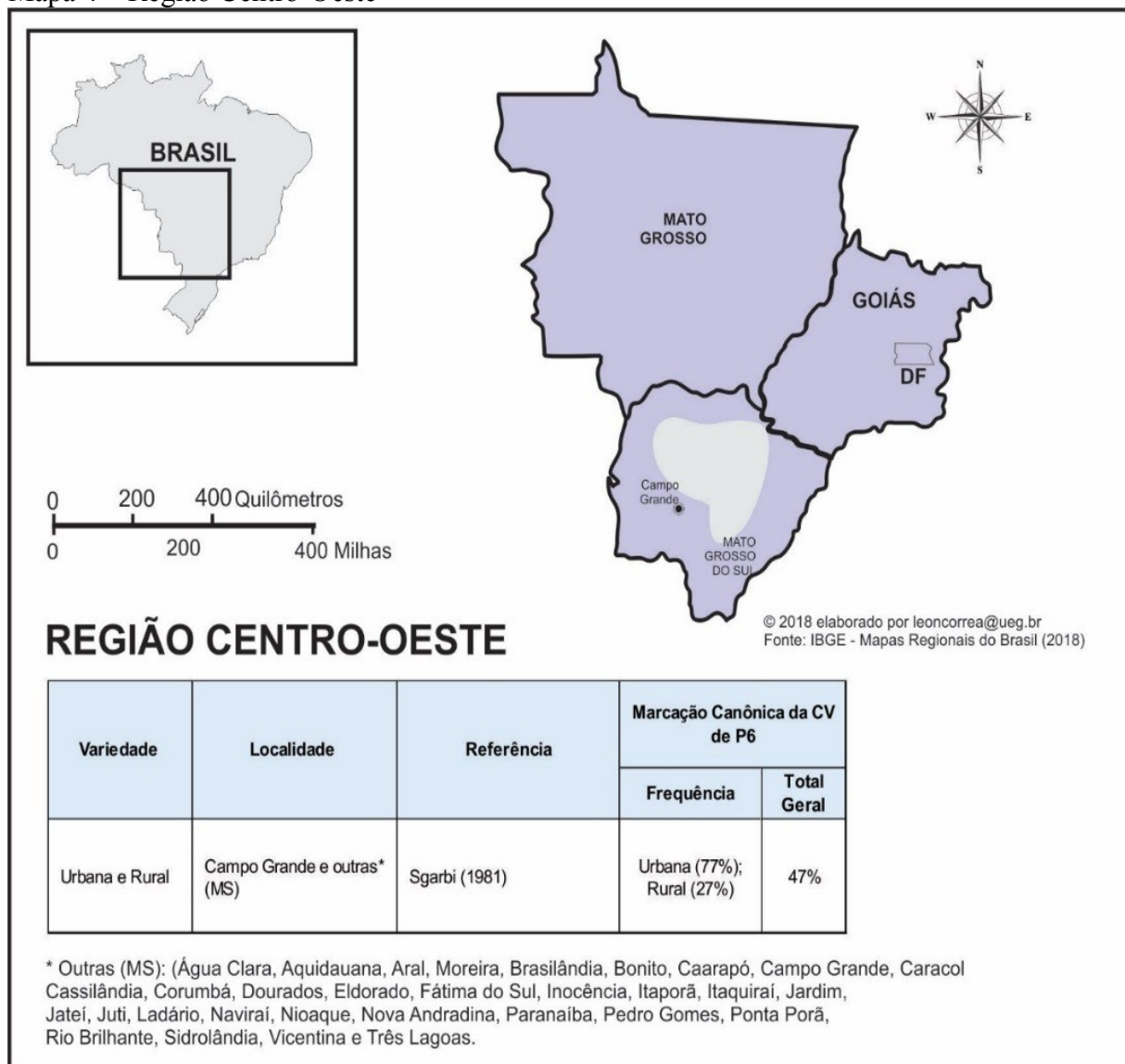
Das variáveis linguísticas controladas, sujeito pronominal; posição do sujeito, valor semântico do sujeito, categorização semântica do sujeito, constituição morfosintática do sujeito, distância entre sujeito e verbo, paralelismo formal e saliência fônica, configuraram-se

com relevância estatística o sujeito pronominal, distância entre sujeito e verbo, alguns casos de saliência fônica e paralelismo formal. Assim sendo, o favorecimento da marcação canônica da CV de P6 se deu pelo sujeito pronominal não explícito (sujeito nulo); pela ausência de material interveniente entre sujeito e verbo; pela marca formal de plural em todos os elementos e formas verbais mais salientes, com destaque para a forma *é/são*.

Entre os grupos de fatores sociais, demonstraram-se relevantes a procedência, o sexo e a escolaridade. Assim, o favorecimento da marcação canônica da CV se deu pelos informantes da zona urbana (77%), sexo feminino (74%) e com Ensino Fundamental completo (69%), indicando, portanto, a manutenção da variedade culta pelos mais escolarizados.

O resultado geral desse estudo se encontra configurado no mapa abaixo:

Mapa 4 – Região Centro-Oeste



Fonte: IBGE – Mapas Regionais do Brasil (2018)

2.5 Sistematização dos resultados dos estudos revisitados: a marcação canônica da CV de P6

Com o objetivo de fornecermos uma visão geral dos resultados concernentes à marcação canônica da CV de P6 das investigações, que apresentamos neste estudo, julgamos pertinente sistematizá-los, como segue no quadro 1.

Quadro 1 – Valores percentuais de contextos com marcação de plural nos trabalhos

Variedade	Localidade	Escolaridade	% de marcação canônica da CV de P
Urbana	Mobral - Rio de Janeiro Lemle e Naro (1977)	baixa	68%
Urbana	Mobral- Rio de Janeiro Naro (1981)	baixa	48%
Urbana	Periferias de São Paulo Rodrigues (1987)	analfabetos e de baixa escolaridade – de 1ª a 4ª série	29%
Urbana	Rio de Janeiro Graciosa (1991)	Superior incompleto	94%
Rural	Comunidades pesqueiras – RJ Vieira (1995)	analfabetos ou com poucos anos de escolaridade (até a 4ª série),	38%
Urbano	Rio de Janeiro Scherre e Naro (1998)	1 a 4 anos; 5 a 8 e 9 a 11 anos,	73%
Rural	São Paulo e Minas Gerais –Trilhas das bandeiras Pereira (2004)	analfabetos ou semi-escolarizados – até a 4ª série.	24%
Rural e Urbana	Vale do Rio Doce – MG Gonçalves (2007)	Até 4 (Ensino Primário); entre 8 e 11 anos (Ensino Médio incompleto); mais de 11 anos (Ensino Médio completo) e 15 anos (Ensino Superior completo)	26% e 42%
Urbana	Rio de Janeiro- RJ Vieira (2011)	Ensino Fundamental - de 6 a 9 anos de escolaridade; Médio – de 10 a 12 anos e Superior	79%

Continua...

Variedade	Localidade	Escolaridade	% de marcação canônica da CV de P
Urbana	São José do Rio Preto Rubio (2008)	1º ciclo do Ensino Fundamental, 2º ciclo do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior	70%
Urbana	Florianópolis Monguilhott (2001)	Primário e Colegial, que correspondem ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.	79%
Urbana	Porto Alegre – RGS Barden (2004)	Ensino Fundamental até o Ensino Médio	57%
Rural	São Miguel dos Pretos, Restinga Seca – RS Almeida (2006)	Variável não controlada	81%
Urbana	Florianópolis – SC (PB) Lisboa - PT Monguilhott (2009)	Ensino Fundamental e Ensino Superior	80.6%
Urbana	Pelotas – RS Welchen (2009)	Variável não controlada	82%
Urbana	Vitória da Conquista – BA Oliveira (2005)	Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior	51%
Urbana	Bahia Poções	Analfabetos e semi-analfabetos	26%
Rural	Cinzento Morrinhos Silva (2005)		13% 17%
Rural	Bahia (comunidades afro-brasileiras) Cinzento Helvécia Barra e Bananal Lucchesi, Baxter e Silva (2009)	Analfabetos e baixa escolaridade	13% 16% 24%

Continua...

Variedade	Localidade	Escolaridade	% de marcação canônica da CV de P
Urbana	Bairros de Salvador-BA Itapoã Liberdade Plataforma Cajazeiras Lucchesi (2015)	de 0 a 4 anos, ou seja, analfabetos até a 4ª série.	25.3% 27% 27.1% 29.8%
Urbana	Fortaleza- Ceará Pereira (2016)	0 a 4 anos; 5 a 8 e 9 a 11 anos	65.4%)
Rural e Urbana	Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul Sgarbi (1981)	Nula; Ensino Fundamental e Ensino Fundamental completo	27% e 77%

Fonte: Autora (2018)

Os estudos e resultados delineados neste capítulo, se, no primeiro momento, prestam-se para a definição de nossas hipóteses e para posterior cruzamento de nossos dados, no segundo momento, evidenciam e/ou enfatizam a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural como uma realidade no Português Brasileiro, de tal modo a podermos caracterizá-la como um caso de variação inerente, haja vista sua presença de norte a sul, de leste a oeste do país.

Nesse sentido, ao olharmos para os estudos por nós referenciados e, principalmente, no quadro de sistematização desses, em que apresentamos o percentual de marcação canônica da CV de P6, evidenciamos a confirmação de Lucchesi (2001) da existência de uma polarização na realidade linguística brasileira, visto que observamos haver uma segregação de uso do fenômeno por nós estudado, segregação essa que melhor explicamos com as palavras de Bortoni-Ricardo (2005)

Os vernáculos ficaram por muito tempo mais ou menos circunscritos às regiões interioranas e isoladas. No século XX, assistimos, porém, a dois fenômenos de notáveis consequências linguísticas: a migração das populações de pequenas cidades e zonas rurais para os grandes centros e a difusão dos meios de comunicação de massa. Instala-se, então, nesses centros, um processo de diglossia, onde atuam duas forças antagônicas: por um lado, o padrão tradicional de redução flexional da própria língua, exacerbado pela situação de contato entre dialetos diferentes; por outro, a pressão do prestígio da norma culta, imposta pela ação da escola, dos meios de comunicação e do status das classes mais favorecidas (p.33)

Acreditamos, desse modo, que os estudos por nós apresentados, ao tomarem como objeto de análise a CV de P6, não só facultam compreender esse fenômeno linguístico como variável e, portanto, dependente de variáveis linguísticas e não linguísticas favorecedoras ou não de sua variação, mas também e, principalmente, possibilitam uma melhor compreensão de um outro cenário: a polarização de uso desse fenômeno linguístico nas comunidades de fala, assim como o *continuum* da frequência geral de aplicação da marcação canônica da CV nas variedades brasileiras.

Temos que diferenças existem nos resultados dos trabalhos, todavia essas diferenças correspondem mais ao quantitativo de marcas de pluralização do verbo do que diferenças de contextos e/ou fatores que favorecem ou desfavorecem a aplicação canônica da CV, tanto que as variáveis e suas variantes que favorecem ou inibem a aplicação da regra de concordância verbal são mais ou menos as mesmas em todas as variedades, daí as variáveis controladas em nossa investigação - saliência fônica, traço semântico do sujeito, realização e posição do sujeito, material interveniente entre sujeito e verbo, tipo de verbo, faixa etária, escolaridade, sexo e informantes - serem contempladas nesses trabalhos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, cujo objetivo é o de explicitar e explicar os procedimentos metodológicos que guiam nosso trabalho, apresentamos a descrição do método laboviano, assim como do Programa Goldvarb X, tendo em vista nossa pesquisa se filiar, como já dito, à Sociolinguística Variacionista e se valer do referido programa para a análise quantitativa dos dados. Na sequência, apresentamos uma abordagem sobre a cidade de Quirinópolis, dando ênfase ao processo de urbanização, seguida da constituição da amostra, os instrumentos de pesquisa utilizados para a efetivação deste estudo, o modo de realização da transcrição dos dados, o envelope de variação e os procedimentos de análise dos dados de fala.

3.1 O método laboviano e o programa GoldvarbX

Neste trabalho, adotamos o método quantitativo da Sociolinguística Variacionista ou Quantitativa, que, proposto por Labov, ([1972] 2008) considera a relação entre língua e sociedade, e opera com números que se transformam em dados estatísticos, a fim de facultar ao pesquisador a caracterização da variação linguística, a apreensão de sua sistematicidade, seu encaixamento nos planos da língua e do social, bem como sua probabilidade de relacionar-se a uma mudança linguística.

Desta feita, tendo-se por pressuposto que a Sociolinguística Variacionista tem por objeto os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala (LABOV, [1972] 2008), a metodologia que caracteriza nosso trabalho é a empírica, haja vista operar com dados reais de fala – coletados por meio de entrevistas sociolinguísticas e analisados, posteriormente, quantitativamente – produzidos por falantes reais e situações também reais de uso.

Temos a coleta de dados como imprescindível para a interação do pesquisador com os informantes da comunidade de fala em estudo, interação essa que se dá pela entrevista sociolinguística, durante a qual é preciso que se instaure um clima de alta descontração do informante, objetivando uma fala o mais natural possível, solta, distensa, menos cuidada, tudo isso dependente ainda da minimização de interferência de ruídos externos, a fim de manter uma boa qualidade dos dados. Segundo Labov (2008, p. 244 [1972] 2008), “o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas - no entanto, só podemos obter tais dados por meio de observação

sistemática”. Assim sendo, as narrativas de vida e/ou de experiências pessoais, nas quais os informantes podem não se ater ao modo de falar, constituem-se meios de alcançar a língua vernácula, que, segundo Labov (1999), refere-se à primeira forma de linguagem adquirida, plenamente aprendida e empregada apenas entre falantes de um mesmo grupo, enquanto para Tagliamonte (2006), refere-se à base linguística do falante, ou seja, a primeira variedade por ele adquirida, sem quaisquer tipos de monitoração.

A análise do fenômeno linguístico eleito para investigação neste estudo requereu que estabelecêssemos hipóteses relacionadas tanto às variáveis linguísticas como às sociais com as quais trabalhamos e que, segundo nossa intuição e mesmo conhecimento da comunidade de fala, condicionam a variação do fenômeno em estudo.

Posteriormente, os dados receberam tratamento estatístico, com o qual desvendamos os fatores que se responsabilizam pela implementação de uma variante, assim como fatores que nela não influenciam e mesmo a desfavorecem.

Conforme vimos, o método quantitativo de análise dos dados objetiva configurar como a escolha do falante entre duas variantes está condicionada, e, para tanto, temos o Goldvarb X (2001), um programa computacional e/ou estatístico de análise multivariada, última versão para o ambiente Windows, que apresenta uma estrutura própria para a acomodação e o processamento de dados de variação sociolinguística, com o objetivo de separar, quantificar e testar a significância dos efeitos de fatores sociais e linguísticos em uma variável da língua, ou seja, uma variável dependente (ONOFRE, 2009).

Para que se dê a investigação por meio desse programa, faz-se necessário que primeiramente o pesquisador constitua a amostra, defina as variáveis sociais e linguísticas com que trabalhará, selecione os dados e, obviamente, prepare o arquivo das ocorrências desses. É nesse arquivo que cada ocorrência da amostra será categorizada com seu valor de aplicação e os símbolos relacionados a cada fator determinante do ambiente de ocorrência.

Os resultados obtidos por meio do programa Goldvarb contribuem com o pesquisador para a confirmação ou não de sua hipótese inicial, haja vista que, segundo Onofre (2009, p.1), “se um grupo de fatores não é significativo, a hipótese é rejeitada / se um grupo de fatores é significativo, mas a influência dos fatores não é como prevista, a hipótese também é rejeitada / se um grupo de fatores é significativo e a influência dos fatores é como prevista, a hipótese foi confirmada” (...).

3.2 Uma incursão na geografia e na história de Quirinópolis

Levando em conta que, segundo Faraco (2017, p. 9), “as línguas estão intimamente atadas às dinâmicas histórico-políticas e às construções imaginário-ideológicas das sociedades em que são faladas”, em busca, então, de dar a conhecer a influência dessas dinâmicas e construções no português falado na cidade de Quirinópolis, principalmente no que se refere à variação da CV de P6, é que revisitamos a geo-história dessa cidade, a qual foi fundada em 1832, quando, vindos de Ouro Preto-MG, chegaram ao local João Crisóstomo de Oliveira e família, os quais estabeleceram residência na região, entre o Córrego de Água Limpa e o Rio São Francisco. Nesse local, a família Oliveira tomou posse de uma vasta extensão de terras, construindo ali uma enorme fazenda, de tal modo que Crisóstomo, dado à sua prepotência e pela riqueza ali adquirida, impedia que outras pessoas entrassem nessa região (MATOS; PARREIRA, 1988). Assim sendo, expulsou a caravana de Padre Antonio Dias, que fizera um acampamento nas proximidades de suas terras, bem como o paulista Custódio Lemos e família que, com a pretensão de fixar residência no local, desentendeu-se com João Crisóstomo, sendo por ele assassinado.

Todavia, posteriormente, enfrentando a resistência de João Crisóstomo, chegaram a Goiás o paulista Custódio Lemes do Prado, sua família e comitiva, fixando residência às margens do Rio Paranaíba, onde abriu um porto, que dava acesso ao Triângulo Mineiro. Desse modo, aos poucos, outras famílias também chegaram à região e, atraídas pelas suas terras férteis, propícias à atividade agropecuária, nela também fixaram residência. Esses desbravadores logo adquiriram suas terras e, assim, em 1843, um desses desbravadores, José Ferreira de Jesus doou à Igreja Católica uma porção de terra para a construção de uma capela, marco do nascimento de Quirinópolis, não diferentemente de grande parte das cidades brasileiras. Sobre essa afirmação, Coelho (1997, p. 47) assevera que “[...] esses modelos de organização urbana em torno de uma capela construída, vão ser, a partir de então e até ao final do século, a forma mais comum de surgimento de cidades em Goiás”.

De conformidade com Matos (2017), em data não precisa, José Ferreira de Jesus designou um lugar para o cemitério entre dois córregos do Rio das Pedras, próximo a uma olaria ali já existente, bem como construiu também nas proximidades uma capela. Todavia, mais tarde, a localização tanto do cemitério como da capela foram considerados inadequados e, assim sendo, ambos foram transferidos para os locais em que se encontram atualmente. As alegações para a transferência, principalmente da capela, foram, de acordo com Matos e Parreira (1988) de que o início da cidade se deu muito próximo à serra, onde havia muita umidade (o local

distante 3 Km da atual cidade e cerca de 2 Km da serra), em local úmido e cheio de pântanos, o que poderia afetar a saúde dos moradores e mesmo impedir que o lugar se desenvolvesse.

Além da construção da capela, segundo os memorialistas Sagim Junior e Sagim (2000), em função de ali chegarem mais pessoas oriundas de outros lugares, as famílias pioneiras advindas dos Estados de Minas Gerais e São Paulo se viram na obrigação de construírem no local uma casa comercial, uma loja de tecidos e um armazém, a fim de suprirem necessidades básicas desse povo. Nesse sentido, formou-se o povoado de Abadia do Paranaíba, mais tarde denominado “Nossa Senhora D'Abadia”, de acordo com a resolução no 603 em 1879. Já em 1894, por lei municipal da comarca de Rio Verde o povoado foi elevado a Distrito, sendo denominado de Nossa Senhora D'Abadia do Paranaíba, popularmente, Capelinha.

Com a criação do Distrito, outras necessidades foram surgindo e, desse modo, logo foram empreendidos esforços para se criar o Cartório de Registro Civil e anexo, o qual ao ser inaugurado teve Jerônimo Martins Parreira como Oficial do Registro Civil, por meio de nomeação. Em virtude da mudança do povoado, obviamente resultante da transferência de local da capela, conforme já mencionamos, houve a transferência do povoado, que conjuntamente ao quantitativo de pessoas que chegavam à região, demandou que se construísse uma estrada que interligasse Rio Verde ao novo povoado, estrada essa que foi inaugurada em 1919, trazendo grandes benefícios à cidade que se apontava, dentre esses, o aumento da população.

Considerando que no século XIX, em Goiás, predominava o modelo econômico de base agropecuária, temos que a ocupação do povoado de Nossa Senhora D'Abadia e, principalmente, as bases para a implantação do município de Quirinópolis - nome escolhido em homenagem ao Coronel José Quirino, um dos pioneiros que se dedicou à construção da Igreja Matriz e, ainda mais, ao crescimento e desenvolvimento do povoado - se deram no sentido rural-urbano, favorecido pelo povoamento rural e, assim, por aqueles que se dedicaram às atividades próprias desse meio. À época, Quirinópolis, então Distrito de Rio Verde, segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresentava uma população 9.594, sendo que 673 pessoas viviam na zona urbana e 8921, na zona rural (IBGE, 1940).

A emancipação de Quirinópolis do município de Rio Verde aconteceu em 31 de dezembro de 1943, pelo decreto-lei nº 8.305, e Cavalcante Filho (2000) toma-a como resultante do apoio dado por pessoas mais tradicionais e/ou mais influentes do distrito de Nossa Senhora D'Abadia à Revolução de 1930 no Estado, pessoas essas das famílias Leão e Jacintho que, obviamente, no popular “toma lá, dá cá”, usaram de suas influências político-econômicas para alavancarem, por meio de Dr. Pedro Ludovico Teixeira, político e líder revolucionário de Goiás,

o progresso do local, como construção de estrada de rodagem, prédios para a estrutura administrativa, cadeia e campo de aviação (a partir de 1942).

A partir daí, a cidade não parou de se desenvolver e, nesse sentido, dada a sua alta produção no ramo agropecuário e a necessidade de escoação desses produtos para os Estados de Minas Gerais e São Paulo, a fim de suprir seus mercados, houve a necessidade do estabelecimento de convênio entre os governos desses estados, como também que se construísse uma ponte em São Simão, exatamente no Rio Paranaíba, interligando Goiás a eles, que foi inaugurada em 1934.

Por acreditarem que Quirinópolis era um lugar promissor, pessoas e mais pessoas vieram para essa cidade por vontade própria ou a convite daquelas que nela já se encontravam, mas o fluxo migratório se deu de forma mais intensa a partir dos anos 60, com nordestinos, paulistas e mineiros, muito embora com finalidades distintas. Os paulistas e mineiros, em sua maioria, por deterem poder econômico, migraram em busca da compra de terras e, desse modo, de acrescentarem o seu capital por meio da lavoura e pecuária, enquanto os nordestinos vieram para o trabalho nas lavouras, na qual já se sinalizava o enfraquecimento do trabalho braçal em função de novas tecnologias.

Nessa perspectiva, nos anos 70, segundo Priori et alii (2012), em decorrência de uma substancial produção agrícola no país, houve o favorecimento de políticas públicas por meio da modernização e do fortalecimento das atividades desse setor, desencadeando a perda de espaço do trabalho braçal, já enfraquecido na década passada, para a mecanização, o que reduziu drasticamente o número de pessoas para as atividades que antes se faziam. Logo, essa realidade acabou por impulsionar, em cadeia, o êxodo rural e o processo de urbanização em/de Quirinópolis, que teve, a partir de então, a taxa populacional urbana alterada, como podemos observar no quadro abaixo, embora salientemos, antecipadamente, que a emancipação de Gouvelândia em 1988 – até então pertencente ao município de Quirinópolis – é que influenciou a redução da população nas décadas de 80 e 90, conforme apresentamos no quadro 2 (p. 87).

Configura-se nesse quadro, num espaço de dez em dez anos, a inversão do rural para o urbano no que se refere ao número percentual de habitantes, ocorrendo, pois, o acréscimo desse percentual para a zona urbana e, conseqüentemente, o seu decréscimo para a zona rural, de forma mais expressiva a partir da década de 1970, conforme razões já postas.

Quadro 2 – População de Quirinópolis – década de 1940 a 2010

Ano	Nº habitantes		Percentual	
	Urbano	Rural	Urbana	Rural
1940	1.471	11.745	11,13%	88,87%
1950	2.604	15.783	14,16	85,84
1960	3.239	22.405	12,63	87,37
1970	12.649	25.273	33,36	66,64
1980	22.766	13.513	62,75	37,25
1990	27.301	6.975	79,65	20,35
2000	29.655	6.857	81,22	18,78
2010	38.179	5.064	88,29	11,71

Fonte: FIBGE/SEPLAN-GO (2010)

O êxodo rural na década de 70 e, mais intensamente, na década de 80, proporcionou um avanço significativo nos planos socioeconômico e cultural em Quirinópolis, embora outros acontecimentos anteriores a esse tenham contribuído sobremaneira para o processo de urbanização dessa cidade, os quais, para Matos e Parreira (1988), foram a instalação de energia elétrica no distrito em 1938, a construção de um campo de aviação na década de 1940, o investimento na melhoria da infraestrutura na zona rural e urbana a partir de 1947.

No que se refere à atividade base do município, vale mencionar que a pecuária ainda se constitui um importante setor para a economia desse; entretanto, a agricultura sofreu um declínio, em virtude da implantação de duas das maiores usinas de cana de açúcar do país, a São Francisco, implantada em 2007 e a Boa Vista, em 2008. Somam-se a esses fatores, a construção da Ferrovia Norte- Sul, que também tem alavancado o desenvolvimento da cidade e afetado, positivamente, seu crescimento acelerado, assim como o setor da Educação, haja vista que, desde a década de 60, se deu a criação de mais e mais escolas com melhores infraestruturas tanto na zona urbana, quanto na zona rural.

Ainda relacionado à educação, temos, de acordo com dados do IBGE (2014), que, no ano de 2010, em Quirinópolis, havia um total de 19.785 (53.43%) pessoas de 10 anos acima sem instrução e Ensino Fundamental completo; 6.708 (18.11%), com Ensino Fundamental completo e Médio incompleto; 7.437 (20.08%) com Ensino Médio completo e Superior incompleto, 2.924 (7,9%), com Superior completo e 177 (0,48%) pessoas com nível escolaridade não determinado. Acreditamos, porém, que esse quadro sofreu alterações relevantes, haja vista o aumento populacional e a necessidade cada vez mais urgente de as pessoas estudarem para atendimento a demandas de vários setores socioeconômicos da cidade.

Nesse sentido, registramos a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis – FECLEQ, em 1986, a qual, em 1999, transformou-se na então Universidade

Estadual de Goiás-UEG; em 2003, a criação de um pólo da Universidade de Uberaba- UNIUBE e, em 2005, da Faculdade de Quirinópolis- FAQUI, instituições que contribuíram e vêm contribuindo, de forma significativa, para o progresso da cidade e de cidades circunvizinhas, por meio da qualificação de jovens e adultos para o mercado de trabalho.

Frente a esses apontamentos, vemos que a cidade de Quirinópolis, de raízes marcadamente rurais, as quais se projetam nas tradições, na fala e outros, mesmo com muitos problemas sociais e outros advindos da própria situação do país, dentre os quais a violência, tem se desenvolvido, às vezes vagarosamente, em todos os aspectos, de forma a delinear um perfil cada vez mais urbano. Todavia, quando falamos desse perfil, faz-se pertinente esclarecermos que, favorecida pelas transformações sociais, a dicotomia rural ⇔ urbano tem sido desfeita, inserindo-se no espaço rural marcas do espaço urbano, de forma a podemos falar em um *continuum* rural-urbano, tal como posto anteriormente. Segundo Siqueira e Osório (2001, p.74) “os conceitos de rural e urbano são construídos sobre as representações das mesmas coisas, com as quais estão em constante troca e mediação”.

Desta feita e ainda mais por considerarmos que, para Faraco (2017, p. 47), “o recorte de determinado conjunto de variedades linguísticas agrupadas sob um nome singular [...] são fenômenos fundamentalmente socioculturais e políticos”, acreditamos na existência de um *continuum* de ruralidade na fala de Quirinópolis, cidade pertencente à região Sul Goiana e à microrregião homônima, município brasileiro que se localiza no interior de Goiás, bem ao sudoeste de Goiânia, capital do Estado, da qual se distancia cerca de 285 km, com ocupação de uma área de 3.780km² e estimativa populacional em 2017 de 48.508 pessoas.

Mapa 5 - Localização de Quirinópolis em Goiás



Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=52&search=goias>

3.3 Constituição da amostra de fala

Para a estratificação de nossa amostra, levamos em conta trinta e seis (36) informantes, nascidos e residentes em Quirinópolis/GO, não ausentes dessa cidade por mais de cinco anos (5) anos e caracterizados em função de três variáveis sociais: (1) faixa etária: de 14 a 30 anos; de 31 a 45 anos; de 46 a 60 anos e acima de 60 anos; (2) sexo masculino e feminino, sendo 19 do feminino e 17 do masculino; (3) escolaridade: de 0 a 6 anos, de 7 a 11 anos; e acima de 11 anos.

Para o fator escolaridade, não levamos em conta até que série o informante estudou e, sim, quantos anos ele esteve/está na escola, embora tenhamos evidenciado que, dos 36 sujeitos da pesquisa, temos apenas 1 semi-analfabeto; 1 analfabeto; 13 com ensino fundamental incompleto; 6, ensino médio completo; 3, ensino médio incompleto; 7 com ensino superior completo (sendo 2 somente com a graduação, 4 com Pós-Graduação *latu sensu* e 1 com Pós-Graduação *stricto sensu*) e 5 com superior incompleto.

Abaixo apresentamos o quadro com a estratificação dos informantes e, desse modo, para melhor compreendê-la, assinalamos que, para cada faixa etária, correspondem 9 informantes, os quais foram escolhidos sem levar em conta o sexo, haja vista que, no primeiro momento, não tínhamos a pretensão de controlar essa variável, mas, em função de termos uma pequena diferença quantitativa de informantes entre o sexo masculino (17) e o feminino (19), decidimos considerá-la em nossa análise. Já para o fator escolaridade, atentamo-nos para o quantitativo de 3 informantes para cada nível por nós definido.

Quadro 3 – Distribuição dos informantes da pesquisa (Total = 36 informantes)

Escolaridade		0 a 6 anos		7 a 11 anos		Acima de 11 anos	
Idade	Sexo	M	F	M	F	M	F
14 a 30 anos		1	2	1	2	2	1
31 a 45 anos		1	2	-	3	1	2
46 a 60 anos		3	-	1	2	2	1
Acima de 60 anos		3	-	1	2	1	2
Total		8	4	3	9	6	6
Total Geral: 36							

Fonte: Autora (2018)

Achamos por bem esclarecer que os 36 informantes da pesquisa se referem a homens e mulheres de nível sociocultural e econômico distinto e com ocupações também distintas, visto que há profissionais liberais, professores, estudantes, pedreiros, mecânicos, donas de casa e

outros, embora praticamente 95% deles com uma característica comum: terem nascido na zona rural e vivido por certo tempo nesse ambiente. Registramos que essas informações pertinentes ao nível sociocultural e econômico dos informantes, bem como à ocupação não foram controladas sistematicamente, mas assistematicamente, haja vista que solicitamos às pessoas que nos ajudaram na busca desses informantes que se atentassem à diversificação desses, conforme explicitado acima.

Nesse sentido, para a escolha dos informantes, buscamos a contribuição de agentes da saúde e de amigos, os quais nos indicaram pessoas com o perfil social por nós almejado, embora a escolha definitiva desses informantes tenha se dado de forma aleatória. Posteriormente, utilizamos um questionário (APÊNDICE A) por nós elaborado, a fim de constatar se o indivíduo de fato se enquadrava nas variáveis sociais controladas em nosso estudo, assim como para lhe explicar sobre nosso trabalho, obtermos o seu consentimento para a participação no estudo e marcamos dia e hora para ele ser entrevistado.

Quanto às entrevistas, vale mencionar que encontramos certa dificuldade na realização dessas, pois houve muitas desistências de informantes por receios diversos, dentre esses, a desconfiança, principalmente dos mais velhos, de que fôssemos pessoas ligadas à Previdência e quiséssemos, assim, cortar suas aposentadorias. No entanto, conseguimos sanar essa dificuldade com a busca de outros sujeitos.

Voltados, então, aos pressupostos teóricos que embasam o estudo, bem como aos objetivos para ele propostos, lançamos mão da pesquisa de campo, quando utilizamos a entrevista semi-estruturada, com irrestrito privilégio à narrativa de vida ou dissertação de fatos, acontecimentos, seguindo blocos específicos de temas, que, em nossa visão, ao serem narrados ou dissertados, geralmente deixam/deixaram o informante mais solto, menos preocupado com a fala. Desse modo, seguimos o roteiro abaixo, embora sem ficarmos presos aos questionamentos como nele se apresentam e sem a preocupação de esgotá-lo e segui-lo rigidamente, visto que de uma resposta e/ou comentário de um informante, surgem/surgiram margens para questionamentos distintos.

i. Infância

- a) Onde você vive sua infância? Conte-nos um pouco sobre ela, como ela foi.
- b) Há algum fato marcante de sua infância? Conte para nós?
- c) Você tinha muitos amigos quando criança? Fale para nós de uma recordação marcante que você tem desses amigos.

d) Você vê muita diferença entre o período de infância de sua época com a infância de hoje? Fale sobre isso para nós.

5. Em relação a seus pais, eles eram rígidos?

6. Sua família mantinha alguma tradição? Conte para nós.

ii. Família

a) Você pode falar um pouco para nós sobre sua família?

b) Você vê diferença entre as famílias de ontem e as de hoje? Fale para nós sobre essas diferenças.

c) Que valores morais e éticos você acha que devem ser preservados pela família?

d) Sobre a criação, educação dos filhos, como você acha que deve ser conduzida?

iii. Trabalho

a) Qual sua profissão? É a profissão de seus sonhos? Fale um pouco sobre ela para nós.

b) No seu trabalho você pensa em mudar de cargo? Fale sobre isso para nós?

c) Você tem pretensão de mudar de trabalho? Com que objetivo?

d) Qual a importância do trabalho para você?

e) Sobre o trabalho da mulher fora de casa, você acha correto? Apresente sua opinião para nós.

iv. Lazer

a) Você acha que o lazer é importante na vida do ser humano? Comente sobre isso.

b) Aqui em Quirinópolis, na sua visão há boas opções de lazer?

c) Você gosta mais de se divertir com a família ou com amigos? Fale sobre essas diversões.

d) Como você vê as atividades de lazer de outras épocas com as de hoje?

v. Política

a) Como você analisa o contexto político do Brasil?

b) Que medidas você acha que devem ser tomadas para que o Brasil caminhe rumo ao desenvolvimento?

c) Você julga que a educação e a saúde devem ser prioridades dos governantes? Fale sobre isso.

vi. Quirinópolis

- a) Você considera Quirinópolis uma cidade boa para se viver? O que ela oferece ou deixa de oferecer à população?
- b) Quais os pontos positivos e negativos que caracterizam, a seu ver, nossa cidade?
- c) A educação oferecida em Quirinópolis é ótima, boa ou ruim? Comente sobre isso para nós.
- d) Você vê Quirinópolis como uma cidade violenta, como muitos falam? Se sim, como trabalhar contra a violência?

As entrevistas, gravadas em áudio e com duração de 45 a 50 minutos, foram realizadas pela pesquisadora e um aluno do Curso de Letras da UEG – Quirinópolis, no período de fevereiro a abril de 2017, tendo acontecido, a sua maioria, na residência dos informantes, e as demais, no ambiente de trabalho. Ao realizá-las, tivemos a preocupação com a escolha e criação de um ambiente informal, de bastante descontração a fim de obtermos o mais possível a naturalidade da fala do pesquisado e resolvermos a questão do “paradoxo do observador”, conforme apontamentos de Labov ([1972] 2008).

Após a realização das entrevistas, passamos à transcrição dessas, quando optamos pela transcrição ortográfica, tendo em vista seguirmos a ortografia oficial, sem, contudo, tirarmos e/ou perdemos questões características da fala coletada, isso é, provável pronúncia das palavras, como nos exemplos de “filhos (filhus)”; fizeram (fizeru) e outros. Para essa transcrição, os critérios por nós utilizados foram aqueles estabelecidos pelo Grupo de Estudos Funcionalistas (GEF) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás – UFG (ANEXO A).

Prontas as transcrições, passamos, então, ao levantamento das ocorrências de CV de P6 nos dados de fala, e, em seguida à codificação desses dados, os quais foram categorizados de conformidade com as variáveis linguísticas: saliência fônica, realização e posição do sujeito, traço semântico do sujeito, material interveniente entre sujeito e verbo e tipo de verbo, melhor especificadas posteriormente.

3.4 Envelope de variação para a realização da pesquisa

Com o intento de examinarmos a fala dos quirinopolinos quanto ao uso do fenômeno linguístico CV de P6, valemo-nos das variáveis detalhadas a seguir, para as quais trazemos exemplos de nosso *corpus* de investigação.

3.4.1 Variável dependente

A variável dependente por nós estudada, a concordância verbal de P6, caracteriza-se como binária, haja vista termos duas variantes:

- marcação canônica da CV de P6;
 - (1) “... as crianças **obedeciam** us professoris...”
- marcação não canônica da CV de P6
 - (2) “...meu pai mais minha mãe **era** muito bravu...”

3.4.2 Variáveis independentes

A variação da língua, conforme postulados teóricos deste trabalho, é favorecida por fatores sociais e linguísticos, os quais compõem as variáveis independentes. Logo, do conjunto dessas variáveis, nossa opção se deu pelas que abaixo elencamos, visto elas se configurarem como as que mais são contempladas nas pesquisas referentes à concordância verbal de terceira pessoa do plural – P6.

3.4.4 Fatores sociais

Grupo 1. Idade

Variável que se caracteriza como de suma importância em estudos como o da análise da variação de P6, uma vez que ela nos faculta a percepção do estágio de uma forma variante, se em progresso, estável ou em recuo. Desse modo, para Chambers e Trudigill (1980), a variação estável se caracteriza por um padrão curvilinear, em que as faixas etárias intermediárias apresentam a maior frequência de uso das formas de prestígio, enquanto na mudança em progresso, a distribuição é inclinada. Desta feita, de um lado está a característica mais conservadora de formas variantes pelos idosos e, de outro lado, a característica inovadora dos mais jovens.

Todavia, é preciso considerar que a tendência demonstrada pelos resultados da faixa etária carece de confirmação, a qual ocorre pelos resultados das variáveis sociais sexo e escolaridade. Logo, para Labov (1982), num estudo em que os falantes das classes mais altas e de maior nível de escolaridade apresentam maior frequência de uso das formas de prestígio, de modo proporcional, do que os falantes da classe média e esses uma frequência maior do que os da classe baixa sinaliza uma variável estável, enquanto a tendência é de os processos de

mudança terem como líderes os indivíduos mais integrados da classe média baixa e/ou das seções mais elevadas da classe operária.

Nesse sentido, a análise da fala de uma comunidade nos possibilita demonstrar o caminho tomado por uma variação, pois há progresso se essa variação obtiver maior índice de uso pelos mais jovens, estabilidade, quando houver menor índice de uso pela maioria dos falantes e recuo, quando poucos a usam (LABOV, 2008, [1972]; 2001).

Temos, ainda, que numa pesquisa, ao se considerar a variável idade, essa deve ser vista como uma altamente complexa, o que demanda do pesquisador maior atenção e cuidado na determinação das faixas etárias, visto ser necessário um intervalo entre elas, de forma que elas sejam capazes de representar os falantes da comunidade investigada.

Diante dessas considerações, torna-se claro que o controle da variável faixa etária no estudo da concordância verbal de P6 no PB tem se demonstrado de grande importância, haja vista ele possibilitar ao pesquisador o conhecimento de uso desse fenômeno linguístico por diferentes gerações da comunidade de fala investigada.

Desse modo, certos da relevância dessa variável em nosso estudo, levamos em conta quatro faixas, as quais assim se definem:

- Informantes de 14 a 30 anos: intervalo de 16 anos, que cobre o período da adolescência à fase adulta.
- Informantes de 31 a 45 anos: intervalo de 14 anos, em que o indivíduo está totalmente integrado ao mercado de trabalho e, assim sendo, está suscetível às pressões sociais.
- Informantes de 46 a 60 anos: intervalo de 14 anos, no qual o indivíduo está integrado ao mercado de trabalho, todavia, menos suscetível às pressões sociais.
- Informantes acima de 60 anos: fase em que o indivíduo já está fora do mercado de trabalho ou se prepara para deixá-lo.

Grupo 2. Escolaridade

A literatura sociolinguística e/ou as pesquisas de cunho sociovariacionista têm demonstrado a correlação do nível de escolaridade dos indivíduos com a adoção das variantes linguísticas próprias da variedade culta da língua, adoção que geralmente se faz como resposta ao trabalho da escola como promotora e mantenedora dessa variedade linguística. Segundo Martellota,

Não há como negar que existe uma influência dos padrões de correção impostos pela gramática (tradicional) sobre as restrições de combinação dos elementos linguísticos, que tende a crescer à medida que aumenta o nível de escolaridade do falante ou o grau de formalidade exigido pelo contexto de uso (2008, p. 46 - 47)

A escola exerce, portanto, alta influência no uso de formas linguísticas de prestígio, influência essa que favorece o estabelecimento de correlação entre a variável escolaridade e o fenômeno de promoção ou de resistência à mudança linguística. Promoção e resistência porque o processo de escolarização não só age favoravelmente ao uso das formas variantes da variedade culta, mas também exerce coação referente ao uso das formas variantes da variedade popular da língua, quase sempre verberadas socialmente (LABOV, 2001).

A variável escolaridade, conjuntamente à variável faixa etária, favorece também a percepção do estágio de uma forma variante, se em progresso, estável ou em recuo.

Voltados, portanto, ao que pode ser desvelado por meio da análise dessa variável em uma investigação como a nossa, buscamos controlar três níveis de escolaridade, assim especificados:

- Informantes que possuem de 0 a 6 anos de escolarização, que correspondem, portanto, àqueles que são analfabetos e aos que estudam/estudaram o Ensino Fundamental 1 incompleto ou completo, ou seja, até a 6ª série
- Informantes com escolarização de 7 a 11 anos, correspondente àqueles com Ensino Fundamental 2, ou seja, 7ª série ao Ensino Médio;
- Informantes acima de 11 anos de escolarização, que se refere àqueles que estudam/estudaram Graduação ou Pós-Graduação

Ressaltamos que, para essa variável, optamos pelo número de anos que o informante frequentou/frequenta a escola, independentemente da série escolar, todavia, com controle dessa, conforme apresentaremos mais adiante.

Grupo 3. Sexo

A variável sexo, para Labov (2001), pode se configurar como relevante em pesquisas sociolinguísticas, propiciando uma reflexão sobre o paradoxo de gênero, pois há a tendência de uso da norma culta da língua pelas mulheres anterior aos homens, adotando a forma mais conservadora da variável, embora, quando mudança se faz com consciência social.

Contrariamente, sem essa consciência, as mulheres adotam as novas formas linguísticas. O fato de as mulheres ora serem mais conservadoras ora mais inovadoras, segundo Labov (2001), ocorre em razão de elas se ajustarem mais às normas da variedade culta.

Segundo Lucchesi (2004),

Generalizações do tipo ‘as mulheres são mais inovadoras do que os homens’ (...) têm a meu ver, um valor heurístico bastante questionável, pois a ação de um determinado fator social sobre um processo particular de mudança é determinada pela maneira específica através da qual esse fator se integra no conjunto complexo de interações que constitui o processo social em que a mudança acontece (p.192).

Essa afirmação de Lucchesi parece corroborar a de Labov (2008 [1972], p. 347) para o qual “seria um grave erro formular o princípio geral de que as mulheres sempre lideram o curso da mudança linguística”. E como argumento dessa sua afirmação, recorre à investigação de Trudgill (1971) em Norwich (Inglaterra), em que a maior demonstração de influência pela norma culta se deu pelas mulheres, enquanto os homens se demonstraram à frente no uso de novas formas populares. Assim sendo, para Labov (2008, [1972], p. 348) “A generalização correta, então, não é a de que as mulheres lideram a mudança linguística, mas sim que a diferenciação sexual da fala freqüentemente desempenha um papel importante no mecanismo da evolução linguística”.

Há casos, em que a atitude frente à linguagem é que define a mudança da língua e não propriamente o sexo. Sobre isso, Labov (2006 [1996]) diz que,

Em algumas sociedades, há diferenças marcantes na fala de homens e mulheres, mas nos Estados Unidos, nós não encontramos uma variação muito grande nas características da linguagem determinadas pelo sexo. Existem exemplos marginais: homens estão mais aptos a dizer ‘você está me enchendo’ do que mulheres; homens usam mais linguagem(ns) obscena(s) em público do que as mulheres. Mas, a maior diferença entre os sexos está nas importantes áreas das atitudes tomadas em relação à linguagem. O comportamento sociolinguístico das mulheres é um tanto diferente do dos homens porque ambos respondem aos valores normativos mais comuns de diferentes maneiras... No geral, as mulheres são mais sensíveis para manifestar as correções sociais, e usam mais as formas de prestígio do que os homens. Mas estas diferenças não são independentes da classe social (p. 29-30).

Está posto que há outros fatores de ordem social e contextual que contribuem para uma diferenciação entre a fala do homem e a da mulher, de modo a não podermos hipotetizar que a mulher preserva mais as formas linguísticas prestigiadas socialmente. Assim sendo, consideramos que a grande relevância do controle da variável sexo para o estudo da concordância verbal reside no fato de ela possibilitar uma reflexão sobre a organização social e

os papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Esses papéis, sem nenhuma dúvida, podem exercer forças favoráveis à marcação explícita ou não do plural nos verbos por ambos os sexos.

Em busca, pois, de podermos demonstrar por quem mais se dá a variação da CV de P6 em Quirinópolis, optamos por analisar os sexos:

- Masculino.
- Feminino

Grupo 4. Informantes:

Para melhor conhecimento dos informantes da pesquisa, trazemos o quadro abaixo

Quadro 4 – Perfil sociolinguístico dos informantes

Pseudônimo	sexo	idade	escolaridade
1	masc.	19 anos	Ens. Fund. incompleto (6ª série)
2	Fem.	18anos	Ens. Fund. incompleto (7ª série)
3	Fem.	21 anos	Ens. Fund. incompleto (6ª série)
4	Masc.	22 anos	Ens. Fund. incompleto (9ª ano)
5	Fem.	14 anos	Ens. Fund. incompleto (9ª ano)
6	Fem.	21 anos	Ens. Sup. incompleto
7	Masc.	18 anos	Ens. Sup. incompleto
8	Fem.	17 anos	Ens. Sup. incompleto
9	Masc.	19 anos	Ens. Sup. incompleto
A	Fem.	38 anos	Ens. Fund. incompleto (5ª série)
B	Fem.	31 anos	Ens. Fund. incompleto (6ª série)
C	Masc.	41 anos	Ens. Fund. incompleto (5ª série)
D	Fem.	35 anos	Ens. Médio incompleto
E	Fem.	37 anos	Ens. Médio completo
F	Fem.	45 anos	Ens. Médio completo
G	Fem.	39 anos	Pós-Graduação
H	Masc.	31 anos	Ens. Sup. incompleto
I	Fem.	33 anos	Ens. Sup. incompleto
J	Masc.	57 anos	Semi-analfabeto (6 meses de escola)

Continua...

Pseudônimo	sexo	idade	escolaridade
K	Masc.	52 anos	Ens. Fund. incompleto (6ª série)
L	Masc.	47 anos	Ens. Fund. incompleto (6ª série)
M	Fem.	59 anos	Ens. Médio completo
N	Masc.	57 anos	Ens. Médio completo
O	Fem.	52 anos	Ens. Médio completo
P	Mas.	55 anos	Ens. Sup. completo
Q	Fem.	46 anos	Pós-Graduação
R	Masc.	54 anos	Pós-Graduação (mestrado)
S	Masc.	79 anos	analfabeto
T	Masc.	60 anos	Ens. Fund. Incompleto (2ª ano)
U	Masc.	64 anos	Ens. Fund. Incompleto (3ª ano)
V	Masc.	62 anos	Ens. Médio completo
W	Fem.	72 anos	Ens. Médio completo
X	Fem.	61 anos	Ens. Fund. Incompleto (7ª série)
Y	Fem.	70 anos	Pós-Graduação
Z	Fem.	66 anos	Pós-Graduação
Ç	Masc.	65 anos	Ens. Sup. completo

Fonte: Autora (2018)

3.4.5 Fatores linguísticos

Grupo 1. Traço semântico do sujeito

Naro e Scherre (1999) controlam os seguintes traços semânticos do sujeito: [+humano]; [-humano] e [misto], sendo esse último tomado em contextos de sujeito quando há um núcleo humano e outro não humano. Todavia, decidimos por considerar, ainda, os traços [+ animado], [- animado], por meio da seguinte escala: [+ humano + animado], [- humano + animado], [- humano - animado].

Essa variável é tomada estatisticamente de grande relevância à aplicação de CV e tem por hipótese que o traço [+humano] ou [+ animado) favorece marcas de plural nos verbos, e o traço [-humano] a desfavorece. Exs.:

(3) “...hoji us filhus **argumentam**...” [+humano +animado] (nesse exemplo, o sujeito “us filhus” é semanticamente humano e animado)

- (4) “... antigamenti tinha mamão nas fazenda us passarim **cumia**...” [- humano, +animado] (aqui, temos o sujeito “us passarim”, o qual não é humano, mas é animado)
- (5) “...as experiências **são** várias...” [- humano, -animado] (o exemplo traz o sujeito “as experiências”, semanticamente tomado menos humano e menos animado.
- (6) “...criança i cachorru ... **topa** é uma festa...” [misto] (temos nesse exemplo o caso de um sujeito formado por um substantivo humano e outro, não humano).

Grupo 2. Saliência fônica

Diz respeito à diferença fônica entre a forma singular e plural, diferença essa proposta por Lemle e Naro (1977). Exs: máxima (é/são); média (falou/falaram); mínima (fala/falam). Assim, a hipótese que eles defendem é a de que, em se tratando de formas em que a diferença fônica é de grau máximo, há tendência de maior favorecimento da marcação de plural nos verbos e a diferença fônica de grau mínimo enfraquece a pluralização verbal.

Para o estabelecimento de graus de saliência fônica, tomamos aqui os pares de oposição entre formas verbais, consoante Lemle e Naro (1977), que são:

NÍVEL 1. Oposição não-acentuada - pares com os segmentos fonéticos que estabelecem a oposição não-acentuada

1a. não envolve a mudança na qualidade da vogal na forma plural - acréscimo de nasalidade

(7) “eu quiria qui elis **tivesse** uma infância...” (tivesse/tivessem)

1b. envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural - acréscimo da semivogal [w]

(8) “anu novu elis **costuma** reuni.. a família da minha mãe...” (costuma/costumam)

1c. Envolve acréscimo de segmentos na forma plural

(9) “agora elis **qué** trinta dia... pra chega uma cartera di trabai” (qué/querem)

NÍVEL 2. Oposição acentuada

2a. envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural

(10) “...elis não prestam atenção... **tão** nem aí... (está/estão)

2b. envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural, queda da semivogal da forma singular

(11) “...seis irmãos **nasceram** im Quirinópolis...” (nasceu/nasceram)

2c. envolve acréscimo de segmentos com mudança vocálica na forma plural, queda do ditongo.

(12) “aí minha mãe chegô i... “que que é isso? Ondi cês **arrumô** isso?...” (arrumô – arrumou/arrumaram)

2d. envolve acréscimo de segmentos – com ou sem mudanças/acréscimos vocálicas(os) – na forma plural, mudança da tonicidade do vocábulo

(13) “as usinas vieru... trouxei muitos problema?... **trouxi** né?... (trouxe/trouxeram)

2e. envolve acréscimo de segmentos com mudança na raiz e na tonicidade do vocábulo

(14) ...elis **fizeram** todú u processu...” (fez/fizeram)

2f. Mudança quase completa

(15) “meus avós elis **vieram** di Minas gerais...” (veio/vieram)

2g. Mudança completa

(16) “...todus **são** impregadus” (e/são)

Grupo 3. Realização e posição do sujeito em relação ao verbo

Variável testada em muitos trabalhos sobre concordância verbal e diz respeito ao posicionamento que o sujeito ocupa na sentença em relação ao verbo, levando em conta que a Língua Portuguesa é de SVO, embora admita e haja variação (LEMLE, NARO, 1977). Para esses autores, a hipótese é a de que a frequência de CV será maior quanto mais saliente ou óbvia for a relação entre sujeito/verbo e/ou quanto mais perto estiver o sujeito do verbo a que se refere.

Scherre e Naro (1998) consideram, em seus estudos, os seguintes subfatores em relação a essa variável linguística:

a) anteposição do sujeito – a relação de proeminência tópica favorece o surgimento da marca de flexão plural;

(17) “...as famílias **reuniam**... i todus conversavam...”

b) posposição do sujeito – quando o sujeito aparece fora da ordem SVO (sua ordem prototípica), a tendência é a de não se estabelecer a marcação de SV de 3PP, visto que, de acordo com Pontes (1989), o estatuto do sujeito posposto seria semelhante ao do objeto direto em português, que guarda relação estreita com a variável transitividade.

(18) “...aí nissu **acabô** as nossas vinganças umas pela otra...”

Considerando a existência de orações em que o sujeito não se encontra explícito, acrescentamos aos subfatores descritos por Scherre e Naro (1997) o sujeito nulo também favorecedor da pluralização do verbo.

(19) “...a peli coçava muito... queimava muito us coleguinhas... eh... abanavam... **coçavam** minha peli...”

Grupo 4. Material interveniente entre o verbo e o sujeito

Essa variável corresponde ao material linguístico que há entre o núcleo do sujeito e o verbo, sendo investigada pelo número de sílabas desse material, conforme hipótese levantada por Lemle e Naro (1977) e Naro (1981) de que, quanto mais material houver entre o núcleo do sujeito e o verbo, maior o favorecimento da não marcação de plural no verbo. Assim sendo, tomamos para esse grupo, os fatores:

a) ausência de material interveniente entre o verbo e o núcleo do sujeito;

(20) “...as minhas irmãs **casaram** cum dizesseis... dizesseti anus...”

b) presença de material com menos de 5 sílabas;

(21) “...quandu chegava lá as pessoas já **ficavam** todas...eh...apavoradas...” (entre o sujeito e o verbo há o advérbio “já” de 1 sílaba);

(22) “... meus filhus também num **tevi** essa infância assim...” (há entre o sujeito e o verbo os advérbios “também” e “não” de 3 sílabas);

c) presença de material com mais de 5 sílabas

(23) “...meus filhus hoji cum dizoitú i vinti anus istão quase terminando u cursu superior...

(entre o sujeito e o verbo aparece a expressão “hoji cum dizoitú i vinti anus” – totalizando 11 sílabas).

Grupo 5. Tipo de verbo

Para essa variável linguística, Monguilhott (2009) hipotetiza que, com verbos transitivos (que pedem um complemento direto ou indireto) e intransitivos (verbos monoargumentais, pois apresentam tão só um argumento nuclear), há maior probabilidade de pluralização do verbo. Fundamentado no trabalho dessa autora, controlamos os seguintes tipos de verbo:

a) transitivos – selecionam argumentos externo e interno, ou seja, possuem dois argumentos nucleares: um deles exerce a função temática de tema (paciente), enquanto o outro é um agente.

(25) “As irmã mais velha... **disgastava** as ropa...”

b) intransitivos ou inergativos – selecionam um argumento externo que figura na posição de especificador do verbo, ou seja, possui um único argumento nuclear, tipicamente um agente e/ou +animado.

(26) “...dois dus filhus du meu tiu **formaram**...”

c) inacusativos - seleciona um argumento interno, argumento que recebe normalmente a função temática de tema.

(27) “...com passar du tempu... uns muda pra longi... otrus **faleci**...”

d) cópula – refere-se ao verbo que une sujeito e um predicativo.

(28) “...us adutu **tá** pior du qui as criança...”

(29) “...us professor **era** bom...”

Desta feita, neste capítulo, configuramos o (re)desenho da metodologia que utilizamos em nossa investigação, quando, então, buscamos além de explicitar cada fase do trabalho, traçar uma abordagem sobre o Goldvarb X, programa usado para análise dos dados, apresentar um pouco sobre a cidade de Quirinópolis, principalmente sobre o seu processo de urbanização e a relação entre o ambiente urbano e rural, assim como descrever nossa regra variável com suas duas formas variantes e as variáveis linguísticas e sociais que controlamos, seguidas também de suas variantes e exemplificações retiradas de nosso próprio *corpus* de estudo, do qual excluimos os dados de fala que apresentam os casos abaixo mencionados:

a) sujeito formado por expressões partitivas (a maioria de, cerca de, grande parte e outras), visto que, de acordo com a norma canônica, com esse tipo de sujeito o verbo pode ficar tanto no singular como no plural;

(30) “...a maioria das crianças **pareci** qui não quer...” (a maioria parece/parecem)

(31) “ ... i a maioria delis **são** té clientes meus lá na minha impresa...” (a maioria é/ a maioria são).

b) formas verbais no presente do indicativo, cujas formas do singular e do plural são homônimas homófonas, sendo que, nesse caso, diferencia-se uma forma pela outra com o uso do acento circunflexo na forma plural.

(32) “... intão as pessoas **têm** qui admirar sua roupa i é através di eu ti insiná...” (tem/têm)

c) formas verbais no infinitivo pessoal, visto que, de acordo com a norma canônica, a concordância desse tipo de verbo com o sujeito é facultativa.

(33) “Dexá us mininus si **sujá**...” (sujá/sujarem)

(34) “eu tava preparandu us materiais pra elis **ir** imbora...” (ir/irem).

4 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, trazemos à luz a descrição, análise e discussão dos dados referentes à CV de P6 em Quirinópolis-GO, com base nas entrevistas de 36 informantes, cuja estratificação se encontra no capítulo metodológico apresentado anteriormente. De início, buscamos apresentar os grupos de fatores que se demonstraram estatisticamente relevantes pelo programa GoldvarbX, seguidos daqueles não relevantes e, posteriormente, apresentamos a descrição, a análise e discussão das variáveis linguísticas e extralinguísticas, para as quais tínhamos as seguintes hipóteses:

1. A marcação canônica da CV de P6, em Quirinópolis, é favorecida pelas formas verbais mais salientes;
2. Sujeitos antepostos ao verbo e sujeitos nulos favorecem a marcação canônica de plural nos verbos;
3. O traço [+humano] do sujeito favorece a marcação canônica da CV de P6;
4. A marcação canônica da CV de P6 é favorecida pela menor distância entre sujeito e verbo;
5. Verbos transitivos favorecem a marcação canônica de plural nos verbos;
6. A marcação canônica de plural nos verbos se dá mais por informantes mais velhos, de faixa etária de 46 anos acima, visto que há maior tendência de eles preservarem mais a variedade culta da língua;
7. O nível de escolaridade exerce influência no uso da CV P6, havendo maior probabilidade da sua marcação canônica por informantes mais escolarizados, haja vista a pressão da escola no ensino e aprendizagem da variedade culta da língua;
8. A marcação canônica de plural nos verbos ocorre mais pelos informantes do sexo feminino;
9. Em Quirinópolis, dada a sua sócio-história e/ou o seu perfil rural, encontramos maior uso da marcação não canônica da CV de P6 pelos informantes.

4.1 Descrição dos resultados gerais da pesquisa

A rodada em que contrapusemos presença e ausência de aplicação canônica da CV de P6, seguindo nossa variável dependente, se deu por meio de 1.112 dados de fala produzidos por informantes da pesquisa. Desses dados, em 737 (66.3%) ocorreu marcação não canônica da

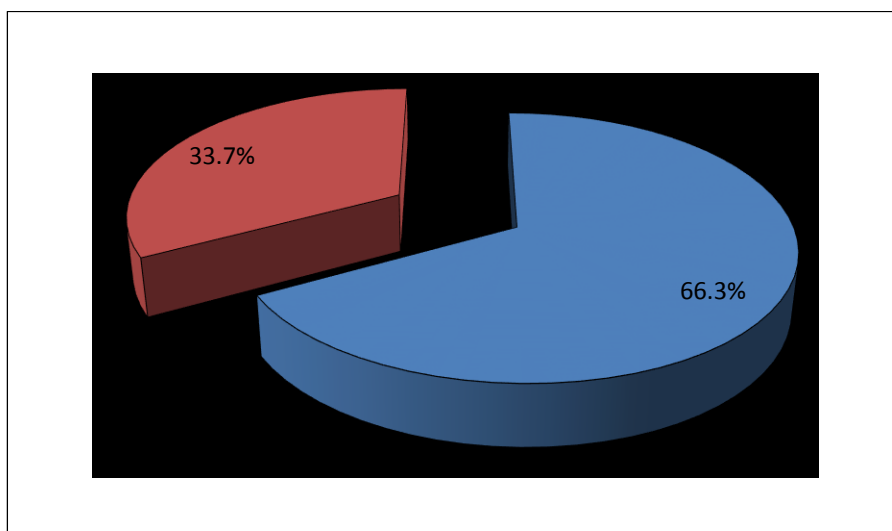
pluralização verbal, em oposição a 375 (33.7%) dados com a marcação canônica de plural nos verbos, 33%, conforme podemos observar na tabela e no gráfico abaixo:

Tabela 1 – Distribuição do uso da CV de P6 em Quirinópolis

	Quant.	%
Marcação não-canônica de CV de P6	737	66.3%
Marcação canônica de CV de P6	375	33.7%
Total	1112	100%

Fonte: Autora (2018)

Gráfico 1 – Apagamento e marcação de plural



Fonte: Autora (2018)

Esse resultado parece corroborar a afirmação de que em Quirinópolis há o predomínio da marcação não canônica da CV de P6, característico do português popular, portanto, com atuação de uma regra variável, que nos possibilita também a confirmação de nossa hipótese, tendo em vista que, apesar de nossa comunidade de fala ser urbana – seguindo o critério estabelecido pelo (IBGE, 2000, v7) de que a área urbana tem os parâmetros definidos por lei municipal, sendo, pois, as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas), assim como são também urbanas as áreas urbanas isoladas, igualmente definidas por lei municipal, porém separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal -- claro está que a norma parece ser a ausência da marca padrão, isso quanto ao fenômeno em estudo.

Em relação a esse resultado, podemos compará-lo aos resultados dos trabalhos de: a) Naro (1981), que obteve em sua investigação sobre a fala de 17 e 20 estudantes mobaralenses

do Rio de Janeiro, um índice menor de marcação não canônica de CV de P6 (52%), embora com um perfil de informantes distinto do nosso, analfabetos ou semi-analfabetos; b) Sgarbi (2006), que analisou a fala de informantes analfabetos, de Ensino Fundamental incompleto e completo, das zonas rural e urbana de Municípios de Mato Grosso do Sul, obteve também uma frequência menor do que a nossa (53%) de marcação não canônica de plural nos verbos, embora com um perfil de escolaridade também inferior ao de nosso trabalho e levando em conta falantes de zona rural; c) Gonçalves (2007), que, ao investigar a fala de informantes de até 4 a 15 anos de escolarização, das zonas rural e urbana de Braúnas, no Vale do Rio doce, Minas Gerais, portanto, um perfil escolaridade idêntico ao nosso e ligeiramente oposto no que se refere à procedência, visto que consideramos informantes apenas da zona urbana, obteve, como nós, o índice de 66% de marcação não canônica de CV de P6; c) Vieira (1997), que, ao estudar o uso da CV de P6 na fala de comunidades pesqueiras do Norte fluminense, obteve 62% de ocorrências com a não marcação canônica de plural nos verbos, divergindo-se também de nosso trabalho quanto ao perfil dos informantes (analfabetos ou com baixo nível de escolaridade) e da zona rural. Assim sendo, dado o perfil – escolaridades diversas – dos nossos informantes, assim como da procedência (zona urbana), era de se esperar que a marcação não canônica de plural nos verbos fosse bem menos expressiva que a dos estudos desses autores.

Além desses, acreditamos que nosso estudo pode ainda ser comparado aos estudos de Rodrigues (1987), Pereira (2004), Silva (2005), Lucchesi, Baxter e Silva (2009) e Lucchesi (2015), se levarmos em conta a procedência dos informantes, assim como a diferença percentual de marcação não canônica da CV de P6 em relação à marcação canônica, que nessas investigações é um pouco superior à nossa.

Em Rodrigues (1987), que analisou a fala de informantes favelados analfabetos e de baixa escolaridade (1ª a 4ª série), da periferia de São Paulo – SP, o índice de marcação não canônica da CV de P6 foi de 71%. Já em Pereira (2004), que investigou a fala de informantes idosos analfabetos ou semi-escolarizados (até a 4ª série), da zona rural São Paulo e Minas Gerais – Trilhas das Bandeiras, o índice de marcação não canônica de plural nos verbos foi de 76%.

Da investigação de Silva (2005), nas comunidades rurais de Cinzento, Morrinhos e na comunidade urbana de Poções – Bahia, em que analisou a fala de informantes com nível precário ou nenhum nível de letramento, houve, no geral, um índice de 82% de marcação não canônica da CV de P6, e, especificamente: Cinzento (87%); Morrinhos (83%) Poções (74%)

Lucchesi, Baxter e Silva (2009), que analisaram a fala de informantes afro-descendentes de Cinzento, Helvécia e Barra e Bananal – Bahia, com nenhuma ou pouca escolaridade, obteve o índice de 84% de marcação não canônica da CV de P6 e, em cada

comunidade especificamente, o percentual dessa não marcação foi de 87% para Cinzento; 84% para Helvécia e 76% para Barra e Bananal.

Lucchesi (2015) obteve, de modo geral, dos dados de fala de informantes de 0 a 4 anos de escolaridade, dos bairros Liberdade, Plataforma e Cajazeiras, da cidade de Salvador/Bahia, o índice de 72% de marcação não canônica da CV de P6. Especificamente a cada bairro, os resultados em termos percentuais, considerando a marcação não canônica, foram: 76% em Cajazeiras, em Plataforma, 73.6%; em Liberdade, 79% e Itapoã, 70%.

Registramos que tomamos também como incomum o resultado do trabalho de Almeida (2006), que ao analisar a fala de afro-descendentes de São Miguel dos Pretos, em Restinga Seca – RS, obteve somente 19% de marcação não canônica da CV de P6, contrariamente às outras investigações que aqui apresentamos.

Desse modo, a fim de uma melhor visualização dos estudos delineados por nós nessa seção, bem como dos percentuais de marcação não canônica da CV por eles encontrados, no quadro abaixo sistematizamos os resultados dessas investigações.

Quadro 5 – Sistematização dos resultados de marcação não canônica da CV de P6, de acordo com nossa investigação e estudos revisitados

Trabalhos/ localidades	Ocorrências	Percentual	Escolaridade
Nossos resultados (2018), Quirinópolis- GO	737/1.112	66.3%	0 a 6 anos; de 7 a 11 e acima de 11 anos de escolarização
Naro (1981), Rio de Janeiro- RJ	3.298/6.310	52%	Baixa
Rodrigues (1987), São Paulo -SP	1.356	71%	analfabetos e de baixa escolaridade – de 1ª a 4ª série
Vieira (1997), Rio de Janeiro (comunidades pesqueiras)	1.577/2.252	62%	analfabetos ou com poucos anos de escolaridade (até a 4ª série)

Continua...

Trabalhos/ localidades	Ocorrências	Percentual	Escolaridade
Pereira (2004), São Paulo e Minas Gerais (Trilhas das Bandeiras)	520	76%	analfabetos ou semi-escolarizados – até a 4ª série.
Gonçalves (2007), Vale do Rio Doce- MG	2.326/3.542	66%	Até 4 (Ensino Primário); entre 8 e 11 anos (Ensino Médio incompleto); mais de 11 anos (Ensino Médio completo) e 15 anos (Ensino Superior completo)
Rural	1.234/1.671	74%	
Urbana	1.092/1.871	58%	
Silva (2005), Bahia-BA	1.733/2.100	83%	Analfabetos e semi-analfabetos
	810/927	87%	
Cinzento	499/602	83%	
Morrinhos	424/571	74%	
Poções			
Lucchesi, Baxter e Silva (2009), Bahia - BA	1.433/1.706	84%	Analfabetos e baixa escolaridade
	810/927	87%	
Cinzento	316/374	84%	
Helvécia	307/405	76%	
Barra e Bananal			
Lucchesi (2015), Salvador- BA	1.677/2.300	72.9%	de 0 a 4 anos, ou seja, analfabetos até a 4ª série.
Bairros:	341/486	70.2%	
Cajazeiras	444/609	72.9%	
Plataforma	341/467	73%	
Liberdade	551/738	72.9%	
Itapoã			
Sgarbi (1981), Mato Grosso do Sul - MS	439/832	53%	Nula; Ensino Fundamental e
Rural		73%	Ensino Fundamental
Urbano		23%	completo

Em um primeiro momento, é preciso destacar que, muito embora a maioria das investigações a que nos referimos seja de regiões distintas da região Centro-Oeste, na qual se insere a cidade de Quirinópolis, exceto a investigação de Sgarbi (2006), todas apresentam um resultado geral comum: a marcação não canônica da CV de P6 (mais de 50% de frequência). Todavia, registramos haver uma diferença bastante relevante que destaca a comunidade de fala por nós estudada, que é o fato de se referir a uma comunidade urbana, com diferentes estratificações de escolaridade e idade de falantes, enquanto os demais estudos, na sua maioria, consideram a fala de informantes analfabetos e pouco escolarizados (maior nível de escolaridade é o ensino médio), advindos não só do espaço urbano como também do rural.

Desse modo, no segundo momento, ficou claro para nós que o uso predominante da marcação não canônica de plural nos verbos em uma comunidade de fala urbana, como é o caso de Quirinópolis, e, especialmente, com perfis diversos de escolaridade, que vai do analfabeto ao informante com pós-graduação, não é um resultado recorrente na literatura, mas quase que particular. Assim, acreditamos que o alto índice de 66.3% de marcação não canônica da CV de P6 na comunidade de fala investigada ao mesmo tempo em que reflete o lento processo de urbanização dessa comunidade, tal como ocorreu em outras pequenas cidades do interior de Goiás, reflete e/ou evidencia também a polarização sociolinguística do PB, dada a distância entre a variedade culta e a variedade popular desse português. Além disso, está claro que o êxodo rural no município de Quirinópolis acabou por incidir em uma nova/outra configuração linguística, de forma a emergir um *continnum* fala rural – fala urbana.

Assim, num terceiro momento, estabelecer comparação dos resultados de nossa pesquisa às acima elencadas nos propicia, além de enfatizar os traços de ruralidade no uso da CV de P6 em Quirinópolis, e a confluência fala rural – fala urbana, de forma a termos em Quirinópolis, a variedade urbana, propicia-nos também constatar até que ponto o nível de escolaridade influencia no uso da variedade culta da língua.

Nesse sentido, como houve a predominância da marcação não canônica da CV de P6 em nosso *corpus*, nosso valor de aplicação foi ‘zero’, o que ressaltaremos, pois, em nossa análise.

4.2 Variáveis selecionadas e não selecionadas pelo Programa Goldvarb X

Reputando as nove (9) variáveis controladas nesta investigação, conforme descritas na metodologia, as que se demonstraram estatisticamente relevantes pelo Programa GoldvarbX (2001) foram, em ordem de significância: a) os informantes; b) a saliência fônica; c) a realização

e posição do sujeito e d) a escolaridade. Por sua vez, não foram selecionadas as variáveis material interveniente, tipo de verbo, sexo, faixa etária e traço semântico do sujeito.

Apresentamos, pois, os resultados e as discussões pertinentes a essas variáveis, ressaltando, porém, a necessidade que houve de ajustes nos dados de fala, em razão de alguns *knowckouts*, problemas que careciam de resolução. Esses ajustes foram realizados por meio de rodadas em que houve a exclusão de informantes, haja vista o uso categórico da marcação não canônica da CV de P6 por alguns deles.

4.2.1 Variáveis sociais

4.2.1.1 Informante

Variável selecionada no geral como a mais relevante estatisticamente e refere-se aos informantes da pesquisa, ou melhor, ao comportamento desses em relação ao uso da concordância verbal. Assim, conforme observamos na tabela que vem logo abaixo, as menores frequências (abaixo de 50%) advêm dos informantes: **5** (42%), **8** (22%), **G** (30%), **H** (31%), **I** (28%), **P** (46%), **Q** (24%), **R** (48%), **Z** (38%) e **Ç** (32%), resultados esses que explicitam menor favorecimento da marcação não canônica da CV de P6.

Tabela 2 – Frequência e probabilidade de marcação não canônica da CV de P6 com a variável informante

	Apl/Total	%	Peso relativo
3	57/58	98%	.54
4	50/51	98%	.93
5	3/7	42%	.31
6	30/35	85%	.82
7	24/47	51%	.48
8	5/22	22%	.38
B	20/25	80%	.34
C	31/41	75%	.14
D	46/48	95%	.99
E	10/12	83%	.90
F	22/31	70%	.84
G	7/23	30%	.75

Continua...

	Apl/Total	%	Peso relativo
H	9/29	31%	.60
I	8/28	28%	.71
K	11/12	91%	.52
L	14/15	93%	.45
M	7/12	63%	.84
N	26/29	89%	.97
O	28/51	54%	.74
P	13/28	46%	.90
Q	18/73	24%	.84
R	18/37	48%	.91
U	17/18	94%	.99
V	34/43	79%	.82
W	24/34	70%	.84
X	21/23	91%	.96
Y	14/17	82%	.97
Z	32/84	38%	.83
ç	19/58	32%	.75
Total	623/998	66%	

Fonte: Autora (2018)

Embora já tenhamos apresentado o perfil sociolinguístico dos informantes da pesquisa, julgamos pertinente aqui retomar os perfis daqueles com menores índices de marcação não canônica da CV de P6, para podermos constatar, então, se houve influência extralinguística para se chegar a esses índices. Temos, pois:

- informante 5 – sexo feminino, 14 anos, Ensino Fundamental (incompleto - 9º ano), estudante;
- informante 8 – sexo feminino, 17 anos, Ensino Superior (incompleto), estudante;
- informante G - sexo feminino, 39 anos, Pós-Graduação (especialização), professora e decoradora de festas;
- informante H – sexo masculino, 31 anos, Ensino Superior (incompleto), corretor de seguros;
- informante I – sexo feminino, 33 anos, Ensino Superior (incompleto), do lar.
- informante P – sexo masculino, 45 anos, Ensino Superior (completo), advogado.

- informante Q – sexo feminino, 46 anos, Pós – Graduação *lato sensu*, professora do ensino especial;
- informante R – sexo masculino, 54 anos, Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado), professor, porém exercendo a função de subsecretário da Secretaria de Estado da Educação – Regional de Quirinópolis;
- informante Z – sexo feminino, 65 anos, Pós-Graduação *lato sensu*, artista plástica e professora do Ensino superior;
- informante Ç – sexo masculino, 64 anos, Ensino Superior (completo), advogado.

A partir dessa descrição, deduzimos que a marcação canônica de plural nos verbos em Quirinópolis advém, prioritariamente, de informantes mais velhos (acima de 46 anos); com nível de escolaridade acima de 11 anos e do sexo feminino. Distintamente, a marcação não canônica se dá pelos indivíduos mais novos e com nível de escolaridade abaixo de 11 anos e do sexo masculino, embora a dedução só possa ser confirmada após análise dessas variáveis.

Antes, porém, dessas análises, levando em conta que, para a rodada da variável informante, foi necessária a exclusão de alguns, em razão do uso categórico da marcação não canônica da CV de P6, julgamos pertinente revelar quem são esses informantes, mesmo porque seus perfis poderão contribuir para explicitarmos a influência ou não de fatores sociais no uso da concordância não canônica

- informante 1 – sexo masculino, sempre residiu na cidade, tem 19 anos, Ensino Fundamental (incompleto – 6ª série), mecânico, de baixo poder socioeconômico;
- informante 2 – sexo feminino, sempre residiu na cidade, tem 18 anos, Ensino Fundamental (incompleto – 6ª série), do lar, de baixo poder socioeconômico;
- informante 9 – sexo masculino, sempre residiu na cidade, tem 19 anos, Ensino Superior (incompleto), trabalha na corretoria de seguros, de baixo poder socioeconômico;
- informante A – sexo feminino, sempre residiu na cidade, tem 38 anos, Ensino Fundamental (incompleto – 5ª série), auxiliar do lar, de baixo poder socioeconômico;
- informante J – sexo masculino, nasceu e residiu na fazenda até a adolescência, 57 anos, semi-analfabeto, comerciante autônomo, de médio poder socioeconômico;
- informante S – sexo masculino, nasceu e viveu um bom tempo na fazenda, tem 79 anos, analfabeto, de baixo poder socioeconômico;
- informante T – masculino, sempre residiu na cidade, tem 60 anos, Ensino Fundamental (incompleto – 2ª série), lavrador, de baixo poder socioeconômico.

Observamos que a dedução supracitada em relação aos informantes com menores índices de marcação não canônica da CV de P6 parece ser corroborada com a configuração desses perfis, pois se lá resulta no favorecimento da marcação canônica pelo sexo feminino, por informantes mais velhos (acima de 30) e com maior nível de escolaridade, aqui vemos o contrário.

4.2.1.2 Escolaridade

De acordo com os trabalhos de Scherre e Naro (1998), Graciosa (1981), Rubio (2008), Monguilhott (2001; 2009), Barden (2004), Oliveira (2005), Silva (2005), Vieira (2011), Welchen (2009), Pereira (2016), essa variável, segunda selecionada neste estudo como mais significativa estatisticamente dentre as variáveis sociais e a quarta no geral, exerce influência no uso da CV de P6, de modo a defendermos a hipótese de maior favorecimento e probabilidade de sua marcação canônica por informantes mais escolarizados e, conseqüentemente, a marcação não canônica por informantes com menor nível de escolaridade. Essa hipótese vai ao encontro da afirmação de Ribeiro e Lacerda (2013), para os quais

[...] a atuação da escola [...] é um fator que busca homogeneizar a língua em todo o território brasileiro, independentemente das divisões sóciogeográficas. Essa pretensa homogeneização se dá rumo à fala urbana, que, por sua vez, caminha em direção à língua padrão, à língua dos nossos colonizadores europeus, já que, até hoje, é a língua portuguesa (e não o português brasileiro) que ocupa o lugar central (e/ou único) nas escolas brasileiras, bem como nos meios de comunicação em massa (p.96).

Nesse sentido, conforme podemos observar na tabela que se segue, se comparado aos níveis de escolaridade precedentes, há um acentuado decréscimo nos índices de marcação não canônica da CV de P6 referentes aos informantes acima de 11 anos de escolarização (38%, .42), de modo a indicar convergência de aumento da escolaridade para o maior uso da variedade culta da língua na comunidade investigada, o que possibilita, pois, a confirmação de nossa hipótese.

Embora tenhamos nossa hipótese confirmada, chama-nos a atenção os índices de marcação não canônica da CV de P6 dos informantes de 7 a 11 anos de escolaridade (79%, .77), os quais apresentam uma acentuada diferença (41 pontos) dos índices referentes aos informantes acima de 11 anos, de modo a estarem mais próximos dos índices pertinentes aos informantes de 0 a 6 anos de escolaridade. Esse resultado nos causa estranheza e não condiz com o que esperávamos, pois, nessa faixa de escolaridade (7 a 11 anos), o contato com a escola,

com a variedade por ela prestigiada já são tomados como satisfatórios, para que as pessoas façam uso da variedade culta e, portanto, usem a marcação canônica da CV de P6. Todavia, a hipótese que apresentamos para tal resultado reside no fato de muitos informantes desse nível de escolaridade (7 a 11 anos) já estarem há tempo fora da sala de aula e no fato de seus contatos linguísticos se darem com pessoas menos escolarizadas.

Tabela 3 – Frequência e probabilidade de marcação não canônica da CV de P6, de acordo com a variável escolaridade

	Apl/Total	%	Peso relativo
de 0 a 6 anos	258/277	93%	.99
de 7 a 11 anos	303/380	79%	.77
acima de 11 anos	176/455	38%	.42
Total	737/1112	66%	

Fonte: Autora (2018)

Levando em conta o resultado inesperado que aí temos para os informantes de 7 a 11 anos de escolaridade, vemos que algo inusitado ocorre também no estudo de Gonçalves (2007), que, ao analisar a ausência da CV de P6 na fala de informantes do Vale do Rio Doce – MG, para a variável escolaridade, obteve resultados que não apresentaram “[...] relação diretamente proporcional entre os quatro níveis de escolaridade considerados e os valores associados a esses fatores, na opção pela ausência de concordância verbal” (GONÇALVES, 2007, p. 87). Vejamos: a) até 4 anos de escolarização (Ensino Primário) – 77% e 0.67; b) entre 8 e 11 anos de escolarização (Ensino Médio incompleto) – 57% e 0.27; c) mais de 11 anos de escolarização (Ensino Médio completo) – 66% e 0.53; d) 15 anos de escolarização (Ensino Superior) – 60% e 0.50. Logo, em função da ausência de uma hipótese para a explicação da desproporcionalidade existente nesses resultados, tanto em relação às frequências quanto em relação aos pesos relativos, Gonçalves (2007) decidiu pela exclusão da variável escolaridade do grupo de fatores.

Retomando aqui os resultados de marcação não canônica da CV de P6 nas investigações da fala de informantes da zona rural que elencamos, sendo esses analfabetos e com baixo nível de escolaridade, chegando o máximo ao Ensino Fundamental completo, temos: **a)** 62% para a investigação de Vieira (1997); **b)** 87% e 83% para a investigação de Silva (2005); **c)** 83%, 87% e 84% para a de Lucchesi, Baxter e Silva (2009) e **d)** 73% para a de Sgarbi (2006), investigações melhor delineadas na seção 4.1. Assim sendo, no primeiro momento, em razão da procedência de nossos informantes, zona urbana, bem como de seus níveis de escolaridade, analfabetos a pós-graduados, acreditamos que nossos resultados para as variáveis informantes e escolaridade,

se comparados a esses da zona rural, propiciam-nos afirmar que, em Quirinópolis, há a manutenção de traços da variedade rural, conforme se configurou a fala brasileira no período colonial.

No segundo momento, atentando-nos aos resultados de nosso estudo até aqui postos, temos que o quantitativo geral e os quantitativos pertinentes à variável escolaridade configuram, conforme estudos de Lucchesi et al (2009), a existência de um *continuum*, haja vista o comportamento da CV de P6 em Quirinópolis se aproximar do comportamento desse mesmo fenômeno nas variedades rurais e mesmo de algumas urbanas do PB, com informantes analfabetos e semi- analfabetos. A existência desse *continuum*, o qual se constitui dos diferentes níveis de variação resultantes de nosso estudo e os daqueles por nós referenciados nos remetem, tal qual nosso resultado geral, à realidade do que conhecemos por polarização sociolinguística, visto que num extremo do *continuum*, os resultados apontam para a variedade popular rural, ou melhor, para a variação da CV de P6, facultada por informantes sem nenhuma ou pouca escolarização e, num outro extremo, os resultados apontam para a variedade culta urbana, para a marcação canônica da CV de P6, usada por informantes com maiores níveis de escolaridade.

Desta feita, ao compararmos os resultados de todos esses estudos, parece-nos evidenciar que a urbanização se caracteriza como força motriz para a marcação canônica e não canônica da CV de P6 nas comunidades investigadas.

No terceiro e último momento, em razão de o uso da CV de P6 em Quirinópolis ser delineado por características rurais, as quais se remetem ao processo sócio-histórico de formação dessa cidade, acreditamos que o contato entre línguas dos povos que aqui chegaram e o trânsito desses entre a zona rural e a zona urbana favoreceram o falar rurbano, *continuum* representativo da linguagem intermediadora das falas rural e urbana, ou seja, das variedades popular e rural (BORTONI-RICARDO, 2005), daí explicarmos o fato de mesmo informantes com maiores níveis de escolaridade não flexionarem o verbo na terceira pessoa do plural, o que indica a projeção da variedade rural na variedade urbana, ou seja, uma descontinuidade entre elas.

Nessa perspectiva, certos de que o social na história de Quirinópolis é de grande relevância a ponto de influenciar o uso da CV de P6 nessa cidade, embora as variáveis sexo e faixa etária não tenham sido selecionadas pelo programa, achamos imprescindível a apresentação e discussão dos resultados dessas variáveis. A importância da variável faixa etária nos estudos sociolinguísticos reside no fato de ela facultar o conhecimento do estágio que uma

regra variável exerce, em tempo aparente, dentro do sistema da língua e, desse modo, a averiguação e demonstração do curso da mudança.

4.2.1.3 Sexo

Os estudos de Lemle e Naro (1977), Naro (1981), Scherre e Naro (1998), Barden (2004), Gonçalves (2007) Rubio (2008), Monguilhott (2001), Oliveira (2005) Almeida (2006) e Lucchesi (2015) demonstram maior probabilidade de marcação canônica da CV de P6 pelo sexo feminino e, em oposição, menor probabilidade desta pelo sexo masculino, hipótese essa que defendemos em nosso estudo.

Nesse sentido, conforme notamos nos resultados expressos na tabela procedente, com uma diferença (7 pontos) sutil entre sexo feminino (63%) e sexo masculino (70%), nossa hipótese se confirma, tendo em vista o menor percentual se referir ao sexo feminino, indicando, portanto, menor favorecimento da marcação não canônica da CV de P6 e maior favorecimento dessa pelo sexo masculino.

Tabela 4 – Frequência de uso da marcação não canônica da CV de P6 com a variável sexo

	Apl/Total	%
Feminino	403/636	63%
Masculino	334/476	70%
Total	737/1112	66%

Fonte: Autora (2018)

Quanto à pequena diferença percentual entre os dois sexos em relação à marcação não canônica da CV de P6, explicamo-la como decorrente de os homens e as mulheres estarem praticamente em “pé de igualdade”, em Quirinópolis, no que concerne à presença nos mesmos espaços e em níveis de escolaridade. Esses resultados vão à mesma direção dos achados de Barden (2004) e de Monguilhott (2001), visto que neste a frequência de marcação não canônica da CV de P6 foi de 19% para o sexo feminino e 24%, para o masculino; naquele, foram 22% para o sexo feminino e 26%, para o masculino.

Em busca de elucidarmos a relação entre escolaridade e sexo no comportamento da CV de P6 na comunidade investigada, trazemos o cruzamento dessas variáveis.

4.2.1.3.1 Escolaridade x sexo

Tabela 5 – Cruzamento das variáveis escolaridade e sexo quanto à marcação não canônica da CV de P6

	de 0 a 6 anos		de 7 a 11 anos		acima de 11 anos	
	Apl/Total	%	Apl/Total	%	Apl/Total	%
Masculino	135/148	91%	103/120	89%	92/208	44%
Feminino	123/129	95%	196/260	75%	84/247	34%
Total	258/277	93%	303/380	80%	176/455	39%

Fonte: Autora (2018)

Observamos que em todas os níveis de escolaridade, exceto na faixa de 0 a 6 anos, as menores frequências de marcação não canônica da CV de P6 estão para o sexo feminino, culminando com 34% (a menor frequência) para as mulheres acima de 11 anos de escolaridade, de modo a deduzirmos uma maior tendência de preservação da variedade culta pelas mulheres e, assim sendo, a manutenção da norma privilegiada pela escola.

A diferença percentual que há entre o sexo masculino (91%) e feminino (95%) na faixa de 0 a 6 anos de escolaridade é bem sutil (4 pontos), o que nos leva a deduzir que a escolaridade parece não ter tanto peso no uso da CV de P6 quer seja por homens, quer seja por mulheres nessa faixa de idade.

4.2.1.4 Faixa etária

A hipótese que defendemos para essa variável é de que a marcação canônica de plural nos verbos é favorecida por informantes mais velhos, de faixa etária de 40 anos acima. Logo, conforme representado na tabela abaixo, nossa hipótese se confirma, pois as menores frequências de uso da marcação não canônica da CV de P6 correspondem aos informantes de: 46 a 60 anos (54%) e de acima de 60 anos (63%), indicando, pois, maior favorecimento da pluralização verbal por aqueles pertencentes a essas faixas de idade.

O valor percentual (67%) relativo aos informantes de 31 a 45 anos, demonstra estar mais para o menor favorecimento da marcação não canônica da CV de P6 do que para o seu maior favorecimento, visto que sua diferença da primeira faixa etária é de 13 pontos a menos, enquanto da terceira faixa é menor 13 pontos e maior que a última faixa 4 pontos.

Tabela 6 – Frequência de uso da marcação não canônica da CV de P6 com a variável faixa etária

	Apl/Total	%
14 a 30 anos	215/266	80%
31 a 45 anos	172/256	67%
46 a 60 anos	147/271	54%
acima de 60 anos	203/319	63%
Total	737/1112	66%

Fonte: Autora (2018)

Na tabela, conforme podemos verificar, não há um decréscimo percentual correspondente ao uso da marcação não canônica da CV de P6 entre as faixas etárias de 46 a 60 anos e acima de 60 anos, o que supomos ocorrer em virtude de a maioria dos informantes de 46 a 60 anos ter maior nível de escolaridade e, ainda, estar inserido no mercado de trabalho, estando sujeitos, portanto, a uma maior pressão social.

.Registramos que, mesmo tendo nossa hipótese confirmada, os resultados acabam por nos causar estranheza no que se trata dos informantes de 14 a 30 anos, pois não esperávamos uma frequência tão alta (80%) para esses, quanto à marcação não canônica da CV de P6, o que denota um não conservadorismo linguístico. Esse não conservadorismo fica evidente ao observarmos que ocorre aumento de uso da não pluralização verbal à que medida que diminui a faixa de idade, possibilitando, assim, confirmarmos a hipótese de que em Quirinópolis há um processo de mudança em direção à perda da marca canônica da CV de P6.

Objetivando enfatizar a confirmação ou não dessa hipótese, apresentamos o cruzamento das variáveis escolaridade e faixa etária.

4.2.1.4.1 Escolaridade x faixa etária

Tabela 7 – Frequência da marcação não canônica da CV de P6 do cruzamento das variáveis escolaridade e faixa etária

	de 0 a 6 anos		de 7 a 11 anos		acima de 11 anos	
	Apl/Total	%	Apl/Total	%	Apl/Total	%
14 a 30 anos	94/95	99%	83/93	89%	38/78	49%
31 a 45 anos	70/85	82%	78/91	86%	24/80	30%
46 a 60 anos	32/34	94%	66/99	67%	49/138	36%
acima de 60 anos	62/63	98%	76/97	78%	65/159	41%
Total	258/277	93%	303/380	80%	176/455	39%

Fonte: Autora (2018)

Consoante as frequências demonstradas na tabela acima, no geral, os menores percentuais de marcação não canônica da CV de P6 advêm dos informantes acima de 11 anos de escolaridade para todas as faixas de idade (49%; 30%; 36% e 41%), embora dentro dessa escala de escolaridade, as menores frequências (30% e 36%) relativas à não marcação de plural nos verbos estão, respectivamente, para as duas faixas de idade intermediárias (31 a 45 anos e 46 a 60), o que nos favorece e/ou nos propicia a afirmação de que na primeira dessas faixas etárias, o fato de o indivíduo estar totalmente inserido no mercado de trabalho influencia determinantemente no uso da língua, de tal modo a conduzi-lo a prezar pela variedade culta. Já quanto à segunda das faixas etárias (46 a 60 anos), o indivíduo está inserido no mercado de trabalho, mas menos sensível a ser pressionado socialmente, daí menor preocupação no uso da variedade culta.

No que se refere aos maiores valores percentuais da marcação não canônica da CV de P6, esses estão para os informantes de 0 a 6 anos de escolaridade de todas as faixas de idade, exceto para a faixa de 31 a 45, para a qual a marcação não canônica é menor do que a dos informantes de 7 a 11 anos de escolaridade. Nessa faixa de 0 a 6 anos, observamos que a maior frequência de marcação não canônica da CV de P6 está para os informantes da faixa etária de 14 a 30 anos (99%), seguida de 98% para os informantes acima de 60 anos. Nessas duas faixas etárias, os percentuais quase que categóricos são indicativos de que é comum os indivíduos não se sentirem tão pressionados ao uso da variedade tomada como de prestígio pela escola. Os de 14 a 30 anos, em razão da inovação linguística própria de seus pares, de seus contextos de vida, e os acima de 60 anos, conforme já afirmamos, em razão de não estarem mais na ativa profissionalmente.

Em relação aos informantes de 7 a 11 anos de escolaridade, os menores percentuais e, desse modo, o menor favorecimento da marcação não canônica da CV de P6 se dá pelos informantes de, respectivamente, 46 a 60 anos (67%) e acima de 60 anos (78%), apontando maior preservação da variedade culta pelos indivíduos mais velhos.

No geral, observamos que há um aumento gradual de uso da marcação não canônica da CV de P6, de acordo com as faixas etárias, o que corrobora a confirmação de nossa hipótese de um processo de mudança em direção à perda da marca canônica da CV de P6 nessa cidade.

4.3.1 Variáveis linguísticas selecionadas pelo Programa Golvarb

4.3.1.1 Saliência fônica

Na análise probabilística dos dados, a saliência fônica se configurou como a mais relevante dentre as variáveis linguísticas, tanto que foi a primeira dessas a ser selecionada pelo Programa Goldvarb X, e a segunda, no cômputo geral.

Essa variável, estabelecida por Lemle e Naro (1977) e bastante difundida em estudos referentes tanto à concordância verbal quanto à nominal, norteia-se pela hipótese de que formas verbais mais salientes favorecem a pluralização verbal e formas menos salientes a desfavorecem e, assim, em sendo essa a hipótese que defendemos neste estudo, nossos resultados corroboram os de outras investigações, principalmente daquelas que tomamos por referência.

Naro (1981), em seu estudo, analisa a saliência fônica por meio de dois fatores distintos: o grau de diferenciação material entre as formas verbais do singular e do plural e a intensidade dos segmentos fonéticos que realizam a oposição menos saliente e mais saliente, o que possibilita compreendermos que entram em jogo elementos mórficos e fonético-fonológicos, razão de optarmos por uma escala (descrita no capítulo de metodologia), que bem evidencia a junção desses elementos e, assim, a realização do verbo, pela qual podemos constatar sua maior ou menor saliência.

Nessa perspectiva, trazemos na tabela abaixo os resultados de nossa pesquisa para essa variável linguística, com os quais esperamos a confirmação de nossa hipótese.

Tabela 8 – Frequência e probabilidade de marcação não canônica da CV de P6 com a variável Saliência Fônica

Nível 1: Oposição não-acentuada	Apl/Total	%	Peso relativo
a. não envolve a mudança na qualidade da vogal na forma plural - acréscimo de nasalidade	63/81	77%	.91
b. envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural - acréscimo da semivogal [w]	447/601	74%	.88
c. envolve acréscimo de segmentos na forma plural	26/36	72%	.84
Nível 2: Oposição acentuada	Apl/Total	%	Peso relativo
a. envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural	55/107	49%	.58
b. envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural, queda da semivogal da forma singular	18/32	56%	.70

Continua...

Nível 2: Oposição acentuada	Apl/Total	%	Peso relativo
c. envolve acréscimo de segmentos com mudança vocálica na forma plural, queda do ditongo	75/119	63%	.71
d. envolve acréscimo de segmentos – com ou sem mudanças/acréscimos vocálicas(os) – na forma plural, mudança da tonicidade do vocábulo	5/6	83%	.92
e. envolve acréscimo de segmentos com mudança na raiz e na tonicidade do vocábulo	2/14	14%	.01
f. mudança quase completa	27/52	51%	.68
g. mudança completa	19/64	29%	.42
Total	737/1112	66%	

Fonte: Autora (2018)

Verificamos, por meio da tabela, que, do quantitativo de 1.112 dados de fala com a variável linguística em análise, 718 (64%) desses dados correspondem à oposição não acentuada das formas verbais, e 394 (36%), à oposição acentuada, bem como verificamos que nossa hipótese inicial se confirma, visto que para o nível 1 (oposição não-acentuada), os índices são maiores do que os do nível 2 (oposição acentuada) quanto ao uso da marcação não canônica da CV de P6 em Quirinópolis.

Podemos observar que, nos dois níveis de oposição, quanto menor o grau de saliência fônica, maior a probabilidade de marcação não canônica da CV de P6, o que fica bem evidente, principalmente no nível 1, em que há uma hierarquização na escala, de tal modo a configurar decrescentemente o enfraquecimento do grau de saliência verbal (**a.** 77%, .91; **b.** 74%, .88; **c.** 72% , .84). Esse enfraquecimento culmina, portanto, na categoria **c**, relativa a formas que envolvem o acréscimo de segmentos na forma plural (quer/querem; faz/fazem), com as quais é maior o favorecimento da marcação não canônica nos verbos do que nas formas anteriores. Exemplos:

() “...uns rapazis qui num **qué** fazê é nada né?...”

() “...a mão di obra é mais barata i elis **fazem** abaixá u saláriu”

Distintamente do nível 1 (oposição não acentuada), constatamos que não há uma hierarquia decrescente de saliência fônica no nível 2 (oposição acentuada) de uma categoria a outra, tanto que os menores índices se referem à categoria **e** (**14%, .01**) – envolve acréscimo de segmentos com mudança na raiz e na tonicidade do vocábulo –, demonstrando, pois, menor probabilidade de marcação canônica da CV de P6 e, ao contrário, maior probabilidade de sua não marcação. Exemplos:

() “...elis **fizeram** uma iscolinha...”

() “...elis **tiveram** qui pará...de estudá...”

Em se tratando dos menores índices de saliência, após a categoria **e**, seguem-se, respectivamente, as categorias **g** (29%, .42) - mudança completa - e **a** (49% .58) - envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural -, evidenciando a não gradação da escala.

() “...elas **são** pessoa qui poderiam istar fazendu muita coisa...” (categoria g)

() “...hoji as coisas **istão** muito fáceis...” (categoria a)

Faz-se pertinente observarmos que a categoria **d**, do nível 2 – envolve acréscimo de segmentos com ou sem mudanças/acréscimos vocálicos(as) na forma plural, mudança da tonicidade do vocábulo – apresenta frequência e peso relativo maiores (83%, .92) que a categoria **a** (77%, .91) do nível 1, o que nos faculta afirmar que a saliência verbal é menos perceptível nesta categoria do que naquela, para a qual é menor a probabilidade de marcação não canônica da CV de P6, bem como nos faculta contradizer a escala proposta por Naro (1981).

De um modo geral, a inexistência de uma sistematização decrescente no nível 2 (oposição acentuada), quanto à perceptibilidade da saliência fônica, permite-nos compreender que as formas mais salientes não se mostraram estatisticamente aliadas ao uso da referida variante, pois, em termos de maior para menor saliência, a ordenação das categorias se faz do seguinte modo: d, c, b, f, a, g, e.

Abaixo, comparamos nossos resultados quanto à variável saliência fônica com os de outras investigações, sendo uma da fala rural (valor de aplicação 0) e outra da fala urbana valor de aplicação 1), para qual foi preciso, então, ajustes nos dados de fala.

Quadro 6 – Comparativo da frequência de marcação não canônica da CV de P6 nesta pesquisa, Vieira (1977) e Monguilhott (2009)

Saliência Fônica	Carvalho (2018)		Vieira (1975)		Monguilhott (2009)	
Níveis	Apl/Total	%	Apl/Total	%	Apl/Total	%
1a. não envolve a mudança na qualidade da vogal na forma plural - acréscimo de nasalidade	63/81	77%	208/305	92%	76/101	75%
1b. envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural - acréscimo da semivogal [w]	447/601	74%	768/1015	80%	164/802	20%
1c. envolve acréscimo de segmentos na forma plural	26/36	72%	96/193	50%	5/130	4%

Continua...

Saliência Fônica	Carvalho (2018)		Vieira (1975)		Monguilhott (2009)	
Níveis	Apl/Total	%	Apl/Total	%	Apl/Total	%
2a. envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural	55/107	49%	126/338	37%	17/102	17%
2b. envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural, queda da semivogal da forma singular	18/32	56%	56/153	37%	35/345	10%
2c. envolve acréscimo de segmentos com mudança vocálica na forma plural, queda do ditongo	75/119	63%	56/153	37%	13/175	7%
2d. envolve acréscimo de segmentos – com ou sem mudanças/acréscimos vocálicos(os) – na forma plural, mudança da tonicidade do vocábulo	5/6	83%	1/4	25%		
2e. envolve acréscimo de segmentos com mudança na raiz e na tonicidade do vocábulo	2/14	14%	0/5	0%		
2f. mudança quase completa	27/52	51%	2/15	13%	.	
2g. mudança completa	19/64	29%	57/197	29%		

Fonte: Autora (2018)

Notamos com esses resultados que, na investigação de Vieira (1997), a categoria **g**, do nível 2, relativa à mudança completa da forma verbal (é/são), foge da escala hierárquica, haja vista ela apresentar maior perceptibilidade da saliência verbal e, assim, menor favorecimento da marcação não canônica da CV de P6 (29%) do que as categorias **d** e **f**, para as quais as frequências são, sucessivamente, 15% e 13%. Esses dois resultados apresentam uma ligeira

diferença do resultado de nossa investigação, no que tange à menor frequência (14%) de marcação não canônica da CV de P6 com a saliência fônica.

Os resultados de nossa investigação parecem bem mais expressivos e/ou mais salientes, mesmo porque se referem à comparação de uma fala urbana, de informantes que vão de analfabetos à pós-graduados, com uma fala rural, de informantes analfabetos e de pouca escolarização.

Nos resultados de Monguilhott (2001), embora ocorra a gradação hierárquica da concordância verbal tanto no nível 1 como no nível 2, vemos que nas categorias do nível 2 (2a. envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural; 2b. envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural, queda da semivogal da forma singular e 2c. envolve acréscimo de segmentos com mudança vocálica na forma plural, queda do ditongo), as frequências (17%, 10% e 7%) são maiores que a frequência da categoria **c** (4%) do nível 1 (envolve acréscimo de segmentos na forma plural), de modo a evidenciar que nesta categoria, a saliência dos verbos é menos perceptível do que nas categorias três do nível 2, nas quais é menor o favorecimento de marcação não canônica da CV de P6.

4.3.1.2 Realização e posição do sujeito

Nossa língua se estrutura canonicamente pela ordem direta frasal, ou seja, pelo tipo SVO, muito embora essa ordem sofra variações, sendo uma dessas a inversão entre o sintagma nominal – SN (sujeito) e o sintagma verbal – SV, ficando este anteposto àquele. Nesse sentido, ao nos remetermos à variável realização e posição do sujeito, remetemo-nos às suas variantes anteposição e posposição ao verbo, bem como ao sujeito nulo, que se remete ao não emprego de uma forma foneticamente realizada para a caracterização do sujeito.

Os trabalhos empíricos de Lemle e Naro (1977), Naro (1981), Rodrigues (1987), Scherre e Naro (1998), Vieira (1997), Monguilhott (2001, 2009) e outros têm considerado essa variável como uma das principais relacionadas ao fenômeno em estudo e, para tanto, trazem e confirmam a hipótese de que o sujeito anteposto favorece a marcação canônica da CV, enquanto o sujeito posposto a desfavorece.

Desse modo, voltados a essa hipótese, na tabela subsequente, configuramos os resultados dessa variável – a segunda variável linguística selecionada pelo Programa GolvarbX e a terceira no cômputo geral - para a qual, os maiores índices estão para o sujeito posposto (87%, .96), contrariamente à frequência de 63% e peso relativo de .78 para o sujeito anteposto,

índices que, por serem menores que os anteriores, demonstram menor probabilidade de marcação não canônica de plural nos verbos com essa posição do sujeito frente ao verbo.

Entre esses dois tipos de sujeito: anteposto e posposto ao verbo, aparece o sujeito nulo com frequência de 69%, e .82 de peso relativo, o qual, após o sujeito anteposto, tende também ao favorecimento da não pluralização verbal.

Desta feita, os resultados expostos confirmam o postulado de Lemle e Naro (1977) de a probabilidade da marcação canônica de plural nos verbos com sujeitos pós-verbais ser bem menor do que com sujeitos pré-verbais, independente do nível de escolaridade do informante, bem como confirmam nossa hipótese, haja vista o favorecimento da marcação canônica da CV de P6 com o sujeito anteposto e com o sujeito nulo, e o seu não favorecimento com o sujeito posposto ao verbo.

Tabela 9 – Frequência e probabilidade da marcação não canônica da CV de P6 com a variável posição do sujeito

	Apl/Total	%	Peso relativo
anteposto	542/847	63%	.78
posposto	57/65	87%	.96
nulo	138/200	69%	.82
Total	737/1112	66%	

Fonte: Autora (2018)

Comparando nossos resultados aos de Silva (2005), que investigou a CV de P6 na fala de três comunidades baianas, sendo duas rurais (Cinzento e Morrinhos) e uma urbana (Poções), e aos resultados de Lucchesi, Baxter e Silva (2009), que estudaram esse mesmo fenômeno na fala de comunidades rurais afro-brasileiras (Cinzento, Helvécia, Barra e Bananal) do interior do Estado da Bahia, podemos comprovar, frente ao quadro subsequente -, no qual houve inversão dos dados de Silva (2005) e Lucchesi, Baxter e Silva (2009), para trazermos a não pluralização verbal e, assim, podermos estabelecer a comparação -, que há uma ligeira semelhança entre os resultados destes três estudos quanto ao percentual de frequência da marcação não canônica da CV de P6.

Essa semelhança ocorre, principalmente, para o sujeito posposto e para o sujeito nulo, visto que para este o resultado de Silva (2005), 76%, é maior que o nosso (69%) 7 pontos, enquanto o de Lucchesi, Baxter e Silva (2009), 73%, é maior 4 pontos. Já para aquele (sujeito posposto), o resultado de nosso estudo (87%) é menor que o de Silva 5 pontos (92%) e do estudo de Lucchesi, Baxter e Silva (2009), 2 pontos.

Tabela 10 – Frequência da marcação não canônica da CV de P6 com a variável posição do sujeito em nosso estudo e outros

Posição do sujeito	Marilda (2018)		Silva (2005)		Lucchesi, Baxter e Silva (2009)	
	Apl / Total	%	Apl/Total	%	Apl / Total	%
anteposto	542/847	63%	1245/1512	82%	976/1134	86%
posposto	57/65	87%	119/130	92%	84/94	89%
nulo	138/200	69%	28/275	76%	217/297	73%

Fonte: Autora (2018)

Diferentemente de nosso resultado, tanto no estudo de Silva (2005), quanto no de Lucchesi, Baxter e Silva (2009), o favorecimento da marcação não canônica da CV de P6 se dá pelo sujeito nulo, seguido do sujeito anteposto.

4.3.2 Variáveis linguísticas não selecionadas pelo Programa GoldvarbX

Embora três das variáveis linguísticas controladas em nosso estudo não tenham se demonstrado estatisticamente relevantes pelo Programa, julgamos pertinente apresentar seus resultados em termos percentuais, a fim de que possamos dar a conhecer o comportamento dessas variáveis no uso da CV de P6 em Quirinópolis.

4.3.2.1 Material interveniente entre o sujeito e o verbo

Essa variável, a primeira não selecionada pelo Programa GoldvarX dentre as variáveis internas, refere-se, conforme já apresentado, ao material existente entre o SN e o SV, que, segundo Lemle e Naro (1977); Naro, (1981); Graciosa (1991) e Monguilhott (2001) e outros, influencia no uso da CV de P6, uma vez que o favorecimento da sua marcação canônica aumenta à medida que há diminuição do material interveniente, diminuição essa analisada pelo número de sílabas. Do mesmo modo, há aumento da probabilidade de marcação não canônica com o aumento do material que medeia o sujeito e o verbo.

Na tabela 6, configuramos os resultados obtidos para essa variável linguística, os quais não só vão de encontro à ideia dos autores supracitados, como também confirmam a nossa hipótese, visto que a menor frequência (65%) está para a ausência de material interveniente entre o sujeito e o verbo, resultado que demonstra menor favorecimento da marcação não canônica da CV de P6 com essa variante. Em oposição, a maior frequência está para a presença

de material com mais de 5 sílabas, evidenciando, portanto, maior favorecimento da marcação não canônica da CV de P6.

Entre essas duas variantes, há outra: presença de material com menos de 5 sílabas, para a qual a frequência (66%) é apenas 1 ponto maior que a variante anterior (ausência de material), o que nos possibilita deduzir também que essa variante está mais para o favorecimento da marcação não canônica da CV de P6.

O ‘não se aplica’ se refere aos sujeitos nulos e para esse, a frequência é de 69%.

Tabela 11 – Frequência de marcação não canônica da CV de P6 com a variável material interveniente

	Apl/Total	%
ausência	472/724	65%
presença [-5 sílabas]	123/186	66%
presença [+5 sílabas]	5/6	83%
não se aplica	137/196	69%
Total	737/1112	66%

Fonte: Autora (2018)

4.3.2.2 Tipo de verbo

Essa variável, a segunda não selecionada como relevante estatisticamente pelo programa Goldvarb, relaciona-se diretamente ao tipo de argumento expresso pelo verbo, a fim de desempenhar a função de sujeito da oração. Monguilhott (2001; 2009); Lucchesi, Baxter e Silva (2009) e Lucchesi (2015) apresentam para ela a hipótese, que é também a de nosso estudo, de que com verbos transitivos e intransitivos é menor o favorecimento da marcação não canônica da CV de P6.

Desse modo, observando os resultados postos na tabela abaixo, vemos que nossa hipótese se confirma parcialmente e também parcialmente corrobora a de outros estudos, pois a menor frequência (57%) se aplica à cópula, com o qual é menor o favorecimento da concordância verbal não canônica, seguido do verbo intransitivo/ ergativo, para o qual a frequência é 67% e do verbo transitivo, com frequência de 68%, muito embora os resultados desses dois últimos tipos de verbos estejam mais próximos da frequência do verbo inacusativo (69%), a maior, a qual se configura como ambiente favorecedor da marcação não canônica da CV de P6.

Tabela 12 - Frequência de marcação não canônica da CV de P6 com a variável Tipo de verbo

	Apl/Total	%
transitivo	378/552	68%
intransitivo /ergativo	87/129	67%
inacusativo	148/214	69%
cópula	124/217	57%
Total	737/1112	66%

Fonte: Autora (2018)

4.3.2.3 Traço semântico do sujeito

Variável não selecionada em terceiro lugar dentre as variáveis linguísticas e a última no geral, o que esperamos em relação a ela é o favorecimento da marcação não canônica da CV de P6 com sujeito [- humano – animado] e, contrariamente, maior favorecimento da marcação canônica com sujeito [+ humano + animado], conforme resultados obtidos por Vieira (1997; 2011); Monguilhott (2001; 2009), Rubio (2008), Welchen (2009), Lucchesi, Baxter e Silva (2009) e Lucchesi (2015) e outros.

Segundo Vieira (1977)

O estabelecimento dessa variável teve como motivação a hipótese de que o traço [+animado], dada a possibilidade de o sujeito constituir o agente da oração, viesse a favorecer a concordância, uma vez que se correlacionaria com o valor semântico mais predominantemente veiculado pela classe dos verbos – a expressão de uma ação (p. 50).

Confirmando, pois, a hipótese difundida para essa variável que é também a que defendemos, na tabela que se segue apresentamos nossos resultados:

Tabela 13 – Frequência de marcação não canônica da CV de P6 com a variável Traço semântico do sujeito

	Apl/Total	%
[+humano +animado]	635/963	65%
[-humano +animado]	3/6	50%
[-humano -animado]	97/141	68%
Total	735/1110	66%

Fonte: Autora (2018)

Verificamos que a menor frequência (50%) está para o sujeito [-humano +animado], de modo a evidenciar menor favorecimento da marcação não canônica da CV de P6 e, em oposição, o maior favorecimento da sua marcação canônica. Com o mesmo comportamento, temos o traço semântico [+humano +animado], com a frequência de 65%.

A maior frequência (68%) corresponde ao traço [-humano –animado] do sujeito, demonstrando, assim, maior favorecimento da marcação canônica da CV de P6.

4.4 Síntese dos resultados

Baseando-nos na análise apresentada na seção anterior, de 1.112 ocorrências de CV de P6, as quais se referem a 36 dados de fala de informantes de ambos os sexos, de 3 faixas etárias e de 3 níveis de escolaridade, trazemos aqui uma discussão sobre o comportamento da concordância verbal de terceira pessoa do plural- CV de P6, na cidade de Quirinópolis, onde a regra desse fenômeno se classificou como variável, tendo os resultados estatísticos demonstrado 66.3% de frequência para a marcação não canônica de plural nos verbos contra 33.7%, de sua marcação canônica.

Esses resultados são por nós explicados como decorrentes, no primeiro momento, da sócio-história de Quirinópolis, no Estado de Goiás, que, dado o processo migratório do homem do campo – que chegara à região, advindo de distintos lugares -, para essa cidade, teve como base sociocultural, bem como de formação e de urbanização a ruralidade, a qual não deixou de exercer forte influência e/ou interferência no perfil sociolinguístico do povo desse lugar e, ao mesmo tempo de contribuir para a dicotomização entre fala urbana e fala rural. Essa dicotomização tem fundamento histórico, haja vista o Brasil de outrora (colonial) se caracterizar como essencialmente rural.

Em segundo momento, os resultados obtidos em nosso estudo empírico nos permitem relacioná-los ao processo de formação histórica do PB, que nos mostra a simplificação da morfologia flexional como característica da variedade rural, fruto da aprendizagem da língua emergente, desencadeada por alterações no Português, em função do contato entre línguas distintas: as línguas indígenas autóctones, as línguas africanas – trazidas ao Brasil pelo tráfico de escravos – e o português europeu.

Nesse contexto, nossos resultados corroboram resultados de outras regiões do país, bem como o que defendem pesquisadores como Lucchesi, Baxter e Silva (2009), Silva (2005), Lucchesi (2015), que o PB se configurou/configura por dois polos sociolinguísticos: a variedade culta e a variedade popular, esta adquirida irregularmente, em razão dos distintos contatos entre

falantes; aquela, espelhada no modelo do Português Europeu, fato que nos conduz a não a estranharmos o perfil sociolinguístico de Quirinópolis

Desta feita, voltando aos nossos resultados, esses foram possibilitados pelas variáveis linguísticas e sociais selecionadas como relevantes estatisticamente e que favoreceram a marcação não canônica da CV de P6, quais sejam: informante, saliência fônica, realização, posição do sujeito e escolaridade. As variáveis material interveniente, tipo de verbo, sexo, faixa etária e traço semântico do sujeito não foram selecionadas, muito embora tenhamos apresentado a análise e discussão de cada uma, a fim de dar a conhecer o comportamento dessas no uso da CV em nossa comunidade de fala. Vale registrar que, em se referindo à variável faixa etária, dispensamos a ela total atenção, pois mesmo não tendo se configurado relevante estatisticamente, sua relevância está/esteve na possibilidade de, por meio dos seus resultados, fazermos projeções acerca dos rumos da variação.

No que concerne aos resultados das variáveis linguísticas – não totalmente diferente das tendências daqueles encontrados em outros estudos –, tivemos quase todas nossas hipóteses confirmadas quanto ao favorecimento da marcação canônica de plural nos verbos, quais sejam: a) formas verbais mais salientes; b) sujeitos antepostos ao verbo e sujeitos nulos; c) O traço [+humano] do sujeito e d) menor distância entre sujeito e verbo.

Já em relação ao tipo de verbo, como hipotetizamos que o verbo transitivo é que seria favorecedor da marcação canônica de plural nos verbos, a hipótese não se confirmou, pois a menor frequência de marcação não canônica foi para “cópula”, seguida do verbo “intransitivo”, denotando, assim, menor possibilidade de com esses tipos de verbos ocorrer a não pluralização verbal.

Para as variáveis sociais, as quais obtiveram maior peso em estudo, em razão de a marcação não canônica da CV de P6 ter sido condicionada predominantemente por elas, as hipóteses por nós levantadas – e todas confirmadas - em relação ao favorecimento da marcação canônica da CV foram: a) por informantes mais velhos, de faixa etária de 46 anos acima, visto que há maior tendência de eles preservarem mais a variedade culta da língua; b) por informantes mais escolarizados, haja vista a pressão da escola no ensino e aprendizagem da variedade culta da língua; c) por informantes do sexo feminino e d) de maior uso da marcação não canônica da CV de P6 em Quirinópolis, em função de sua sócio-história e/ou o seu perfil rural,

Tendo em vista o contexto sócio-histórico e linguístico de Quirinópolis, como também os resultados das variáveis extralinguísticas faixa etária e reforçados pelos resultados dos cruzamento entre escolaridade e sexo e entre escolaridade e faixa etária, os mais jovens e os com menor nível de escolaridade demonstraram favorecedores da marcação não canônica da

CV de P6, ficando posto um quadro de mudança em direção à perda da marca canônica de plural nessa cidade, a qual sofre influência da ruralidade na fala de sua gente.

Diante dessas considerações, registramos que, quando as pessoas da zona rural migraram para Quirinópolis, obviamente, houve o contato de duas variedades: a culta urbana e a popular (rural). Desse contato, obviamente, não houve uma homogeneização linguística, mas sim, uma assimilação e/ou integração, da qual emergiu a variante rurba, conforme estudos de Bortoni - Ricardo, 2005). Essa variante rurba nos serve de argumento para explicarmos a alternância da variante culta e popular no uso da CV de P6, mesmo na fala de pessoas mais escolarizadas de Quirinópolis.

Nessa perspectiva, levando em conta os resultados que alcançamos, tornou-se evidente a polarização sociolinguística em nossa comunidade de fala, o que podemos justificar com as frequências de marcação (66.3%) e não marcação canônica da CV de P6 (33.7%), que bem refletem dois polos linguísticos, sendo que no extremo de um temos a variedade culta e no outro extremo, a variedade popular, que, por sua vez, estão num *continuum*, o qual nos permite caracterizar a variedade de Quirinópolis como rurba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho de tese, de cunho sociovaracionista, pudemos corroborar outros trabalhos da mesma natureza, no sentido de enfatizar a CV de P6 como um fenômeno linguístico variável, uma vez que encontramos conjuntamente à sua marcação canônica, de pertencimento à variedade culta, a marcação não canônica, de pertencimento à variedade popular da língua, ambas condicionadas por fatores sociais e linguísticos.

Assim, por, anteriormente à pesquisa, termos observado que o uso da CV de P6 em Quirinópolis - Goiás sofre variação, até mesmo por pessoas jovens e escolarizadas, em busca de melhor compreender o comportamento do fenômeno nessa comunidade de fala, passamos à pesquisa, para a qual, tivemos as seguintes perguntas, que foram todas respondidas positivamente: a) no uso da CV de P6 em Quirinópolis é aplicada a variante prototípica da variedade rural do PB, com a ausência de marca explícita de plural nos verbos, mesmo por informantes mais jovens e com maior nível de escolaridade?; b) a presença e ausência da pluralização verbal pelos quirinopolinos é condicionada mais por fatores sociais do que linguísticos, em função de sua origem sócio-histórica? e c) a variação da CV de P6 na comunidade de fala em estudo se tipifica como uma mudança em direção à perda da marca canônica de plural?

As hipóteses gerais do estudo, todas confirmadas, foram: a) a CV de P6 em Quirinópolis é determinada pelo uso da variante prototípica da variedade rural do PB, com a ausência de marca explícita de plural nos verbos, mesmo por informantes mais jovens e com maior nível de escolaridade; b) a CV de P6 na fala dos quirinopolinos assume padrões relacionados à origem sócio-histórica da cidade, de modo que, na sincronia atual, a marcação canônica ou não de plural nos verbos se mostra motivada por fatores sociais e c) a variação da CV de P6 em uso em Quirinópolis se caracteriza como uma mudança em direção à perda da marca canônica de plural.

Como hipóteses específicas, tivemos: a) a marcação canônica da CV de P6 em Quirinópolis é favorecida pelas formas verbais mais salientes; b) sujeitos antepostos ao verbo e sujeitos nulos favorecem a marca canônica de plural nos verbos; c) o traço [+humano] do sujeito favorece a marcação canônica da CV de P6; d) a marcação canônica da CV de P6 é favorecida pela menor distância entre sujeito e verbo; e) verbos transitivos favorecem a marcação canônica de plural nos verbos, f) a marcação canônica de plural nos verbos se dá mais por informantes mais velhos, de faixa etária de 46 anos acima e g) o nível de escolaridade exerce influência no uso da CV P6, havendo maior probabilidade da sua marcação canônica por

informantes mais escolarizados. Dessas hipóteses não se confirmou somente relativa ao tipo de verbo, visto que o favorecimento da pluralização do verbo se deu pela cópula, seguida do verbo intransitivo.

Frente a essas perguntas e hipóteses do estudo, nosso grande objetivo (geral) foi de contribuir com a descrição/explicação da formação social do Português Brasileiro, tendo em vista focalizar uma comunidade urbana, que, ao mesmo tempo, apresenta traços rurais e, para conta dar conta de responder a esse objetivo, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) averiguar se a variação da CV de P6 é influenciada pela ruralidade e/ou pela sócio-história do PB e mesmo da cidade de Quirinópolis; b) identificar e analisar as variáveis sociais que, possivelmente, condicionam a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural em Quirinópolis-GO e c) averiguar se a concordância verbal de 3ª pessoa do plural em uso na cidade de Quirinópolis se configura como uma variação estável ou uma mudança em progresso (em direção à perda da marca canônica).

Voltados, pois, a esses objetivos, no Capítulo 1, apresentamos o enquadramento teórico da pesquisa, assim especificado: um breve histórico da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas; a língua no contexto social; a influência do processo migratório nos usos da língua - em que englobamos a transmissão lingüística irregular e ruralidade e urbanidade: convergências / divergências -, polarização sociolinguística e a noção de *continuum*: da variedade rural para a variedade urbana

Esse primeiro Capítulo foi de suma relevância para a discussão e compreensão de aspectos teóricos pertinentes à variação e à mudança da língua, da influência que os aspectos sociais exercem na variabilidade e mutabilidade linguística e, ainda, o peso do contato entre línguas e/ou entre uma variedade e outra, haja vista a incorporação de traços de uma ou de outra das línguas existentes num mesmo espaço geográfico, sendo essa a realidade da variedade popular da língua, produto do contato da língua do homem colonizador com a língua dos nativos e dos africanos no período colonial do Brasil. Nesse sentido, é que trazemos a discussão sobre o processo migratório, essencialmente da zona rural para a urbana, discussão essa que, por sua vez, demandou discutirmos o que se toma por ruralidade e urbanidade.

Sob um viés histórico, tratamos não só da migração, como também da polarização sociolinguística, quando pudemos associá-la à formação da realidade sociolinguística, de modo a nos referirmos às condições sócio-históricas da Língua Portuguesa no Brasil desde o período colonial. Ao tratarmos da noção de *continuum* rural-urbano, focamos no *continuum* de urbanização, o qual apresenta a variedade rural e a variedade urbana em dois polos, tendo

entremeio a essas variedades a variedade rurbana, na qual se enquadra o uso da CV de P6 em Quirinópolis, isso trazer características de ruralidade e urbanidade ao mesmo tempo.

No Capítulo 2, focalizamos uma revisão bibliográfica de trabalhos realizados nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, os quais apresentam distintos resultados quantitativos quanto ao uso da CV de P6 na zonas rural e urbana, de modo a confirmarem a polarização do PB, no que tange ao uso desse fenômeno linguístico.

No Capítulo 3, trouxemos a metodologia de nosso estudo, quando, então, procuramos delinear todos os procedimentos que usamos até chegarmos ao momento da análise, destacando-se ainda, nesse Capítulo, o perfil sócio - histórico da cidade de Quirinópolis, comunidade investigada, buscando retratar o quanto o processo de migração do homem do campo para a cidade interferiu na fala da população quirinopolina, de modo a haver, como já citamos, uma integração entre variedade popular e variedade culta (a variedade rurbana). Todavia, a comprovação de tudo isso só foi possível no Capítulo 4, obviamente, com a descrição, análise e discussão dos dados de fala.

Foram analisadas 1.112 dados de fala com o emprego da CV de P6, sendo que em 737 (66.3%) deles, houve a marcação não canônica da CV de P6, e em 375 (33.7), a marcação canônica. Esses resultados foram possibilitados pelas variáveis sociais e linguísticas controladas e configuradas como relevantes estatisticamente, sendo respectivamente: informantes, saliência fônica, realização e posição do sujeito ao verbo e escolaridade. As variáveis não significativas foram: material interveniente, tipo de verbo, sexo, faixa etária e traço semântico do sujeito, muito embora a faixa etária tenha sido primordial para a demonstração do processo de mudança em direção à perda da marca de plural nos verbos na comunidade investigada.

Em função da sócio-história de Quirinópolis, do seu perfil sociolinguístico, as variáveis sociais exerceram papel preponderante no favorecimento da marcação canônica da CV de P6, quais sejam: informantes adultos (acima de 46 anos), com maior nível de escolaridade e do sexo feminino. Referente às variáveis linguísticas saliência verbal, posição do sujeito, material interveniente entre sujeito e verbo e traço semântico do sujeito, os resultados demonstrados quanto ao favorecimento da pluralização canônica dos verbos não foram diferentes daqueles apresentados pela literatura linguística, divergindo-se tão só quanto ao tipo de verbo, visto que tivemos como favorecedores da marcação canônica da CV de P6 os verbos cópula seguidos dos verbos intransitivos.

Com o resultado geral de nosso estudo, mais marcadamente aquele facultado pelas variáveis sociais, concluímos que o PB falado em Quirinópolis, isso no que se refere ao uso da

CV de P6, ao se caracterizar como eminentemente de base rural, em virtude da predominância da variedade popular -- que se configurou pela marcação não canônica da CV de P6 com uma frequência de 66.3% contra 33.7% de marcação canônica --, a qual está atrelada ao contexto sócio-histórico e de formação do PB e, sem nenhuma dúvida, ao contexto sócio-histórico de formação da cidade supracitada, possibilita a este estudo se constituir como inovador, mesmo porque, na literatura linguística não é comum um resultado como o que obtivemos para uma comunidade de fala urbana.

Anterior a essa constatação, acreditamos que a constituição do caráter inovador de nossa pesquisa se faz na medida em que ela se caracteriza como uma pesquisa pioneira sobre a variação da CV de P6 no estado de Goiás e na medida em que converge à ampliação dos estudos sobre esse fenômeno linguístico

Nessa perspectiva, tornou-se evidente a coexistência da variedade popular e da variedade culta na comunidade de fala investigada, que nos possibilitou assumirmos a existência de um quadro de polarização linguística nessa comunidade, quadro esse característico da realidade linguística brasileira, conforme Lucchesi (2001, 2009, 2015).

Em linhas gerais, acreditamos que este estudo se constitui como inovador na medida em que se constitui como um trabalho pioneiro sobre a variação da CV de P6 no estado de Goiás e na medida em que converge à ampliação dos estudos sobre esse fenômeno linguístico, principalmente numa comunidade de fala urbana, como é o caso de Quirinópolis, porém com traços linguísticos rurais. Esses traços de ruralidade na fala urbana quirinopolina trouxeram, pois, à tona e/ou presentificaram a sócio – história de formação do PB, bem como a própria sócio – história da cidade, tudo isso manifestado no uso predominante da marcação não canônica da CV de P6, com a frequência de 66.3% contra 33.7% de sua marcação canônica, um resultado não comum na literatura linguística. Acreditamos também que o fato de em nossa comunidade de fala haver a confluência da variedade rural e da variedade urbana, de tal modo a constituir uma outra variedade: a rurubana, dá a esse nosso estudo um caráter inovador.

Desta feita, com esta pesquisa, esperamos contribuir não só com a construção do perfil sociolinguístico de Quirinópolis, como também com as pesquisas sociolinguísticas do estado de Goiás, da região Centro-Oeste e do Brasil, especificamente as que dizem respeito à variação da CV de P6.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (Org.). **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003. 149 p. (Estudos rurais).

ABRAMOVAY, R. e SACHS, I. Habitat: a contribuição do mundo rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE. v.9, n.3. jul./set. 1995. p. 11-16.

ALMEIDA, A. P. de. **A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppglettras/defesas/2005/AlessandraPreusslerdeAlmeida.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

ANTONGIOVANI, Lúcia. **Processo migratório**. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/contecsi2004/BrasilEmFoco/port/consnac/ocupa/procurb/pmigra/index.htm>>. Acesso em: 20 jan/2018.

BARDEN, Liege Therezinha Vogt. **A variação na concordância verbal da terceira pessoa do plural**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BAXTER, Alan. Línguas pidgin e crioulas. In: FARIA, Isabel Hub et alii (Orgs.). **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **The urbanization of rural dialect speakers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIUZA, Ana Louise Carvalho and REMOALDO, Paula Cristina Almeida. **O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões**. Sociologias [online]. 2017, vol.19, n.45, pp.370-396. ISSN 1517-4522. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004521>>. Acesso: 03 out. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938. **Dispõe sobre a Divisão Territorial do País e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1961. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o **Sistema Tributário Nacional** e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, estados e municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRIGHT, William. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stela V.; NEVES, Moema F. (Org.). **Sociolinguística**. Tradução: Livraria Eldorado Tijuca Ltda. Rio de Janeiro: Eldorado, [1966] 1974.

CALLOU, Dinah, et. al.. O português do Brasil: polarização sociolinguística. In. CARDOSO, Suzana Alice Marcelino, et. al. (Org.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Funcultura, 2006. p. 259-292.

CARNEIRO, M.J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In J.M. Moreira, L.F.C. Costa (eds.), **Mundo Rural e Cultura**, Rio de Janeiro, Mauad, 1999. pp. 223-240

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora contexto, 2010.

CAVALCANTE FILHO, José Jorge. **Quirinópolis: o teatro do crime e o cenário da violência**. 2000. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História das Sociedades Agrárias – UFG.

CHAMBERS, J. K. TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Armênio Amado, [1965] 2012.

COELHO L. L. et al. **Para conhecer Sociolinguística: fundamentos da teoria da mudança e variação linguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás: a ocupação pela agropecuária**. História Revista: revista do Departamento de História / Universidade Federal de Goiás. Goiânia, v.02, p. 23-51. jul. /dez., 1997.

CUNHA, C. O português e sua origem rural. In: _____. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977. p. 67-85.

DAVOUDI, S.; STEAD, D. Urban-Rural Relationships: An Introduction and Brief History, **Built Environment**, v. 28, n. 4, 2002, pp. 269-277.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. O papel da linguística na evolução dos estudos gramaticais no Brasil. In: JÚNIOR, Lucrécio Araújo de Sá; MARTINS, Marco Antonio (orgs.) **Rumos da Linguística Brasileira no Século XXI**: historiografia, gramática e ensino. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2016, p. 19 a 41.

FABOVÁ, Jana. Caminho do Português Brasileiro desde a língua do colonizador até a língua da nação independente. Dissertação de mestrado. Univerzita Palackého V Olomouci, Olomouc 2013. Disponível em: <<https://theses.cz/id/757noc/00173121-801732972.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FIGUEROA, Esther. **Sociolinguistic metatheory**. Oxford: Pergamon, 1994.

FREYRE, G. **Rurbanização**: que é? Recife, PE. Ed. Massangana, 1982. 153p.

GAMEIRO, Maria Beatriz. **A variação da concordância verbal na terceira pessoa do plural em redações escolares do ensino fundamental e médio**: uma avaliação de fatores linguísticos e sociais. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103548/gameiro_mb_dr_arafcl.pdf?>. Acesso em: 28 maio 2018.

GONÇALVES, V. de F. **A ausência de concordância verbal no Vale do Rio Doce – MG**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-76RMCJ/disserta__o_ii_completa_sumario_completa.pdf?>. Acesso em: 25 maio 2016.

GRACIOSA, Diva Maria Dias. **Concordância verbal na fala culta carioca**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras. Mestrado inédito, 1991.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa**. São Paulo: Parábola. 2007.

HARTWIG, Marisa. **Migração campo cidade**: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores, 2001 Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2001/Marisa%20Hartwig.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

_____. **História**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/quirinopolis/historico>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

_____. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Censo Demográfico (1940-2010)**. IBGE, consulta eletrônica, 2017.

KOERNER, E. F. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Publito, Estúdio de Artes Gráficas, Braga, 2014. Trad. Altman, et all.

LABOV, William. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Yakov. (eds.) **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982, p. 17-92.

_____. **Principles of Linguistic Change – Social Factors**. Blackwell: Oxford, UK and Cambridge USA, 2001.

_____. **The social stratification of English in New York city**. Cambridge: University Press, 2006 [1966], 2. ed. ampliada.

_____. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

LEMLE M.; NARO, A. J. **Competências básicas do português**. Rio de Janeiro: Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro (MOBRAL) e Fundação Ford, 1977.

LOBO, T. **A formação histórica do português brasileiro: o estado da questão**. Comunicação apresentada no XI Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), realizado em Las Palmas de Gran Canaria. Texto inédito, 1996.

LOBO, T.C.F; OLIVEIRA, K. A História Social linguística do Brasil no âmbito do “Projeto para a História do Português Brasileiro. IN: CASTILHO, A. T.(org.) **Historiando o Português Brasileiro: história das línguas: variedades, gramaticalização, discursos**. Universität Tübingen Blaubeuren, 2003. p. 80-173

LUCCHESI, Dante. A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afrobrasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

_____. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v.17, n.1, p.97-130, 2001.

_____. **Norma linguística e realidade social**. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). **Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

_____. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro, **Revista da ABRALIN**, v. V, nº 1 e 2, 2006, p. 83-112.

_____. BAXTER, Alan. Processos de criouliização na história sociolingüística do Brasil. In: MOTA, Jacira.; CARDOSO, Suzana; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.) **Quinhentos anos de história sociolingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.

_____. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In I. Lima & L. Carmo (Org.), **História social da língua nacional** (pp. 151-180). Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008

_____. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., RIBEIRO, I., orgs. O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 41-73.

_____. BAXTER, A.; SILVA Augusto Alves da. A concordância verbal com a terceira pessoa do plural. In. LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, Ilza (Orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/p5/pdf/lucchesi-9788523208752.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas, **Estudos de Lingüística Galega**, Santiago de Compostela, 4: 45-65, 2012.

_____. O contato entre línguas e a origem do português brasileiro, em E. Gugenberger, H. Monteagudo e G. Rei-Doval, **Contacto de línguas, hibrididade, cambio**: contextos, procesos e consecuencias, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega: 191-221, 2013.

_____. A variação na concordância verbal no português popular da cidade de Salvador. **Revista Estudos lingüísticos e literários**. Salvador, n. 52, ago.dez/2015, p. 166-204.

_____. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolingüística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1.

_____. RIBEIRO, Ilza. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In. LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, Ilza (Orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/p5/pdf/lucchesi-9788523208752.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARINS, Luciene Gomes Freitas. **O rural e o urbano**: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudo de linguagens. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, 2012. Disponível em: <https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/luciene_o_rural_e_o_urbano_0.pdf>. Acesso: 20 fev.2018.

MARTELOTTA, M. E. Conceitos de gramática. MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 43-70.

MATOS, Georgides Souza e PARREIRA, Airosa M. História e dados sobre o município de Quirinópolis. Texto mimeografado s/d. Prefeitura de Quirinópolis, 1988.

_____. **Depoimento**. Entrevistadora: CARVALHO, Marilda Alves Adão. Quirinópolis, junho/2017, 25 minutos.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O português brasileiro: sua formação na complexidade multilinguística do Brasil colonial e pós-colonial. In: COSTA, Sônia Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2004, p.117-137

MEILLET, Paul Jules Antoine. Linguistique Historique et Linguistique Générale. Paris, 1906. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 3. ed. Contexto: São Paulo, 2012.

MONGUILHOTT, I. de O. e S. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PE e no PB**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92838/268683.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2001. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_281742871e6dd35be2d3b9842d0380d9>. Acesso em: 12 abr. 2016

MONTEIRO, J. L. **Influências e domínio de uma língua sobre outra(s)**. Revista Matraca, Rio de Janeiro, v.17, n.26, jan./jun. 2010

MOREIRA, Júlio Cesar Lima. Sociolinguística Variacionista e Estruturalismo Linguístico: um diálogo. Somma, Teresina /PI, v.1,n.1, p. 182-200, jul./dez. 2015. Disponível em <<https://www5.ifpi.edu.br/revistas/index.php/somma/article/download/30/81>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

NARO, A. J. **The social and structural dimensions of a syntactic change**. Language, Baltimore, v. 57, n. 1, p.63-98, 1981.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.) – 3ª ed., 1ª reimpressão. **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2008. p. 43 - 50.

_____. SCHERRE, M.M.P. Sobre o efeito do princípio da saliência na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna. In: MOURA, D. (Org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: EDUFAL, 1999. p. 26-37.

_____. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2008.

NOLL, Volker. O Brasil Colônia entre a língua geral e o português. In: _____. DIETRICH, Wolf (orgs.). **O Português e o Tupi no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Marian dos Santos. **Concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista**: Variação estável ou mudança em progresso. Salvador-Bahia. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10981/1/Marian%20dos%20Santos%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ONOFRE, Diana Pilatti. **Trabalhando com o GoldVarb 2001**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/dianapilatti/trabalhando-com-goldvarb-2001-diana-pilatti-onofre>. Acesso em: 28 mar. 2016.

PAGOTTO, E. G. (2006). Sociolingüística. In: C. C. PFEIFFER; J. H. NUNES (Orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem - Linguagem, História e Conhecimento**. Campinas. Pontes, p. 49-72.

PEREIRA, Deize Crespim. **Concordância verbal na língua falada nas trilhas das bandeiras paulistas**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 2004.

PEREIRA, M. L. de S. Por que eles não concordam? Mecanismos de variação na concordância verbal no português oral popular de Fortaleza – CE. Dissertado de Mestrado - Programa de PósGraduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em http://www.uece.br/posla/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Maria%20Lidiane%20S.%20Pereira.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.

PRIORI, et all. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A modernização do campo e o êxodo rural. pp. 115-127. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

RIBEIRO, P. R. O.; LACERDA, P. F. A. da C. Variação, Mudança e não mudança linguística: ressignificando o conservadorismo linguístico no português do Brasil. *Revista Linguística*, v. 09, número 2, dezembro de 2013, p.91-105. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/4489/3260>>. Acesso em: 20 set. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1995].

RIBEIRO, Patrícia Rafaela Otoni. O perfil sociolinguístico do município de Oliveira Fortes-MG: a concordância nominal e verbal. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2013.

_____. **Variação linguística na fala rural**: uma análise de dois municípios da zona da mata de Minas Gerais. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2017.

RODRIGUES, Â. C. de S. **A concordância verbal no português popular em São Paulo**. São Paulo. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1987.

RODRIGUES, J. F. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. In. **Análise Social**, 211, xlix (2.º), 2014, 430-456.

RUBIO, C. F. **A concordância verbal na língua falada na região noroeste do estado de São Paulo**. São José do Rio Preto. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

SANTOS, Gessielma Aparecida de Sousa. Um estudo sociolinguístico de contato dialetal: a interferência/alternância entre o tepe e a fricativa velar na fala de gaúchos e bonjesuenses no Sul do Piauí. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL), Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2016.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. A Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In Ruffino, Giovanni (org.) **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509- 523, 1998.

SAGIM JÚNIOR, Odir; SAGIM, Miriam Botelho. **Quirinópolis histórico**. Goiânia: O Popular, 2000.

SGARBI, N. M. F. de Q. **A variação na concordância verbal entre os falantes do Mato Grosso do Sul**. 2006, 196f. Tese (Doutorado em Letras, Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/103490>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil**: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior

da Bahia. Salvador – Bahia. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia – 2005.
Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11634/1/Tese%20Jorge%20da%20Silva.pdf>>.
Acesso em: 28 ago. 2017.

SILVA, Ana Lucia. **A revolução de 30 em Goiás**. São Paulo: Cênone Editorial, 2005.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: GIARRACCA, N. (org.). **Una nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p.67-79.

SOUZA, Emerson Santos de. A preposição ‘ni’ no *continuum* rural-urbano de comunidades baianas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015. Disponível em:
<<http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/384/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20texto%20completo%20PDF.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

TAGLIAMONTE, Sali A. **Analyzing sociolinguistic variation**. Cambridge: University Cambridge Press, 2006.

TARALLO, Fernando. Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2008.

TRUDGILL, P. **The social differentiation of English in Norwich** (Dissertação doutoral), Edinburgh University, 1971.

VALADARES, Flávio Biasutti. Uso de estrangeirismos no Português Brasileiro: variação e mudança linguística. Tese de doutorado em Língua Portuguesa. Universidade Católica de São Paulo/ PUC, 2013. Disponível em:
<<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/14283/1/Flavio%20Biasutti%20Valadares.pdf>>.
Acesso em: 13 maio 2017.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

VIEIRA, S. R. A não concordância em dialetos populares: uma regra variável. **GRAPHOS**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 115-133, 1997.

_____. **O estatuto da regra variável e o fenômeno da concordância verbal em variedades do português**. Documentos para el XVI Congreso Internacional de la ALFAL. CDROM, Alcalá de Henares, ALFAL. 2011.

Wanderley, NM.N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o rural como espaço singular e ator coletivo. Agricultura e Sociedade, 15, 2000. pp. 87-146.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WELCHEN, Dirce. **Pelotas/RS e a concordância verbal de 3ª pessoa do plural**. Tese (Doutorado em Linguagem no contexto social) – Programa de Pós-Graduação em letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21568/000730472.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In C. Fortuna (org.), **Cidade, Cultura e Globalização**, Oeiras, Celta, 2000. pp. 45-66.

APÊNDICE A – Questionário

QUESTIONÁRIO

1. Identificação – Código

2. Endereço:

3. Sexo:

() masculino

() feminino

4. Cidade em que nasceu:

5. Idade:

6. Sempre residiu em Quirinópolis?

() sim

() não

6.1. Se não, quanto tempo morou fora?

7. Quantos anos tem de escolaridade?

() de 1 a 4 anos

() 5 a 8 anos .

() 9 a 11 anos

() 12 anos ou mais

8. Sente-se disposto(a) a participar desta pesquisa?

() sim () não

9. Qual o melhor local e horário para nos receber?

local:

horário:

ANEXO A – Critérios de Transição

Critérios de transcrição estabelecidos durante a Oficina (2011) promovida pelo Grupo de Estudos Funcionalista (GEF) da Faculdade de Letras- UFG

Ocorrências	exemplo
A transcrição deve ser feita o mais próximo possível que a escrita possa representar o dialeto.	<ul style="list-style-type: none"> • eu tenhu pocas lembranças eh:: mi lembu di brincá • começô a si cuidá mais começô a si arrumá • na gravideiz da minha filha
Marcador conversacional que seja escrito com vogal será transcrito com "h".	<ul style="list-style-type: none"> • eh só di ouvi elas istudarem • com issu... eh mais eu ganhava
Transcrição de algumas palavras: difícil deverá ser transcrita com u (dificiu); sacrifício (sacrificiu); mal (mau).	<ul style="list-style-type: none"> • tá sendu muito dificiu
O "não" como marcador discursivo deverá ser transcrito entre reticências	<ul style="list-style-type: none"> • depois num... diantô ...não... depois eu voltei a... a... sai assim

ocorrências	sinal	exemplo
Qualquer pausa	...	<ul style="list-style-type: none"> • paradu é uma coisa... tipu... todumundu
Comentários descritivos do transcritor	(())	<ul style="list-style-type: none"> • ...((tosse)) mais eu istou mi esforçã::nu... e tô mi sacrificianu ((balbucio)) pra qui elis
Citações literais, reproduções de discursos diretos ou leituras de textos, durante a gravação	""	<ul style="list-style-type: none"> • pulei rapidão i corri i minha mãe "uaí quê qui foi" não tinha um doidu ali correnu
Trucamento	/	<ul style="list-style-type: none"> • minha filha tá cum nov/ cum dois mesis di ida::di...

ocorrências	sinal	exemplo
Incompreensão de palavras ou segmentos Hipótese do que ouviu	()	<ul style="list-style-type: none"> • ficava sempri quetu lá na sala lá istudava ()eu nunca fui muito custosu
Entonação enfática	MAIÚCULAS	<ul style="list-style-type: none"> • tinha um pé di jasmim qui eu adoRAva a flor • nossu quinTAL qui minha mãe plantô uma bananera
Alongamento de vogal ou consoante	::	<ul style="list-style-type: none"> • eh:: eu mi lembu da reforma • ondi:: ah:: conheci:: us vizinhos lá
Superposição, simultaneidade de vozes	[<ul style="list-style-type: none"> • gostava di fazê... é::... qui... qui... [Inf. bom... minha infância praticamenti foi meia assim